

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

**A percepção dos pais sobre sua relação com os
filhos adolescentes: reflexos da ausência de
perspectivas e as solicitações de ajuda**

Maria Aparecida Tedeschi Cano

Tese para concurso de Livre-Docência junto ao
Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e
Saúde Pública da Escola de Enfermagem de
Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

RIBEIRÃO PRETO
1997

FICHA CATALOGRÁFICA

CANO, Maria Aparecida Tedeschi.

A percepção dos pais sobre sua relação com os filhos adolescentes: reflexos da ausência de perspectivas e as solicitações de ajuda. Ribeirão Preto, 1997.

142p.: il.; 29,7 cm

Bibliografia: p. 136

Tese para concurso de Livre-Docência junto ao Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Saúde Pública da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

FICHA TÉCNICA

Digitação/Revisão/A. Final	Terezinha Silveira
Digitalização das ilustrações	Carla Cristina Barizza
Encadernação/Reprografia	Encadernações Valmar
Ilustrações	Ana Márcia Spanó Nakano
Revisão Bibliográfica	Maria Bernadete Malerbo
Revisão de Inglês	Djalma Cano

Apoio:

**Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e
Saúde Pública – EERP – USP**

**CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico**

Esta investigação faz parte do Projeto Integrado: *A criança em idade escolar e o adolescente na escola, família e comunidade.*

Processo CNPq nº 521696/96-8, no qual participo como Pesquisador-bolsa produtividade.

*"A família consangüínea é lavoura de luz da alma,
dentro da qual triunfam somente aqueles que se
coroam de paciência, renúncia e boa vontade...
...Quem não auxilia a alguns, não se acha habilitado
ao socorro de muitos. Quem não tolera o pequeno
desgosto doméstico, sabendo sacrificar-se com
espontaneidade e alegria, em benefício do
companheiro de tarefa ou de lar, debalde se erguerá
por salvador de criaturas e situações que ele mesmo
desconhece.."*

(Emmanuel)

Que as palavras acima sirvam para sinalizar o meu carinho e respeito aos meus pais, meus filhos e meu marido pelo aprendizado da vivência em família, sem o qual, com certeza, eu seria um ser humano menos completo.

“Bom, o que eu gostaria de colocar é o seguinte: a gente, como a maioria das pessoas, tem muito de teoria e acaba não realizando tudo o que precisa na prática. Então, é muito fácil a gente dizer isso aqui. Precisamos ouvir os adolescentes, conversar com eles. Mas eu não sei até que ponto que eu esteja fazendo isso. Esta pode ser uma situação que se repete com muitos pais da minha idade, pelo fato de a gente ter tido, em nossa juventude, um tipo de relacionamento diferente em relação aos nossos pais. E, hoje, não é tão simples você quebrar essa formação que houve na juventude anterior. Então, o que eu quero dizer é que nós precisamos fazer muito esforço para realmente realizar o que precisa. Perguntar e saber ouvir o que o adolescente tem a dizer”.

(Ator social)

Quero, com este depoimento, deixar registrado meu agradecimento pela acolhida e disponibilidade de todos os pais que participaram dessa investigação.

A G R A D E C I M E N T O S

Considero esta tarefa muito difícil, porque, após mais de 20 anos de atividades ligadas à Enfermagem, anterior e posterior ao meu ingresso na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, são muitos os profissionais que estiveram comigo construindo e refazendo caminhos. Se fizer uma listagem dessas pessoas com certeza ela seria enorme e eu ainda correria o risco de omitir alguns nomes, o que seria imperdoável.

Mas se precisasse de fato organizar esta lista deveria nomear inicialmente aqueles que cuidam da higiene e segurança do nosso local de trabalho; passar pelos colegas que lêem, corrigem, digitam e oferecem sugestões aos textos que escrevo; citar aqueles que comungam de minhas idéias e se tornam companheiros valiosos na jornada de trabalho, quer seja na assistência, ensino ou pesquisa; os que sempre têm uma palavra de ânimo e coragem quando me sinto desalentada e até mesmo os que, com suas críticas e visões de mundo diferentes da minha, me induzem à reflexão; os que me ajudaram, em especial, na construção desta investigação; sem contar aqueles que não medem esforços para os “acertos” de última hora.

Por tudo isso, penso que este é o momento único para que eu possa agradecer carinhosamente a todos, por terem facilitado meu caminhar.

Mas nesse rol de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, quero destacar duas enfermeiras que estiveram presentes, acompanhando e incentivando minha carreira; que ascenderam profissionalmente dignificando a Enfermagem com seus conhecimentos, competência, humildade e principalmente por acreditarem em seus sonhos e valorizarem o ser humano: as amigas Julieta Ester Amaral e Maria das Graças Bonfim de Carvalho,

A todos vocês,

O meu muito obrigado!

Resumo

Capítulo 1

- 1. *Construindo o objeto de Estudo* 01
 - 1.1. *Escolha do objeto* 01
 - 1.2. *Delimitação do objeto* 18
 - 1.3. *Objetivos* 21

Capítulo 2

- 2. *Evolução histórica da família* 22
 - 2.1. *No Brasil* 32
 - 2.2. *A família e o adolescente* 43

Capítulo 3

- 3.1. *Sexualidade na adolescência* 50
- 3.2. *Pressupostos e questões de pesquisa* 72

Capítulo 4

- 4. *A pesquisa qualitativa como caminho metodológico* 74
 - 4.1. *Referencial metodológico* 74
 - 4.2. *Campo de estudo* 76
 - 4.3. *Técnica de coleta de dados* 83
 - 4.4. *Análise de dados* 85

Capítulo 5

- 5. *Resultado dos dados* 87
 - 5.1. *Caracterização dos atores sociais* 87
 - 5.2. *Vida familiar* 90
 - 5.3. *A família frente a sexualidade* 117

Considerações Finais 131

Anexo 135

Referências Bibliográficas 136

Summary.....142

RESUMO

Nessa investigação buscamos conhecer como se estabelece a relação pais e filhos adolescentes e até que ponto a mesma facilita a abordagem das questões da sexualidade. Em nosso referencial teórico buscamos o entendimento da configuração histórica da família, sua relação com os filhos e a sexualidade com ênfase na adolescência. O processo metodológico adotado é de natureza qualitativa, utilizando como técnica de coleta de dados a entrevista semi-estruturada. A análise de dados baseou-se em aspectos da hermenêutica dialética. Através dessa investigação verificamos que os pais percebem que as mudanças ocorridas na sociedade interferem na organização familiar; novos padrões de comportamentos mesclam-se a costumes e valores antigos. A sexualidade aparece na fala dos pais como uma preocupação, mas a dificuldade em abordar o tema junto aos filhos adolescentes propicia a ausência de diálogo. Os pais percebem que a tarefa de educar tem sido difícil nos dias atuais e consideram que a época de sua própria adolescência foi melhor do que esta que os filhos vivem hoje.

Palavras-chave: adolescência; família; sexualidade.

Capítulo 1

1. Construindo o objeto de estudo

1.1. A escolha do objeto

Nossos primeiros contatos, como profissional, com adolescentes ocorreram na década de 80, quando começamos a participar de um programa de assistência de enfermagem à saúde do escolar, elaborado por uma docente da disciplina de Enfermagem Pediátrica, da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo, cujo objetivo era atender às constantes solicitações de uma Unidade Estadual de Ensino, de um bairro carente da periferia da cidade de Ribeirão Preto, quanto aos problemas de saúde de seus alunos.

Esse programa, elaborado após inúmeras discussões com diretor, pais, professores, alunos e funcionários da escola, norteou a assistência oferecida aos escolares e ampliou o ensino dos alunos de graduação em enfermagem quando, cursando a disciplina Enfermagem Pediátrica, passaram a conhecer a criança em outras faixas etárias, além do recém-nascido e lactente e em outra realidade social, a educacional. É nesse período que emerge a dificuldade dos professores da escola em lidar com os adolescentes e, principalmente, com as questões ligadas à sexualidade.

Para atender à expectativa dos professores, elaboramos um programa sobre sexualidade com conteúdo de anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor masculino e feminino e o apresentamos, sob a forma de

aulas expositivas, aos alunos indicados pelos professores de 7^a e 8^a séries, ou seja, aqueles considerados “mais velhos” e com maior necessidade de orientação.

Ao vivenciarmos esse programa, constatamos a sua inadequação em vários momentos: a utilização de aula expositiva como estratégia de ensino para abordar esse tema; o uso de termos científicos, para designar órgãos e aparelhos reprodutores, desconhecidos pela população alvo; falta de “abertura” para que os alunos levantassem outras questões relativas à sexualidade, que não constavam do conteúdo programático; a nossa visão de mundo embutida em conceitos sobre sexualidade e a grande distância entre o expositor e os alunos.

Essa experiência foi extremamente importante em nossa vida profissional. A partir dela, constatamos que sexualidade era um tema complexo e não se restringia apenas a órgãos e aparelhos, mas envolvia questões éticas, morais, religiosas, familiares e culturais ou o que se assemelhava à nossa percepção do que seria sexualidade. Por outro lado, nos fez buscar embasamento teórico, em outras áreas do conhecimento, aprender novas estratégias didáticas para abordagem do tema e a repensar a nossa própria postura frente a estas questões.

Inúmeras vezes os pais impediram seus filhos de participar de orientações sexuais oferecidas pela escola com a nossa colaboração; em compensação outros pais buscaram a escola para que os filhos fossem orientados, uma vez que eles julgavam não saber como fazê-lo.

Essas atitudes contraditórias dos pais sempre chamaram a nossa atenção e, em diálogos informais com eles, percebemos que alguns entendiam que a discussão do assunto sexualidade nas escolas, despertaria em seus filhos a curiosidade, o que não havia necessidade de acontecer. Outros pais, por medo que seus filhos “estivessem despreparados”, entendiam que a escola era o local apropriado para discussão da sexualidade, uma vez que os professores e o pessoal da saúde, que estavam na escola, eram “mais preparados” do que eles para ensinar seus filhos.

Sentimos, a partir dessa experiência, que não apenas os pais se sentiam despreparados para abordar as questões da sexualidade mas também os professores que, em reuniões informais com a equipe de saúde, alguns colocavam suas dúvidas e receios em abordar o tema e entrar em choque com as concepções familiares dos alunos, outros não se sentiam à vontade para falar sobre sexualidade.

Por outro lado, sentíamos que os alunos, os adolescentes, necessitavam orientações nessa área, pois eram freqüentes as solicitações à equipe de saúde, provindas de outras escolas, não apenas da rede pública, para que discutíssemos as questões, principalmente da gravidez, dos métodos contraceptivos, homossexualidade, que estavam ocorrendo com grande freqüência nas escolas, e até mesmo os desenhos dos órgãos genitais pintados por toda a escola, entendidos, ora como agressividade por parte dos professores, ora como necessidade de buscar espaço para manifestar dúvidas.

Paralelamente a esta questão dos adolescentes, o programa de saúde escolar se expandiu em Ribeirão Preto e deu origem a um convênio entre a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, passando a ser designado PROASE (Programa de Assistência Primária de Saúde Escolar). Atualmente encontra-se implantado nas 92 Unidades Escolares da rede oficial de ensino do município, envolvendo uma equipe de profissionais das áreas de psicologia, fonoaudiologia, enfermagem, oftalmologia, entre outros. No rol de atividades a serem desenvolvidas por esses profissionais, especialmente as enfermeiras, a formação de grupos de adolescentes nas escolas e mesmo na comunidade tem sido uma das metas prioritárias.

Por solicitação das Delegacias de Ensino e Divisão Regional de Ensino de Ribeirão Preto, realizamos cursos para professores de educação física, supervisores e diretores de escolas objetivando capacitá-los para atender os adolescentes, principalmente responder as questões que se referem à sexualidade. Durante esses cursos sentimos, de fato, que os professores tinham dificuldades em se desvencilhar dos tabus, mitos e preceitos religiosos com os quais estavam envolvidos, o que praticamente os impossibilitava de manter um diálogo franco e aberto com o adolescente e entender as manifestações dessa sexualidade aflorada e própria da idade.

Nos anos de 1990, 91 e 92 promovemos Encontros de Adolescentes, buscando reunir, durante um dia inteiro, jovens das diferentes escolas e bairros da cidade, com o objetivo de integrá-los e oferecer um espaço para que pudessem discutir as questões da

adolescência a partir de uma necessidade sentida por eles e não de temas elaborados e sugeridos pelos profissionais. Esses jovens, ao chegarem ao Encontro, eram divididos em subgrupos, que tinham autonomia na escolha do tema de interesse a ser desenvolvido. Ao final da discussão, foram utilizadas técnicas de dramatização, jogral, música, folhetos, cartazes para apresentá-los ao grupo todo.

Os adolescentes que participaram dos Encontros fizeram uma avaliação positiva dos mesmos, principalmente porque puderam discutir suas dúvidas e sentir que outros jovens também vivenciavam as mesmas dificuldades, ou seja, abordar temas principalmente ligados à sexualidade em casa ou na escola.

A experiência advinda desses Encontros nos possibilitou conhecer melhor o adolescente, sua capacidade criativa, sua necessidade de diálogo e a buscar conhecimentos sobre essa fase de sua vida. Cabe ressaltar que os temas mais explorados foram gravidez, namoro, drogas (CANO *et al*, 1992).

Essas vivências nos levaram a questionar como se dava a relação entre pais, filhos e professores na discussão de temas tão importantes para a formação dos adolescentes, considerando que um bom relacionamento era condição *sine-qua-non* para permitir-lhes segurança, apoio e orientação em seu dia a dia.

A partir desses questionamentos, buscamos envolver a escola e a família em nossas atividades como profissionais de saúde atuando nas escolas. Organizamos oficinas de trabalhos, grupos de vivência, grupos de

pais para que em conjunto buscássemos maneiras de lidar com as dúvidas e conflitos dos adolescentes.

Os “grupos de adolescentes” foram gradativamente organizados nas escolas, fora do horário normal de aulas e com a participação dos alunos de 5ª a 8ª série com disponibilidade de horário e interesse. No ano de 1994 foram formados 28 grupos que contaram com a participação de 400 alunos.

FERRIANI *et al.* (1994) procuraram conhecer a opinião dos adolescentes em relação aos “grupos de adolescentes”, dos quais participavam em suas escolas e levantar aspectos que possibilitassem melhorar a operacionalização dos mesmos. Verificaram que o grande interesse dos adolescentes ao participarem dos grupos estava na possibilidade de poder discutir questões relativas a gravidez, namoro, contracepção. Sugeriram que todos os alunos da escola deveriam participar e não apenas os que tinham interesse.

NEVES *et al.* (1997) buscaram, em trabalho conjunto com professores, sensibilizá-los quanto a necessidade e importância da orientação sexual na escola para o desenvolvimento integral do adolescente como indivíduo, visando com esse trabalho não só tratar dúvidas emergentes na escola, mas sobretudo, subsidiar e viabilizar ações e trabalhos conjuntos no futuro .

Os professores consideraram positiva a experiência e sugeriram um trabalho conjunto que possa levar o adolescente a uma mudança nas concepções ligadas à sexualidade.

Observa-se que na literatura alguns autores como CONCEIÇÃO (1988) enfatizam que *“o papel da escola na formação do homem é pequeno quando comparado àquele exercido pela família, mas pode ser bastante significativo, se em programas bem dirigidos, for a única fonte de orientação”*. (p. 73)

Concordamos com a autora quanto ao papel da família e também buscamos envolver os pais nos programas de orientação sexual que desenvolvemos nas escolas, entendendo que a discussão com os pais sobre a adolescência e as questões da sexualidade favoreceriam o relacionamento entre eles e os filhos adolescentes, uma vez que os mesmos se sentiriam mais preparados para abordar o tema.

CANO *et al* (1995) organizaram grupos de pais, nas escolas, com demanda espontânea e durante as reuniões que duravam em média duas horas, não era levado nenhum tema elaborado, trabalhavam com questões que emergiam nas discussões e utilizavam técnicas de dramatização, redação coletiva, duplas rotativas, entre outras, para que todos pudessem manifestar suas opiniões.

Participaram desses grupos 52 pais, cujos filhos estudavam em escolas públicas e privadas da cidade. Nessa experiência concluíram que os assuntos mais difíceis para se “lidar” no dia a dia eram a rebeldia própria da adolescência e principalmente a sexualidade do adolescente.

Os pais consideraram que a participação nos grupos foi positiva uma vez que perceberam que todos vivenciavam as mesmas experiências e dificuldades no trato com os filhos adolescentes.

A escola, por sua vez, manifestou que a organização “do grupo” aproximou os pais da escola possibilitando maior entrosamento.

Os autores consideram que com esses grupos puderam oferecer aos pais um espaço para a discussão de temas ligados à adolescência, propiciando assim momentos de reflexão sobre suas atitudes frente aos filhos adolescentes.

Embora entendam a importância desses trabalhos com pais e professores, inúmeros são os obstáculos à sua execução de maneira regular, entre eles podem ser citados: o escasso tempo dos pais para freqüentar as reuniões, falta de horários regulares na grade curricular para reuniões de estudo com professores, organização de grupos de adolescentes dentro do horário normal de aulas, entre outros.

A relação pais, filhos e professores faz parte de um contexto social mais amplo e de grande importância para o desenvolvimento do adolescente

Diante do exposto nessa trajetória, observamos que os dois aspectos que emergem com muito significado no contexto adolescência, escola e família, são em primeiro lugar a questão da sexualidade, o adolescente está buscando esse conhecimento e precisa dele para sua formação; o segundo é o despreparo dos pais e professores para abordar essa temática no cotidiano de forma clara objetiva, e segura necessitando para tanto um espaço de discussão, esclarecimento e formas de abordagem do tema junto aos filhos/alunos.

A partir dessa observação, sentimos que o descompasso entre esses aspectos gera o distanciamento entre adolescente e o adulto e

consequentemente uma falta de diálogo entre eles, que geralmente os pais interpretam como sendo consequência do excesso de trabalho e atividades diárias. Do nosso ponto de vista, essa falta de diálogo é extremamente prejudicial ao adolescente, que passa a buscar respostas às suas indagações fora do contexto familiar e escolar.

Na busca de melhor compreensão da relação entre pais e filhos adolescentes buscamos, na literatura, embasamento teórico para entendermos a adolescência, a família e o contexto social em que ambos se inserem.

A adolescência nas últimas décadas vem sendo objeto de estudo de diferentes pesquisadores (VITIELLO, 1988; MUZA, 1991; SUPPLY, 1991; OSÓRIO, 1992; DIMENSTEIN, 1992; TIBA, 1994; ARATANGY, 1995;). A importância que a adolescência assumiu nesse período está muito ligada a diversos fatores, entre eles a maior liberdade sexual decorrente dos movimentos feministas, o aparecimento da AIDS e o aumento no consumo de drogas, a violência, entre outros. Estes fatos sociais, mesmo que iniciado no “mundo adulto”, chega até o adolescente, um ser em formação, que está em uma etapa peculiar do seu desenvolvimento enquanto ser humano, na qual, além das transformações físicas, está construindo - emocional e socialmente - sua identidade, através de um processo de interação entre o mundo interno e o externo.

Segundo VITIELLO (1988), é difícil a conceituação da adolescência e, mais ainda, a fixação de seus limites. *“Tanto para seu início como para seu término, a tentativa de fixar limites cronológicos apresenta evidentes falhas, na dependência de fatores sócio-culturais, familiares e pessoais.”* (p. 1)

De um modo geral, aceita-se que a adolescência corresponda à segunda década da vida, marcada por intenso crescimento e desenvolvimento físico que se manifesta por transformações anatômicas e fisiológicas, desencadeadas por ação hormonal. Esta fase é também denominada **puberdade**, cujas principais características são o estirão de crescimento, o desenvolvimento de jornadas, o aparecimento dos caracteres sexuais secundários, distribuição de massa muscular e gordura, assim como o desenvolvimento de todos os órgãos e estruturas do corpo.

A **puberdade** é um fenômeno universal e em condições normais tem limites estabelecidos para seu início e término, mas ocorrem de acordo com as características de cada indivíduo. Segundo OUTEIRAL (1994), a puberdade é o componente biológico da adolescência.

VITIELLO (1988) lembra que o surgimento da puberdade, geralmente proposto como o limite inicial da adolescência, não é obrigatoriamente acompanhado pelas mudanças emocionais e sociais, pelas quais também passa o indivíduo e que caracterizam a adolescência. Muitas vezes essas mudanças podem preceder a puberdade, outras vezes vão surgir bem após o seu estabelecimento, mas, segundo o autor, qualquer um dos níveis de transformações que se estabeleça primeiro significa que a adolescência já começou.

Todo o processo de maturação física leva o adolescente a uma nova visão de si mesmo e do mundo que o cerca. *“A elaboração deste momento evolutivo se faz dentro de um período individual e de uma forma pessoal, através de reformulações contínuas da imagem corporal, de adaptações*

sociais freqüentes na família e na sociedade que exerce pressões". (BRASIL, 1989. p. 17)

Para KNOBEL (1991), o adolescente nessa fase de transformações realiza ao nível do emocional, o que podemos chamar de "lutos" ou "perdas", mas que são fundamentais para a formação de sua personalidade.

A primeira "perda" ou "luto" é a do corpo infantil, que leva o adolescente a aceitar as mudanças físicas que estão ocorrendo e a reformular sua imagem corporal. O segundo "luto" refere-se à perda dos pais da infância e da relação de dependência. É freqüente o adolescente perder a imagem idealizada dos pais e se decepcionar, o que pode provocar conflitos e sentimentos de culpa que se manifestam através da agressividade.

O terceiro "luto", está ligado à perda da identidade infantil, quando o adolescente sente que não é mais criança, mas ainda não é adulto e se sente despreparado para se definir nas diferentes situações cotidianas. Passa a assumir diferentes identidades transitórias ou ocasionais até chegar a identidade definitiva. Para alcançar a identidade adulta, deverá elaborar "lenta e dolorosamente" esses lutos, o que caracterizará um período de turbulência nas condutas e comportamentos.

Segundo o Serviço de Assistência à Saúde do Adolescente -SASAD, a adolescência embora seja um fenômeno universal, é marcada por características que variam conforme o ambiente sócio-cultural do adolescente, tornando-se difícil precisar seus limites. (BRASIL, M.S.,1993)

Para CAVALCANTI (1988), o conceito de adolescência é mais nítido na população urbana e bem mais caracterizado quanto mais elevada a classe social a que se pertença.

O Serviço de Assistência à Saúde do Adolescente - SASAD, salienta ainda que, tanto no campo como na periferia dos grandes centros urbanos, um grande número de adolescentes, que nem sempre recebe orientação familiar ou formação escolar, é levado, por necessidade de sobrevivência, a se transformar em trabalhador aos 10 anos de idade, ou num infrator ainda mais cedo, amadurecendo precocemente, por força da vida e das condições sociais, com graves riscos de desvio nos padrões de normalidade biológica e psicossocial. (BRASIL, M.S., 1993)

Enquanto temos adolescentes que mal saem da meninice e já estão no mundo adulto batalhando “pela vida”, há outros que, segundo CAVALCANTI (1988), *“quando existem condições econômicas, são postos à margem da força laborativa, vivendo umbilicalmente preso à família, ocorre, por assim dizer, um verdadeiro estado de expansão da dependência e conseqüentemente da adolescência”*. (p. 11). Ressalta-se, ainda, aqueles que estendem seus estudos universitários para cursos de especialização, pós-graduação e expandem o período da adolescência através da dependência econômica da família. Todas essas modificações não são desvinculadas umas das outras, é o conjunto delas que dá unidade ao fenômeno da adolescência.

Diante do exposto, entendemos que o adolescente está vivendo um momento peculiar de seu desenvolvimento como ser humano, o que o torna um ser vulnerável, necessitando de apoio, compreensão e orientação.

FERRIANI (1997) aponta que a 42ª Assembléia Mundial de Saúde, organizada pela OMS em 1989, ao desenvolver o tema “**Saúde dos Jovens**”, indicou o Setor Saúde como o mais capaz no desempenho de um importante papel na mobilização de esforços voltados para o atendimento das necessidades de saúde dos adolescentes.

Essa autora coloca ainda que a Organização Panamericana de Saúde, em 1990, estabeleceu como marco de referência, para a promoção da saúde integral do adolescente na América Latina, o desenvolvimento de programas que enfatizem a redução de desigualdades, o aumento dos níveis de prevenção primária e o fortalecimento de estratégias que satisfaçam as necessidades biológicas e psicossociais dos jovens.

Para o Programa de Saúde do Adolescente - PROSAD, o adolescente é um ser idealista, curioso, e contestador e esses sentimentos despertam nele o desafio que, aliado à falta de experiência e vivência anterior, o leva, freqüentemente, a uma conduta de risco. A mudança em seu estilo de vida possibilita-lhe várias situações de risco, tais como a violência e principalmente os acidentes. (BRASIL, M.S., 1989)

Segundo o Serviço de Assistência à Saúde do Adolescente - SASAD, *“não se deve esquecer que, em grande parte das sociedades, os adolescentes constituem um dos grupos mais sensíveis a um grande número dos mais graves problemas mundiais da atualidade: fome, miséria, desnutrição, analfabetismo, violência, abandono, prostituição, drogas e desintegração familiar”*. (BRASIL, M.S., 1993, p.18)

É oportuno lembrar que os adolescentes na faixa etária dos 10 aos 19 anos representam 23,4% da população brasileira e sua integridade deve ser considerada, não apenas em termos presentes, mas também futuros, com implicações de ordem política, econômica e social. Segundo as estatísticas brasileiras de mortalidade entre adolescentes nesta faixa etária, as “causas externas” são as principais causas de morte (BRASIL, M.S., 1989; São Paulo, 1993).

Para LOLIO (1990), a análise das “causas externas” de mortalidade em 3 (três) estados brasileiros apontam que grande parte dos óbitos deve-se a homicídio, suicídio, acidente de trânsito e atropelamentos, sendo que a mortalidade entre os jovens do sexo masculino é maior do que entre os do sexo feminino. A autora alerta ainda para a precária situação de vida da população metropolitana dos grandes centros urbanos do país, que favorecem esta situação.

YUNES (1990) cita que entre as causas externas, a violência vem se destacando como causa de óbito no Brasil. A mortalidade por homicídio já é maior do que por acidentes. O mesmo autor aponta ainda o aumento no consumo de álcool e fumo entre os adolescentes com menos de 19 anos. Considera que esse quadro está associado ao fator sócio-econômico, uma vez que, nesta década, a população perdeu 10% de seu poder aquisitivo, em função do crescimento do desemprego, além de redução do salário real.

Esta situação tem levado um número significativo de adolescentes a ingressar precocemente no mercado de trabalho para aumentar a renda familiar e melhorar as condições de vida. Em 1990, 11,7% da população na

faixa etária de 10 a 17 anos, ou seja, 7 milhões e meio de crianças e jovens já participavam da população economicamente ativa no país. (FIBGE, 1992)

Por outro lado, conforme visto anteriormente, os jovens estão passando por uma fase de transformações físicas e emocionais que os levam em busca de identificação de sua feminilidade e/ou masculinidade, podendo sofrer, por vezes, conseqüências indesejáveis na prática de sua sexualidade, como é o caso da gravidez precoce.

Projeções do IBGE apontam que 20% das crianças nascidas vivas no Brasil são filhas de mães adolescentes. Nos Estados Unidos esse índice é de 16% e no Canadá é de 9,5% (FOLHA de SÃO PAULO; 1991). Dados semelhantes foram encontrados por LOPEZ *et al* (1989) em um município da grande São Paulo, onde 22,2% da população de gestantes estudada era constituída por adolescentes.

Todos esses dados não são isolados, mas estão relacionados entre si e têm origem na vida concreta dos adolescentes que estão vivenciando mudanças profundas em suas próprias vidas pessoais e convivendo com uma sociedade em crise econômica, sócio-política e familiar.

Diante desses indicadores de risco à saúde a que a população de 10 a 19 anos está exposta, não apenas o setor saúde deve estar envolvido na proteção, prevenção e promoção da saúde do adolescente, mas outros setores sociais governamentais ou não, devem se mobilizar e se articular para promover a saúde integral do adolescente.

Não se pode pensar numa adolescência sadia, *“se não existirem níveis críticos de qualidade de vida, em termos de direitos elementares para*

o ser humano, tais como educação, nutrição, moradia, trabalho, boa saúde física e mental, lazer e direito de participar” (OPS, 1992, p.3).

Em termos de se assegurar esses direitos aos adolescentes brasileiros, o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 4º das Disposições Preliminares, fixa:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.
(BRASIL, 1991, p.13)

O Estatuto é um avanço em termos do papel do Estado no direcionamento de políticas públicas dirigidas às necessidades dos adolescentes enquanto cidadãos.

Em Ribeirão Preto a situação da adolescência não difere muito dos dados encontrados pelos diferentes autores; as “causas externas” também aparecem em primeiro lugar nas estatísticas de mortalidade como principal causa de morte entre jovens de 10 a 19 anos (RIBEIRÃO PRETO, 1994).

No que se refere ao uso de drogas, MUZA (1991), em trabalho realizado com adolescentes de classe média em Ribeirão Preto, detectou que 88,9% deles usavam, diariamente ou eventualmente, algum tipo de bebida alcoólica e 69% desses adolescentes apresentavam três anos de defasagem escolar. O autor encontrou ainda que 37,7% fumavam cigarros e 6,2% já haviam experimentado maconha.

FERRIANI *et al* (1994b) ao realizarem um levantamento sobre o conhecimento de alunos de 1º grau das escolas públicas de Ribeirão Preto sobre drogas, concluíram que todos os alunos independente do nível sócio-econômico, possuem algum conhecimento a respeito do tema.

Com relação à gravidez na adolescência, encontramos em TAQUETE (1992) que na cidade de Franca - SP, próxima de Ribeirão Preto, cerca de 17,7% das mulheres que deram a luz na Santa Casa eram adolescentes com idade entre 13 e 19 anos, dados bastante próximos aos projetados pelo IBGE para o Brasil.

A perda de poder aquisitivo das famílias e o empobrecimento da população ligado às crises sócio-econômicas têm afetado também a vida dos jovens de Ribeirão Preto. Em trabalho realizado por CANO *et al* (1995) sobre repetência e evasão escolar entre adolescentes, verifica-se que uma das causas mais apontadas pelos jovens para justificar o fracasso escolar foi a necessidade de trabalhar para ajudar no orçamento doméstico.

Para UBEDA (1996) *“o desconhecimento sobre o adolescente origina uma ilusão com falsos esteriótipos que o vinculam a imagens de rebeldia, delinqüência, erotismo, problemas psicológicos, drogas, acidentes, enquanto condições de desigualdade, ignorância, dificuldades na escola e no trabalho e escassas perspectivas de realização pessoal são freqüentemente omitidas”*. (p.44).

1.2. Delimitação do Objeto

Todos esses dados nos dão a magnitude dos problemas físicos, emocionais e sociais que afetam os adolescentes e a repercussão que os mesmos podem ter no futuro desses jovens.

É pensando na adolescência da sociedade atual que consideramos como muito importante a participação dos pais e dos professores na orientação e formação dos jovens, principalmente no que se refere à sexualidade, embora em seus discursos, tanto pais como professores coloquem suas dificuldades em abordar esse tema no dia a dia.

Por outro lado, os jovens de hoje vivenciam as mesmas dificuldades de seus pais e professores, que foram os adolescentes de décadas anteriores, no que se refere à busca de respostas às suas indagações sobre a sexualidade fora do ambiente familiar (UBEDA 1996).

Então esses dois aspectos - sexualidade e falta de diálogo - que emergiram da nossa observação, na realidade fazem parte da história do adolescente. Segundo PARKER (1991) *“cada vez mais, a sexualidade tornou-se um tema de discussão e debate na sociedade brasileira e sua importância ficou ainda mais pronunciada quando controvérsias sobre o aborto, os direitos das minorias sexuais e, mais recentemente, a alarmante propagação da AIDS se colocaram no centro da atenção pública na vida contemporânea”*. (p.17)

CANO *et al* (1995), ao realizarem análise do conhecimento da enfermagem sobre a adolescência, em periódicos nacionais, verificaram que as questões ligadas à sexualidade e à orientação sexual são os temas mais pesquisados pelos enfermeiros.

UBEDA (1996), a partir de levantamentos sobre dissertações e teses de enfermagem na “área de adolescência” mostra-nos que é pequena essa produção científica. A autora identifica 14 dissertações de mestrado enfatizando questões relacionadas à sexualidade, gravidez, drogas, álcool e fumo, temas esses centrados no indivíduo ou ainda no próprio adolescente.

Frente à importância e à necessidade da abordagem do tema sexualidade com os jovens é que nos preocupamos com a dificuldade, principalmente dos pais, em oferecer uma orientação segura aos adolescentes nos dias atuais e nos questionamos: “Que fatores estariam bloqueando os pais nesse diálogo com os filhos?”

Portanto, o recorte que nos propomos a fazer nessa investigação está centrado na percepção dos pais sobre sua relação com os filhos adolescentes.

Segundo ABERASTURY (1991), *“até hoje, o estudo da adolescência centralizou-se somente no adolescente. Este enfoque será sempre incompleto quando não se levar em conta o outro lado do problema: a ambivalência e a resistência dos pais em aceitar o processo de crescimento dos filhos”* (p.16). Concordamos com a autora e, baseados também em nossa vivência profissional, temos observado que não somente o adolescente está em processo de modificação, mas também os pais estão passando por transformações e se adaptando para poder “dar conta” dessa nova realidade: o filho cheio de perguntas, dúvidas, rebelde e com a sexualidade aflorando, ou seja, um ser quase adulto.

Talvez os pais de décadas anteriores não tenham vivido, com tanta intensidade, esta situação com os filhos adolescentes. Segundo OSÓRIO (1992), a sociedade considerava a adolescência uma mera etapa de transição entre a infância e a idade adulta, caracterizada pelas mudanças físicas que marcavam esse momento e, quando muito, pelas incômodas mudanças de temperamento.

Para falarmos dessa vivência da família atual com os filhos adolescentes, temos que recorrer à história da família e a sua configuração ao longo do tempo, uma vez que, em cada época, a relação pais e filhos sofreu mudanças, assim como a importância dada pela sociedade à sexualidade na adolescência.

Pensamos que seria uma contribuição importante, não só para a enfermagem mas também para outros profissionais da área da saúde que desenvolvem suas atividades junto a adolescentes, aprofundar conhecimentos sobre a relação pais - filhos adolescentes, buscando compreender quais as dificuldades encontradas pelos pais para abordar com seus filhos questões ligadas à sexualidade.

Normalmente se diz que a responsabilidade pela educação sexual dos jovens é dos pais e estes, de maneira geral, tentam transferi-la para a escola ou profissionais da saúde, com o intuito de não deixá-los ao “sabor da desinformação e da dúvida. Essa atitude reflete a dificuldade dos pais em abordar o tema sexualidade com os próprios filhos; muitos ainda considerados, por eles, até outro dia como crianças. Por isso acreditamos que a relação pais – filhos adolescentes precisa ficar mais clara, apontando-

nos a busca de novas abordagens para a questão da sexualidade na adolescência.

Nessa investigação, enquanto categorias de análise, procuramos estudar a evolução histórica da família e a sexualidade direcionada para as questões da adolescência. A construção dessas categorias foram determinadas tanto pela construção de nosso objeto como pela nossa experiência profissional.

1.3. Objetivos

Nessa investigação buscamos conhecer como se estabelece a relação pais e filhos adolescentes e até que ponto ela facilita a abordagem das questões ligadas à sexualidade. Para visualizarmos esse objetivo pretendemos:

- ◆ caracterizar a relação pais e filhos adolescentes a partir da percepção dos pais;
- ◆ identificar a percepção que os pais têm em relação à sua própria adolescência e a relação com seus pais.

Capítulo 2

2. Evolução histórica da família

Após leitura dos textos de diversos pesquisadores que abordam o tema família, nos propusemos a traçar os caminhos percorridos, através dos tempos, pelas sociedades e civilizações, que adotaram formas e mecanismos diversos para organizar os casamentos e a vida familiar.

Temos certeza de que estamos longe de alcançar um relato simples e objetivo, uma vez que não há uma evolução linear da organização familiar, mas várias construções em distintos contextos.

Não podemos perder de vista todas as influências políticas, sociais e religiosas ocorridas na Europa principalmente e cujos “ecos” chegaram até nós através dos colonizadores e imigrantes, repercutindo na organização das famílias brasileiras.

Segundo ROMANELLI (1986), as transformações na vida familiar ocidental têm despertado muitas interrogações e interpretações no meio científico e mesmo no senso comum quanto ao futuro dessa instituição considerada em crise.

Nosso interesse nessa investigação é focalizar a trajetória da organização familiar no Brasil, enfocando a família nuclear em sua relação com o adolescente.

Nosso ponto de partida para esse estudo é a obra de ENGELS, (1982), que traça de forma linear, a partir principalmente das teorias evolucionistas de MORGAN, os estágios sucessivos de organização familiar desde os estágios tribais primitivos. Nesse estágio ainda não se podia falar em organização familiar, uma vez que homens e mulheres viviam em estado total de liberdade social e sexual, com uniões múltiplas no interior do grupo e sem demarcação de parentesco. Nessa forma de organização, a descendência consangüínea se dava através da linhagem materna. As tribos formavam clãs ou gens sob a responsabilidade das mulheres, numa organização matriarcal, nos quais conviviam uma rede extensa de parentes consangüíneos.

As mulheres constituíam a grande força dentro do clã cuidando dos filhos, tecendo, cozinhando e confeccionando utensílios, enquanto os homens eram os responsáveis pela manutenção e proteção dos clãs pescando, caçando ou construindo ferramentas.

Esta forma de organização familiar deu origem às “uniões aos pares”, que foi se consolidando à medida que as classes de irmãos e irmãs dentro foram se tornando mais numerosas dentro dos clãs.

Novos regimes sociais se estabeleceram a partir da necessidade de sobrevivência e impulsionaram o homem na busca de novos conhecimentos, como a domesticação e criação de animais, as técnicas de agricultura, produtos artesanais entre outros

Os rebanhos de animais, embora exigissem cuidados e vigilância, forneciam leite, carne e peles; havia a lavoura, a produção e

armazenamento de alimentos. É, portanto, a partir dessa nova relação de produção que se desenvolve o conceito de propriedade privada e de família e surge uma nova ordem na organização familiar.

Estes foram, segundo as teorias de ENGELS (1982), os primeiros passos trilhados para se chegar à família monogâmica, ou seja, o casal que passa a ter laços matrimoniais mais sólidos. Por outro lado, os povos “perceberam” que, quando o matrimônio se dava entre gens não consangüíneas, uma raça mais forte, tanto física como mentalmente, se constituía. As tribos que adotavam essa nova forma de união passavam a predominar sobre as demais. A perspectiva de uma raça mais forte, aliada às riquezas produzidas, fizeram surgir uma nova relação social: o domínio dos mais poderosos sobre os vencidos.

Toda essa reorganização social, convertendo riquezas em propriedade privada, desestruturaram a formação familiar baseada na linhagem materna, isso porque, até então, a mulher era a responsável pelos filhos e quando o casamento se rompia, o homem retornava ao seu clã de origem (materno) e levava consigo tudo o que ele havia produzido; os filhos nada herdavam de seu pai. Desta forma a linhagem materna foi revista e o direito hereditário feminino cede lugar à descendência masculina, com a possibilidade de transmissão, aos filhos legítimos, dos bens da propriedade privada. A partir da legitimação da descendência inicia-se a dominação do homem sobre a mulher e filhos.

Durante muitos séculos prevaleceu a organização social baseada na família monogâmica, que foi se estruturando e se recompondo nas

diferentes sociedades. Mas essa forma de organização, não embasada no amor sexual, continuou a ser algo convencional. Foi a primeira forma de família fundada em preceitos sociais, com a submissão da mulher ao homem e transmissão dos bens adquiridos pelo casal aos herdeiros legítimos.

Caminhando no tempo, segundo o autor, chega-se ao feudalismo, onde o matrimônio, tanto para o cavaleiro como para o príncipe, não passava de um ato político ou de uma questão de aumento de riqueza e poder mediante novas alianças. O mesmo se podia dizer com relação aos burgueses da Idade Média, para os quais o matrimônio era um contrato, arranjado entre famílias, onde os vínculos afetivos ou sexuais não tinham a menor importância.

Para CANEVACCI (1987), todo esse esquema de sucessão estabelecendo graus evolutivos para a organização familiar descrito por MORGAN foi aceito e reelaborado por ENGELS, e complementado por teses sobre formações econômico-sociais, *“definidas pela articulação de um modo de produção particular, por uma determinada organização social e por um corpo de concepções ideológicas”*. (p.19)

Por outro lado, esse autor aponta que muitas críticas foram dirigidas a MORGAN com relação a esse método de sucessão de organização familiar, cronológico e lógico, como se houvesse uma evolução única, linear em distintos contextos sócio-culturais.

Acrescenta CANEVACCI (1984) que, se o evolucionismo ingênuo de MORGAN foi demolido pela pesquisa antropológica moderna, por outro lado *“foi justa e rica de detalhes e possibilitou a descoberta de que a*

organização em clãs pode ser considerada como a chave para a compreensão da origem arcaica dos povos “civilizados”. Outro ponto importante diz respeito à descoberta da descendência paterna, possibilitando a transmissão de bens e propriedades aos filhos legítimos, como um valor político.

A partir do século XVI, a organização da vida familiar européia é analisada por ARIÉS (1981), através de seus estudos iconográficos de pinturas da Renascença e calendários da época. Segundo as teorias do autor, até a Idade Média, não se podia dizer que havia vida familiar ou um sentimento de família.

Até o século XVI, havia uma valorização da figura masculina, pois as gravuras e calendários representavam homens – camponeses ou nobres – em suas atividades de trabalho ou festas, mas sempre sozinhos. Só a partir do século XVI, surge a mulher – a dama do amor cortês ou a dona-de-casa.

À medida que se avança no tempo, as mulheres e as crianças participam do trabalho e vivem perto do homem, na sala ou nos campos. Não se trata propriamente de cena familiar, mas da necessidade do artista em expressar discretamente a colaboração entre homens e mulheres no cotidiano da casa, com a preocupação de mostrar uma intimidade outrora desconhecida.

A última transformação que ocorre na iconografia das gravuras, a partir da metade do século XVI, tem muito significado uma vez que ela se torna a iconografia da família. Torna-se freqüente, nos calendários da época,

a associação entre as estações do ano e as situações vivenciadas pela família. Um exemplo clássico é o do calendário do mês de dezembro em que aparece a gravura de um velho pai agonizante no leito cercado pelos filhos. Nessa representação de final de ano já há indícios de um sentimento de família.

É a partir, também, do século XVI que as cenas familiares no interior da casa se tornam cada vez mais numerosas. Até então as representações estavam mais ligadas à vida comunitária nas ruas, nas festas e nas igrejas. Segundo ARIÈS (1981), até esse período, a privacidade era inexistente, a vida no aconchego do lar permaneceu desconhecida durante toda a idade média, período no qual os laços sangüíneos e a linhagem é que congregavam as pessoas. Pode-se até dizer que havia uma certa “solidariedade” entre os descendentes de um mesmo ancestral.

Ainda segundo esse autor, esse novo “sentimento de família” estava muito ligado à questão religiosa, uma vez que o leigo não dispunha de outro meio para assegurar sua salvação a não ser entrar para a vida religiosa. A instituição familiar possibilitou ao homem esta “santificação” fora da vocação religiosa, na prática dos seus direitos civis.

É ainda durante o século XVI que começa a se delinear uma nova estrutura familiar entre as elites européias, ou seja, a aliança da família patriarcal, com a autoridade centrada no homem. A esposa e os filhos compunham, juntamente com parentes, agregados, escravos, gado e todos os bens materiais, o patrimônio do patriarca, do “pater famílias”. Nessa nova concepção familiar, o exercício do sexo dentro do casamento tinha fins

reprodutivos e funcionava como um projeto de salvação da alma. O prazer sexual era exercido fora do contexto familiar, com diferentes categorias de amantes e prostitutas (ALMEIDA, 1987).

É a partir dessa nova reorganização social que surge a dicotomia entre vida familiar e social, entre público e privado e o território familiar é delimitado, *“há um grande desenvolvimento social, com a propulsão do poderio econômico, social e ideológico familiar”* (GUIMARÃES, 1995:33).

TRIGO (1989) aponta que a ordem patriarcal não deixava espaço para interesses pessoais. A principal finalidade dos casamentos era de ordem social, ou seja, fortalecer os grupos de parentesco e de status, preservando a herança e o poder econômico.

Ainda segundo a autora, a homogamia regia a escolha do parceiro, porque havia uma visão de mundo ligada à ordem social, na qual o par ideal era aquele que tinha os mesmos valores, interesses e gostos e, portanto, perfeito para uma união duradoura. A indissolubilidade do casamento estabelecida pela Igreja *“era forte argumento para uma escolha pensada, moderna e apoiada em princípios de igualdade que, no dizer dos discursos moralistas, aumentava a probabilidade de sucesso no casamento”*. (p.89)

O Renascimento, a Reforma e, mais tarde, o Iluminismo no século XVIII, cada um num terreno diferente, vão constituir brechas à moral cristã e ao modo global de se pensar o casamento. Com a Reforma Protestante o sexo torna-se menos pecaminoso, algo assim como comer, produzir e outras atividades tidas como naturais, desde que feitas a serviço de Deus (ALMEIDA, 1987).

A partir do século XVIII, como aponta VAITSMAN (1994), organiza-se a “sociedade moderna” e nela o conceito de hierarquia passa a ser entendido como o esforço de cada indivíduo para se apropriar das forças da natureza e aqueles que conseguem são os proprietários.

Essa nova forma de entender a hierarquia vai estar presente não apenas nas relações sociais, mas também nas relações familiares, uma vez que os proprietários são aqueles que detêm o poder através do trabalho produtivo e remunerado fora do lar, neste caso o homem. Aqueles que não exercem o poder, não são proprietários e nem remunerados são representados pelas mulheres no exercício das atividades domésticas.

Segundo ARATANGY (1995), a família, nessa redefinição social, perde seu caráter de unidade produtiva. *“Até então, o trabalho, mesmo do homem, se fazia em casa ou junto da casa; artesãos ou profissionais liberais tinham sua oficina no mesmo espaço em que viviam com a família”*. (p.80)

O trabalho passa então para a esfera do mundo público, da rua, das interações sociais e no “imaginário social” um mundo masculino, em contrapartida a criação dos filhos, o amor materno, o desempenho das atividades domésticas pertenciam ao mundo privado, restrito ao lar e reservado à mulher. A família torna-se individualista, mas permanece patriarcal, estruturada na divisão sexual do trabalho, que impede o exercício da liberdade e igualdade entre os dois sexos (VAITSMAN, 1993).

Desse modo, segundo ARATANGY (1995), as diferenças entre homens e mulheres são acentuadas e a imagem de cada um se transforma

numa caricatura: de um lado, a dureza do machão (frio, lógico, ativo) e do outro, a fragilidade feminina (emocional, intuitiva, passiva).

A partir do século XIX, surge na Europa Ocidental uma nova ideologia social baseada na individualidade, onde cada ser é único e, elevado à categoria de sujeito, passa a pensar e ser pensado como um ser liberto. Essa nova ideologia vai repercutir na ordem familiar e no sistema de alianças, pois, a partir daí, surge a possibilidade de se escolher o parceiro para o casamento. Essa escolha deixa de ser função dos pais para tornar-se teoricamente livre e embasada no amor – o chamado amor moderno (TRIGO, 1989; VAITSMAN, 1994).

Segundo CORRÊA (1994), com o advento da industrialização e a ruína das grandes propriedades rurais, a família patriarcal foi sendo substituída pela família conjugal moderna, *“típico produto da urbanização, reduzida ao casal e seus filhos, a finalidade do casamento não é mais principalmente a manutenção de uma propriedade comum ou dos interesses políticos de um grupo, mas, sim, a satisfação de impulsos sexuais e afetivos”*. (p.16)

Por seu turno, TRIGO (1989) refere que *“a nova ordem econômica maximiza a importância das relações afetivas como mediadoras do poder e do sistema econômico com uma grande valorização da mulher em seus papéis de mãe e esposa e louvam-se o amor, seja ele maternal, conjugal ou filial. Desenvolve-se uma expectativa de fusão entre o amor e o casamento”*. (p.89)

Para VAITSMAN (1994), essa livre escolha torna-se o ponto fraco dos casamentos modernos, porque, embora houvesse a possibilidade afetiva de

escolha, a divisão sexual do trabalho persiste com suas raízes no sistema patriarcal de família. Homens e mulheres passaram a se ver como iguais, criando assim as condições sociais para o aparecimento dos conflitos, levando os casais a buscar soluções para seus problemas nas separações conjugais.

Ainda segundo a autora, a concepção de casamento, fundado no amor eterno, único e insubstituível, parece ter ficado para trás. As relações de casamento e família assumiram novas formas *“fazendo e refazendo continuamente seus limites”*. O casamento moderno entrou em “crise”, na realidade porque os seus fundamentos, a divisão sexual do trabalho e a dicotomia entre o público e o privado foram abalados por essa nova perspectiva.

Atualmente, quando se fala em família reporta-se à família nuclear, considerada a forma modelar de vida das camadas médias e predominante na sociedade brasileira. Os atributos básicos dessa forma de organização familiar são a autoridade masculina, a divisão sexual do trabalho, os laços afetivos entre marido e mulher e entre pais e filhos, o controle da sexualidade feminina e a dupla moral sexual (ROMANELLI, 1991).

Segundo OSÓRIO (1982), a família nuclear é herdeira da revolução industrial que sinalizou a modernidade e sua organização se faz presente também nos estratos proletariados, que a tem como modelo idealizado para suas aspirações de ascensão sócio-econômica.

Entretanto, sabemos que, embora esta configuração familiar seja a mais freqüente na sociedade contemporânea, ela não é homogênea, coexistindo com outras formas de organização familiar.

O processo de industrialização e a rápida urbanização das metrópoles e dos grandes centros urbanos trouxeram modificações na estrutura social e as famílias vêm tentando se amoldar aos novos valores, procurando manter sua continuidade e promovendo o crescimento psicossocial de seus membros.

Concordamos com PRADO (1988) que a família não é um fenômeno natural, ou seja, ela foi se organizando e se institucionalizando através da história, apresentando formas e finalidades diversas em sua organização, muitas vezes numa mesma época e lugar. Apesar de todas as transformações, a família tem um papel único na sociabilidade, afetividade e bem estar físico dos indivíduos, principalmente durante o processo de crescimento e desenvolvimento infantil.

Nas últimas décadas muitos estudiosos redescobriram a família e o matrimônio como objeto de investigação e, a partir desse renovado interesse, inúmeros estudos sistemáticos foram surgindo. Apesar das divergências ou acertos entre as diferentes áreas do saber (antropologia, sociologia, psicologia), quanto ao tratamento específico do objeto de estudo, tem-se focalizado com êxito a importância da família para a compreensão da organização da sociedade (SAMARA, 1987).

No Brasil

A família brasileira é produto da colonização portuguesa. Quando os portugueses começaram a colonização do Brasil, em meados do século XVII, não havia casamentos da forma como se entendia na Europa; homens e mulheres viviam juntos de diferentes formas e, ainda em pleno século

XVIII, o índice de concubinato era altíssimo, chegando por exemplo a 80% entre os casais na Bahia. Apenas nas famílias mais abastadas havia um casamento convencional ao estilo europeu, que assegurava proteção às filhas ao deixarem a casa paterna.

A vida na colônia era mais comunitária, as crianças eram criadas pelas madrinhas, tias, avós, vizinhas, numa espécie de maternidade informal, algo parecido ao que ARIÉS descreve para a Europa medieval. Havia uma rede de solidariedade estabelecida entre a mulher, sua prole e a comunidade.

Os portugueses queriam organizar a sociedade na colônia, uma vez que não estavam adaptados àquela ordem familiar e passaram a impor seus próprios costumes e padrões de conduta. A Igreja e o Estado passaram a ditar normas de conduta, principalmente para a mulher, tentando convencer a população das vantagens do casamento. Segundo as tradições européias, a mulher devia obediência ao marido e este deveria ser piedoso e protetor da esposa. O casamento ideal era aquele sem excitação ou afeto.

Desta forma, a vida na colônia foi se transformando e surgiu a dicotomia entre a “casa” e a “rua” para as mulheres. A prostituição se instalou e as prostitutas foram afastadas da comunidade onde antes viviam com as outras mulheres, trabalhando em casa e cuidando dos filhos; para tanto sofreram dura perseguição. As casas de prostituição ofereciam divertimento e prazer aos homens, uma vez que estes eram desaconselhados dentro do lar.

Segundo SAMARA (1987), os portugueses transplantaram e adaptaram para o Brasil colônia o modelo de família patriarcal burguesa com tendências conservadoras. Com isso, confundiram-se vários conceitos: o de família brasileira, que passou a ser sinônimo de patriarcal e este último passou a ser sinônimo de família extensa.

Para PARKER (1991), esse modelo patriarcal que se organizou no Brasil, consistia em um núcleo composto pelo patriarca e sua mulher, assim como pelos filhos legítimos, todos morando sob o mesmo teto. Na periferia desse núcleo, entretanto, existiam outros grupos de indivíduos, muito maiores e mal delimitados, que mantinham seus vínculos com o próprio patriarca: suas concubinas, amantes, filhos ilegítimos, escravos e rendeiros, amigos e clientes. A figura do patriarca repousa claramente no coração desse sistema, ligando efetivamente o núcleo à periferia. A família patriarcal tornou-se rapidamente a unidade social dominante.

Para esse autor, a autoridade patriarcal, dentro deste contexto, tem sido interpretada como resposta às contingências da colônia: *“as dificuldades para estabelecer uma ordem social numa região geograficamente imensa que não tinha nenhum aparato coercitivo real, mas que se caracterizava por uma economia dependente de uma força muito grande de trabalhadores e escravos”*. (p.56)

No entanto, CORRÊA (1994) chama a atenção para a necessidade de se fazer uma cuidadosa revisão da literatura referente à organização da família brasileira, uma vez que é possível que outras formas de organização

pudessem estar presentes, mas que não tiveram a mesma ênfase dada à organização patriarcal.

Segundo a autora, as obras de Gilberto Freire e Antônio Cândido foram as mais analisadas pelos estudiosos para delinear o conceito de família brasileira. Estes estudos ou análises homogeneizaram a formação familiar brasileira como patriarcal. Isso sem levar em conta que, fora dos engenhos de açúcar ou das fazendas de café, outras formações familiares se organizaram com exigências de vida familiar bem distintas; entre elas podemos citar a dos pequenos produtores de tabaco e algodão, os artesãos, pequenos comerciantes instalados nos primeiros aglomerados urbanos, militares e escravos libertos, entre outros.

Segundo DA MATTA (1987) há diversidade de interpretação quanto à questão da organização da família brasileira, uma vez que a família patriarcal era uma forma dominante de constituição política que exercia o poder social e controlava os recursos da sociedade. Essa diferenciação é importante para que não se entenda a sociedade colonial como uma sociedade homogênea no que se refere à constituição familiar.

PRADO (1988) acrescenta que essa imagem clássica de família, na realidade, foi pouco expressiva; circunscrita, ela refletia mais um modelo europeu idealizado, trazido pelos imigrantes num passado mais ou menos recente, do que um modelo surgido aqui mesmo em nosso país.

O “mito da grande família” existe como fruto de valores idealistas e, segundo a autora, ainda hoje, principalmente nas classes mais privilegiadas financeiramente, esse mito se mantém. O patriarca. Além de provedor

financeiro da mulher e dos filhos, controla os meios de produção, o patrimônio e a renda familiar. Na maioria das vezes sua autoridade é indiscutível.

De uma forma geral, encontramos padrões patriarcais em todas as classes sociais, como, por exemplo, entre as famílias paulistas do século XIX. Enquanto o pai, por tradição, era o provedor da casa, da mulher e dos filhos, à mulher competia a responsabilidade pelas atividades domésticas e de assistência à família. (SAMARA, 1993)

Cabe aqui destacar a influência da Medicina na organização da vida familiar nos grandes centros urbanos, no século XIX. Segundo COSTA (1983), nesse período os índices de mortalidade infantil eram elevados em decorrência das condições de existência das famílias, cuja moradia, nutrição, saneamento e trabalho eram precários.

Para o autor, a medicina alia-se à Igreja tentando mudar esse panorama social e elabora programas preventivos e higienistas com ações que vão interferir, não apenas nas relações da vida familiar, mas também na moralidade sexual. A sexualidade deveria estar associada ao amor conjugal, necessários para a procriação de filhos sadios física e emocionalmente.

Ainda segundo o autor, os papéis sexuais também são definidos nesse novo alinhamento das relações familiares e esperava-se do homem racionalidade, sensualidade, preocupação com a saúde do corpo. A mulher era valorizada em seu papel de mãe, no aleitamento materno e educação dos filhos. Desta forma, o papel do homem complementava o da mulher no

casamento e essa nova organização familiar a partir de projetos médicos de saúde tornou-se hegemônica.

No início do século XX, em VAITSMAN (1993) & LEITE e MASSANI (1995), encontramos que os reflexos das concepções individualistas surgidas na Europa começam a influir de forma significativa na sociedade brasileira e conseqüentemente na organização familiar.

O individualismo, no sistema de alianças, implicava a busca e a seleção de um companheiro, mas de forma afetiva. O amor e a nova organização familiar tiveram formas e dinâmicas diferentes entre os mais pobres e os mais ricos, conservando contudo uma certa homogeneidade nas nuances de aspiração e de representações no momento histórico.

Após 1882, a família aparece como predominantemente urbana, formada pelo casal e os filhos e a casa torna-se recinto privado. As mulheres já não se limitam mais ao espaço doméstico. Vão sozinhas às ruas, assistem sessões na Câmara, lêem jornais e revistas e tornam-se sociáveis. Enfeitam-se, decotam-se e o recato cede lugar ao exibicionismo.

No Brasil e em vários lugares do mundo industrializado, como parte da própria dinâmica da sociedade moderna, as mulheres começam a participar de atividades do “mundo público”, seja no ensino, nas artes, política e cultura, deixando de se restringir apenas à aspiração ao casamento e aos filhos e passam a assumir múltiplos papéis.

Como bem apontam CARTER et al. (1995), *“as mulheres sempre desempenharam um papel central nas famílias, e a idéia de que elas têm um ciclo de vida à parte de seus papéis como esposa e mãe é uma idéia recente*

e ainda não amplamente aceita em nossa cultura. A expectativa em relação às mulheres, tem sido, até então, a de que elas cuidem das necessidades dos outros: primeiro dos homens, depois das crianças e dos idosos”. (p.30)

Para essa autora, as mulheres passavam da posição de filhas para a de esposas, mães com seus “status” definidos no ciclo de vida familiar.

As mulheres, segundo VAITSMAN (1993), conseguiram seu espaço como cidadãs, a concepção patriarcal foi abalada e a igualdade entre homens e mulheres tornou-se uma possibilidade social, com implicações no contexto familiar.

Neste final de século, as mudanças que vêm ocorrendo na vida familiar têm sido amplamente discutidas na imprensa. Diversas reportagens abordando a temática família com diferentes enfoques estão presentes em revistas de circulação nacional como Veja, Cláudia, Manchete, entre outras.

Segundo artigos publicados nessas revistas, sociólogos, antropólogos e historiadores estão assistindo à mais espetacular modificação na forma de estruturação da vida familiar desde a Idade Média, quando se consolidaram os pilares da família monogâmica, chamada célula mater da sociedade. É em nome da preservação dessa família que até hoje a Igreja Católica se opõe oficialmente ao divórcio.

Embora os parceiros tenham se unido por livre escolha, tendo o amor como base, na realidade não se sentem, por isso, obrigados a se manter juntos quando o casamento já não lhes traz felicidade e nem possibilidade de crescimento pessoal e profissional.

Um outro aspecto constantemente focado diz respeito à separação do casal, motivada pela infidelidade, principalmente masculina, e quase sempre com mulheres mais jovens.

Percebe-se, através da literatura, que a vida sexual do homem, fora dos limites do lar, já era freqüente e aceita com “certa naturalidade” pelas famílias formadas no regime patriarcal, na qual este fato não era motivo para uma ruptura nos laços conjugais. Isto no entanto, não significava que eram casamentos e relações felizes.

Hoje, não apenas a infidelidade masculina é questionada, como também já se fala da infidelidade feminina, sendo que esta é sempre apontada como muito mais sutil se comparada à do homem. A infidelidade feminina é algo mais sério porque, para a mulher, o sexo está estreitamente ligado ao amor, enquanto que o homem sabe separar melhor o sexo do amor, porque é incentivado a fazê-lo desde jovem.

De qualquer forma, separação, infidelidade, busca de individualização é o movimento psicocultural mais importante surgido em termos de comportamento de homens e mulheres neste século.

CARTER et al. (1995) acreditam que, embora o casal tenha a liberdade de escolher continuar ou não um relacionamento conjugal, eles permanecem co-progenitores de seus filhos. *“As pessoas não podem alterar o fato de serem relacionadas a quem são numa complexa teia de laços familiares. Quando os cônjuges agem como se o relacionamento que tiveram não tem mais nada a ver, eles o fazem em detrimento do seu próprio senso de identidade”.* (p.10)

Na sociedade brasileira atual, o modelo de família nuclear é hegemônico e visto como ideal a ser seguido pela maioria das pessoas, mas segundo estudo de ROMANELLI (1986) esse modelo tem sofrido fissuras e outros arranjos familiares têm surgido, percebendo-se um aumento do número de famílias matrifocais como resultado de diversas causas.

Nas camadas de baixa renda, a precariedade das condições de vida é a responsável pela fragilidade do vínculo conjugal, acarretando a dissolução da família nuclear. Em função da escassez de recursos financeiros, surge a necessidade de incorporação de outros parentes e agregados como membros produtivos, convertendo-se a família matrifocal em ampliada.

Para esse autor, entre os seguimentos das camadas médias urbanas a situação é diferente, surgem uniões pouco duradouras por opção entre homens e mulheres que mantêm vínculos afetivos sexuais, mas residindo em casas separadas, ou então mães solteiras que optaram pela maternidade independente. É freqüente ainda encontrar um número cada vez maior de pessoas residindo sozinhas.

De qualquer forma, para ROMANELLI (1986) esses arranjos podem indicar uma insatisfação com o modelo nuclear de família e ser um indicativo, ainda que emergente, de reorganização das relações entre os sexos em outras bases.

Contudo, alerta o autor, é necessário verificar até que ponto esses arranjos recentes contestam de fato o modelo nuclear de família ou, ao contrário, o reeditam, porém travestido com roupagens modernas.

A realidade de famílias chefiadas por mulheres aparecem nos dados do Censo Demográfico publicado pela FIBGE (1994), “... a proporção de chefes de domicílio do sexo feminino elevou-se de 14,7% para 18,1%. Em todas as regiões brasileiras a tendência foi homogênea, ficando a maior proporção de chefes mulheres na Região Nordeste, com 19,5%. ...As informações disponíveis, ainda não permitem qualificar as características sócio-econômicas e demográficas que vem assumindo esse conjunto de mulheres chefes de domicílio”. (p.58)

CRUZ NETO (1993) aponta para uma outra realidade em que vivem famílias nucleares brasileiras, cuja situação sócio-econômica oscila entre a pobreza e a miséria e que encontram nas ruas das grandes metrópoles o local para sua sobrevivência. Estas famílias são fruto das acirradas desigualdades da sociedade em que vivemos.

Para esse autor, é urgente o desenvolvimento de políticas sociais que focalizem essas famílias em situação de abandono e reforcem o modo de vida familiar, uma vez que elas congregam crianças e adolescentes. Que sejam articuladas à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, entre outros; que se resgate a cidadania.

No entanto, ressalta o autor, que nem sempre será possível reorganizar uma rede de relações que se tornaram conflituosas e contraditórias entre seus membros, dada a desestruturação já instalada. “Neste caso, se não for a família nuclear da criança, será a família adotiva, ou qualquer outra forma de recuperar as relações primárias, o espaço do afeto, do exercício, dos limites e do desenvolvimento cultural”. (p. 124)

Concordamos com o autor que a criança e o adolescente precisam de um espaço de convivência, afeto e segurança para que possam se desenvolver fisicamente e manter sua integridade emocional.

No que se refere ao aspecto jurídico, pela Constituição Federal de 1988 (art.226), a família brasileira é reconhecida como “base da sociedade” e concebida como sendo a “comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (art. 226, §.4º) possibilitando-se com isso a igualdade entre os cônjuges.

MINUCHIN (1990) coloca que os novos conceitos e objetivos da sociedade urbana e industrial requerem cada vez mais que os pais se integrem ao mercado de trabalho, delegando muitas das funções que antes eram consideradas deveres familiares, para uma rede extra familiar, como creches, escolas, meios de comunicação e amigos.

Para UBEDA (1996), *“as novas expectativas de vida e a necessidade de expansão econômica, mesclaram-se aos costumes, pela própria necessidade de adaptação do homem ao novo meio em que foi obrigado a conviver. Em consequência disso, padrões e conceitos familiares alteraram-se e/ou reconstruíram-se”*. (p.88)

O homem sempre entendeu a família como algo natural ou divino e estas características foram o denominador comum para manter os bens econômicos, afetivos e ideológicos. A família passou por várias transformações de laços heterogâmicos para monogâmicos, de famílias extensas para o estreitamento entre pais e filhos apenas. A família feudal foi superada e proclamou-se o vínculo indissolúvel entre o homem e a mulher,

até chegar-se à valorização do casal como base da família nuclear. O que a história tem mostrado é que a família sempre esteve se recriando conforme a época e o lugar, com diferentes estilos (GUIMARÃES, 1995).

Postura semelhante a esta encontramos em KNOBEL (1992) para quem é possível que tudo se transforme com o processo social e o que entendemos hoje por família possa vir a ser o germem de uma outra estrutura de vida social no futuro.

OSÓRIO (1992) diz que, por todas essas transformações, a família está em “crise”, face a emergência da nova onda civilizatória, ressaltando, porém, que considera a expressão “crise” como sendo um ponto crucial mas indispensável ao desenvolvimento dos indivíduos, pois através delas adquire-se experiência e uma melhor definição de objetivos. *“Logo, quando estamos nos referindo a crise da família não estamos certamente aludindo a uma eventual ameaça de desintegração ou extinção... Ela não desaparecerá enquanto a espécie humana não se extinguir, mas estará, como esteve até então, em lenta, por vezes imperceptível, mas constante renovação”.* (p.28)

2.3. A família e o adolescente

Segundo CARTER et al. (1995), quando os filhos atingem a adolescência, a tarefa da família é se preparar para uma mudança qualitativa nos relacionamentos, já que os filhos não serão mais dependentes de seus pais. É na adolescência que os jovens passam a ter interesses fora da família, tanto na escola quanto com os amigos. Essa nova

situação na vida familiar gera nos pais sentimentos de conflito e insegurança.

Nesse momento, segundo MALDONADO (1985), o relacionamento entre pais e filhos se torna complexo e muitos dos conflitos que os pais tiveram em sua própria adolescência, e mesmo outros gerados na vida atual, vão transparecer nas relações com os filhos adolescentes podendo gerar atritos.

Para GAUDERER (1994), a sociedade moderna tem exigido muito dos adultos em termos materiais, de consumo, de conquistas profissionais, de atualização e esta competitividade cria uma racionalidade que acaba não permitindo uma certa flexibilidade aos pais, para tolerar questionamentos com certa tranqüilidade, com isso “batem de frente” com o adolescente.

Segundo KNOBEL et al. (1981), o entendimento na relação entre pais e filhos é a melhor forma de minimizar os conflitos quando chega a adolescência, mas na realidade, a flexibilidade e a abertura para o entendimento tão necessários, deveriam ter começado em etapas anteriores do desenvolvimento infantil.

Segundo esses autores, a criança ao nascer sofre o impacto do mundo exterior e necessita da ajuda da mãe ou substituta que atenda suas necessidades básicas de sobrevivência. À medida que seu desenvolvimento progride, situações gratificantes ou frustrantes (seio bom, seio mau, mãe boa, mãe má), vão sendo incorporadas à sua personalidade, “a apreensão do mundo externo vai plasmando e condicionando o mundo interno”. (p.38)

De maneira geral, esses autores acreditam que objetos e situações gratificantes do mundo externo criam um mundo interno mais tranquilo e o inverso também é verdadeiro. *“A díade mãe-bebê, logo a triade que vai incluir o pai e depois a expansão do mundo da criança para as demais situações e objetos do mundo familiar, vão assumindo crescente importância para o seu destino presente e futuro”*. (p.38)

É evidente que esta é a situação ideal para o bom desenvolvimento da personalidade do adolescente. Pais ajustados, segundo KNOBEL et al. (1981), são aqueles que se comportam de forma a não violentar a intimidade dos filhos e que possibilitam a aquisição da identidade sexual e do “self” de seus filhos sem fixações ou dependências conflitivas.

Em GAUDERER (1994), encontramos que na sociedade atual está ocorrendo um excesso de “psicologização” que tem levado muitos pais a não acreditarem em sua capacidade de educar, o que os torna inábeis para lidar com situações do cotidiano; sempre em dúvida entre o certo e o errado.

Por outro lado, toda mudança na estrutura familiar brasileira, com aumento na incidência de separações dos casais e uma busca de individualidade e realização pessoal, tem propiciado um distanciamento entre pais e filhos, uma falta de diálogo e uma menor troca de experiências. Esse conjunto de situações tem tornado “complicada” a tarefa de educar.

Um outro aspecto a ser considerado quando se aborda a questão da educação de filhos adolescentes é, segundo a Organização Panamericana de Saúde - OPS (1992), a falta do desenvolvimento pela família do sentimento de religiosidade, considerado *“fundamental ao ser humano e que*

marca profundamente a personalidade, sua maneira de sentir, de pensar e agir, assim como a maneira de ver a si próprio e aos seus semelhantes”. (p. 7)

Este aspecto está sendo cada vez mais adiado no nível social, familiar e individual. Seu desenvolvimento tem sido reprimido pelo comportamento racional do adulto com sérias conseqüências na formação, na estruturação da personalidade e na saúde mental de seres sensíveis e vulneráveis como as crianças e adolescentes.

Esta questão também aparece nos textos de SALES (1988) que refere-se à sociedade atual, inspirada numa ideologia que consagra valores transitórios, como sucesso financeiro, político e profissional, a um consumismo desenfreado e descartável. Essa nova ideologia frenética, fomentada pelos meios de comunicação, não deixa lugar para espaços estáveis da vida como: amor, Deus, eternidade. Mas, segundo o autor, apesar de tudo, os jovens estão cada vez mais superlotando *“templos evangélicos, católicos, seguindo seitas orientais, a procura da maior das ilusões que é a esperança de um mundo melhor”.* (p.34)

Ainda no que se refere à educação de filhos encontramos um estudo desenvolvido por BIASOLI-ALVES (1994) com famílias das classes médias a partir da década de 30, onde verificamos que nesse período as famílias embasavam suas atitudes educativas na religião e no sistema de educação em que as mães foram cuidadas. Nessa década os filhos estavam sempre “sob os olhos das mães”; as crianças tinham grandes espaços para

brincadeiras como a rua, praças e quintais e muitos amigos, primos e vizinhos.

Os pais tinham o controle sobre os filhos e eram exigentes, principalmente com as normas sociais; havia repressão à liberdade e à sexualidade.

Nas décadas de 50 e 60 as famílias já buscavam como fonte de orientação as normas oferecidas pela pediatria, embora muitos traços da educação tradicional fossem conservados. Os brinquedos industrializados, a televisão começaram a fazer parte do cotidiano e a vida torna-se mais limitada à família nuclear; as cidades começam a crescer. A criança continua “sob os olhos das mães”, mas a educação tem exigências como afetividade e a sexualidade já não é tão reprimida e passa a ser vista com mais naturalidade.

A autora aponta que, entre 70 e 80, as crenças e atitudes com relação à educação dos filhos emanam de especialistas, pediatras, psicólogos, livros e revistas sobre educação. A maioria das famílias residem em apartamentos, em cidades onde o trânsito é intenso. As crianças têm menos espaços e as mães agora estão “sob os olhos do conhecimento científico” e são criticadas se não dão liberdade suficiente para os filhos escolherem suas atividades. A sexualidade é vista com naturalidade e os adultos se tornam mais permissíveis.

Para esta última década, a autora comenta que muitas pesquisas indicam que o excesso de liberdade trouxe muitos problemas, ao contrário do que se esperava, indicando a necessidade de se redimensionar as

práticas educativas e até “um retorno” às mais tradicionais, ditas simples e seguras.

A maneira como a criança é educada e socializada repercute em suas atitudes tanto na adolescência, quando culmina o processo final de estruturação da personalidade, quanto na idade adulta.

Para que os pais consigam estar junto aos filhos, com menos angustias e conflitos há necessidade de se buscar soluções alternativas que permitam um espaço para o diálogo, o saber ouvir, a honestidade de respostas, a segurança, a fé, a crítica construtiva, e até mesmo a revisão de atitudes e valores.

Para ABERASTURY (1991) até há pouco tempo, o estudo da adolescência centrava-se somente sobre o adolescente. *“Este enfoque foi e será sempre incompleto se não se levar em conta a outra face do problema: a ambivalência e a resistência dos pais e da sociedade em aceitar o processo de crescimento”*. (p.16)

Para essa autora, o adolescente precisa conhecer de perto a história de sua família, de cada um dos seus membros, da sua realidade econômica e de sua ideologia.

De acordo com UBEDA (1996), o adolescente traz em si não apenas a história de seus pais mas também as interações vividas com eles, tendendo a repetir modelos internalizados de conduta, *“almejar que um jovem se torne um ser humano produtivo e inteligente envolve não só o reconhecimento de que é preciso assegurar a satisfação das necessidades biológicas básicas, mas, também, que a família lhe possibilite oportunidade*

para se tornar integrante da cultura e ter condições de apropriá-las segundo seus esquemas de ação”. (p.149)

Em síntese, pudemos conhecer, através da literatura, um pouco da trajetória da vida familiar. Dos casamentos por grupos chegamos à família nuclear; dos casamentos arranjados por interesses financeiros passamos para escolha do companheiro idealizado, amor único; nos dias atuais buscamos na organização familiar um espaço, onde haja igualdade entre homens e mulheres quebrando a dicotomia entre o público e o privado, mantendo o amor conjugal e a fidelidade entre marido e mulher.

Sabemos que não houve nesse processo uma evolução única, linear. As teorias dos diferentes autores apontam que a organização familiar foi adquirindo diferentes contornos ao longo do tempo sob a influência de determinantes sociais, políticos, econômicos e religiosos e várias configurações numa mesma época e lugar. Chegamos a encontrar na sociedade contemporânea famílias inteiras vivendo nas ruas das grandes metrópoles, em condições de miséria, decorrente desta sociedade excludente e desigual.

De certa forma, procura-se a felicidade hoje mais do que em outras épocas, apesar da alta competitividade e racionalidade imposta pela sociedade moderna.

Claro que vivemos um período de crise familiar, mas isso não significa que ela esteja fadada ao desaparecimento, com certeza, a própria história já nos mostrou, haverá uma reorganização e uma nova estrutura familiar talvez possa surgir.

Por outro lado, a preocupação com os filhos, a forma de orientá-los e as maneiras de conduzi-los com segurança nunca estiveram tão presentes na pauta das discussões como nos dias atuais.

Hoje os pais estão preocupados ou pelo menos mais interessados em conseguir manter um diálogo com seus filhos. Não podemos ignorar que a AIDS, as doenças sexualmente transmissíveis e as drogas são molas propulsoras para uma nova possibilidade de relacionamento entre pais e filhos.

Entendemos que todo o interesse de diferentes pesquisadores e dos próprios pais ao redor da família nos indica que ela continua sendo a célula fundamental da sociedade, a matriz do desenvolvimento psicossocial de seus membros e a que determina a estes o cunho da individualidade.

Capítulo 3

3. Sexualidade na adolescência

Ao estudarmos a trajetória da organização social da família ao longo do tempo, verificamos que a questão da sexualidade sempre permeou esta organização, com diferentes significados para homens e mulheres.

Segundo GUIMARÃES (1995), o homem foi elaborando histórica e culturalmente tantas regras, tantas exigências, cerimônias, interdições e permissões que a atividade sexual deixou de ser natural, não permitindo nem mesmo nos dias de hoje uma abordagem tranqüila sobre o assunto.

A sexualidade, como um recurso da lei de atração na perpetuidade do Universo, é inerente à própria vida, face às potencialidades criativas de que se reveste. Nos seres primitivos, situados nos primeiros degraus da emoção e do raciocínio, e, ainda, em todas as criaturas do nível dos “brutos”, a descarga de semelhante energia se opera inconsideradamente.

À medida que o ser evolui, no entanto, passa a compreender que a energia sexual envolve o impositivo da responsabilidade em sua aplicação, e que, por isso mesmo, deve estar controlada por valores morais que lhe garantam o emprego digno, seja na criação de formas físicas ou na criação de obras beneméritas da sensibilidade e da cultura. Sexo é vida e conseqüentemente reclama discernimento, onde e quando se expressa.

Acontece, porém, que ainda é restrita a porcentagem de pessoas habilitadas a pensar em termos de auto-análise, quando o instinto sexual lhes derrama do ser. Por isso mesmo, os indivíduos precisam e devem saber

o que fazer com a energia sexual, observando como, com quem e para que se utilizam de semelhantes recursos.

O sexo tornou-se um dos assuntos mais discutidos nos tempos modernos, embora Freud, já nos fins do século passado, tenha escrito e debatido muitas questões relativas à sexualidade e ao comportamento sexual. Sua filosofia tem sido amplamente divulgada e incrementada no mundo atual, pois a sociedade vem passando por profundas transformações desde a II Guerra Mundial, ressaltando-se que, neste último século, a mulher adquiriu uma “liberdade sexual” e social totalmente desconhecida há três gerações.

Em seu novo papel de mulher independente tem competido em muitos terrenos com o homem e tem ocupado cada vez mais seu lugar, quer seja nas artes, na literatura, na indústria ou nos esportes.

Essas transformações culturais e morais acarretaram inúmeros problemas sociais novos ou agravaram outros já existentes como: prostituição, aborto, homossexualidade, desajustes conjugais, divórcio e outros. Com isso a “célula” da sociedade que é a família sofreu sérios abalos, o que fez com que pesquisadores e cientistas estudassem o problema da sexualidade de forma profunda, reformulando conceitos e respondendo aos problemas de relacionamento sexual através de inúmeros textos científicos.

Mais do que nunca os casais têm buscado ajuda profissional de psiquiatras, psicólogos e ginecologistas, para tentarem solucionar seus conflitos conjugais e atingir a verdadeira felicidade.

Buscamos na literatura as raízes das dificuldades enfrentadas pelos homens de nossos dias para abordar temas relacionados à sexualidade e os contornos que a mesma assumiu em diferentes épocas e civilizações.

Nos primórdios da civilização, segundo as teorias de ENGELS (1982), as atividades sexuais eram livres entre homens e mulheres, sem que isso tivesse uma conotação de promiscuidade. Os filhos descendiam da linhagem materna, pois só se sabia com certeza quem era a mãe e os grupos familiares formavam os clãs.

Essa forma de relacionamento livre foi se transformando com o passar do tempo em conseqüência do acúmulo de bens nos clãs, surgindo as primeiras propriedades privadas. Com essa nova forma de organização social, o relacionamento sexual passou a ser atividade exercida por um casal, para que seus filhos legítimos pudessem herdar os bens desse clã. Os casamentos foram se tornando monogâmicos e as famílias se organizaram dentro do sistema patriarcal, com linhagem sangüínea paterna.

Nessa forma de organização familiar, o sexo passa a ter como objetivo a reprodução; as mulheres se tornam submissas aos maridos, a quem se mantêm fiéis sexualmente; o mesmo não ocorre com os homens que podiam manter atividades sexuais fora do casamento.

Em COSTA (1986) encontramos que a nossa civilização ocidental tem suas raízes entre o povo hebreu, de quem foram herdados os princípios morais, legais e religiosos. Os hebreus adotavam a forma patriarcal de casamento e o consideravam de cunho divino. Da mulher era exigido que se

mantivesse virgem até o casamento e a castidade de homens e mulheres era exaltada.

Entre os gregos, a função reprodutiva também era a mais importante no casamento, uma vez que havia necessidade de homens para as infindáveis guerras de conquistas de novos territórios. As meninas eram educadas para as tarefas domésticas e preparadas para se casarem logo após as primeiras menstruações e geralmente com homens mais velhos. Os meninos, ao contrário, eram desestimulados ao casamento antes dos 21 anos de idade e as masturbações eram condenadas pelo medo do enfraquecimento e perda de energia. No entanto, o homossexualismo era estimulado, mas somente com os mestres responsáveis pelo desenvolvimento moral e intelectual dos jovens aprendizes até que estes terminassem seus estudos.

Os romanos assimilaram grande parte da cultura grega e a riqueza do vasto império dos césores permitia festas suntuosas para a elite dominante, onde o prazer sexual era apenas parcialmente restrito.

Segundo GAUDERER (1994), as regras foram surgindo como mitos e tabus para estabelecer limites ao sexo. Um exemplo era o tabu do incesto, cuja finalidade era evitar a mistura de material genético de pessoas consangüíneas, o que poderia acarretar uma deterioração da espécie. Da mesma forma, o uso de roupas cobrindo partes eróticas e sensuais do corpo tinham como objetivo não estimular eventuais parceiros.

Por outro lado, os tabus e mitos a respeito da masturbação, sexo anal e homossexualismo originaram-se exatamente por não se tratarem de

atividades procriativas, pondo em risco a perpetuação da espécie, Segundo esse autor, esses mitos surgiram numa época em que a sobrevivência do ser humano girava em torno dos 30 anos e havia necessidade de homens para as guerras, lavouras e para o trabalho.

COSTA (1986) ressalta que a sexualidade dentro da concepção religiosa era carregada de tabus que afetavam a maneira de se encarar a sexualidade, e o primeiro deles refere-se ao “pecado” de Adão e Eva, a partir do qual, tudo o que diz respeito ao relacionamento sexual está ligado a um sentimento “de vergonha”. Outros tabus são os de que os anjos são assexuados e portanto puros, e o diabo representa a sexualidade vivida em promiscuidade; todos eles atestam uma atitude desfavorável da igreja com relação ao sexo e ao prazer.

CABRAL (1995) acrescenta uma outra idéia repassada pela doutrina cristã no ocidente, que é a dualidade entre corpo e alma, na qual a alma é mais importante que o corpo, pois que a mesma recebeu de Deus a existência e a imortalidade. Essa idéia favoreceu uma educação sexual que nega o corpo ou o coloca em segundo plano. Ao longo da história ocidental, esta tem sido uma forma de os homens viverem a sexualidade de maneira reprimida.

De uma certa forma, segundo COSTA (1986), as normas, os valores cristãos e as necessidades do Estado foram enquadrando a sexualidade, principalmente a partir do século XVI, quando se inicia o processo de modernização da sociedade e a ascensão da burguesia, aliando as influências da Igreja e dos moralistas no controle da vida social.

Podemos acrescentar ainda que, nesse final de século, o poder da ciência e da tecnologia vem ditando novas regras, estabelecendo permissões e proibições para os relacionamentos sexuais.

Até aqui vimos como a sexualidade foi fortemente influenciada pelas idéias cristãs, culturais, políticas e econômicas, nas quais a iniciação sexual da mulher deveria se dar no casamento e ter fins procriativos, enquanto ao homem eram permitidas a prática sexual e a busca do prazer fora dos limites do matrimônio.

A partir do século XVIII, na Europa, como nos aponta GIDDENS (1993), surge o amor romântico, que vincula a idéia de liberdade para a busca do parceiro ideal, considerado um aspecto desejável no matrimônio.

O amor romântico parece mais ligado à questão de gênero, uma vez que as mulheres são as grandes heroínas de histórias e romances que começam a surgir nesta época.

No início do século XIX, uma onda de histórias românticas, nas quais as mulheres apareciam como pessoas corajosas e independentes e conseguiam o coração de um homem indiferente e até mesmo hostil, mostrando todo o seu poder de sedução, invade as livrarias.

O amor romântico, juntamente com outras mudanças sociais, afeta a visão que se tinha do casamento até então e suscita a questão de compartilhar, de intimidade do casal e ajuda a separar o relacionamento dos dois de outros aspectos da organização familiar. O sexo se une ao amor e começa a fazer parte do casamento, dada a possibilidade de escolha do parceiro.

Durante muitas décadas, o amor romântico manteve-se associado ao casamento e à maternidade, reforçando a idéia de que o verdadeiro amor uma vez encontrado é para sempre.

No capítulo sobre a família, verificamos que o amor romântico tornou-se na verdade um vínculo frágil na manutenção dos casamentos modernos, permitindo a igualdade entre os parceiros e a quebra da dicotomia entre o público (atividade masculina) e o privado (atividade feminina).

Na sociedade brasileira, em virtude da influência portuguesa em nossa colonização, a sexualidade dentro do casamento não se deu de forma muito diferente da que aconteceu na Europa.

Para GOLDBERG (1984), no Brasil-colônia a Igreja Católica, para combater o concubinato (forma de união predominante nas camadas rurais e populares), defende a família patriarcal, como o principal modelo de poder na organização familiar, em que só se admitia o desejo e o prazer sexual do homem fora do lar com prostitutas ou mulheres pobres (brancas, negras, índias e mestiças), por isso elas se tornavam a companheira sexual preferida para o homem branco e também para a iniciação sexual dos meninos.

A esposa, geralmente portuguesa ou espanhola, tinha uma posição social de destaque, mas estava confinada a um mundo anti-sexual. A sexualidade para ela resumia-se à reprodução da raça e essa era a educação passada de mãe para filha.

Segundo a autora, o Brasil tornou-se uma República mas a diferenciação não desapareceu, principalmente nas grandes cidades onde o

maior contingente de mulheres para o prazer sexual são provenientes das classes pobres, mostrando que as raízes classistas e raciais não desapareceram.

Para PARKER (1991), o patriarcalismo no Brasil não foi simplesmente uma forma de organização familiar e social, foi também uma construção ideológica, *“um sistema de representações que continua a influenciar as maneiras pelas quais os brasileiros contemporâneos compreendem a ordem própria das coisas no seu universo, estruturam suas interações sociais e interpretam o sentido de suas relações sociais”*. (p.56)

Dessa forma, a sexualidade também passa por esses princípios ideológicos. Os conceitos de homem e mulher foram definidos em termos de oposição; o homem como um ser forte, superior, ativo, viril e com potencial para violência; e, em contrapartida, a mulher como um ser inferior em todos os sentidos: mais fraca, dócil, bela e desejada, mas de qualquer forma, e em qualquer posição social, sujeita à absoluta dominação masculina.

Ainda para o citado autor, *“Essa extrema diferenciação carregava consigo um dualismo moral explícito, que contribuiu para legitimar e reforçar a ordem aparentemente natural de hierarquia de gênero”* (p.58). Esse legado patriarcal continua a afetar o pensamento brasileiro e a maneira como os homens de hoje visualizam seu meio social.

Por outro lado, CONCEIÇÃO (1988) afirma que, tanto para homens como para mulheres, a educação sexual sempre foi ostensivamente repressora. As regras sociais vigentes só aceitavam, para os jovens, o

exercício da sexualidade dentro do matrimônio e mesmo assim limitado à reprodução.

Esse esquema se manteve estável até meados da década de 50, quando se desencadeou, na Europa, o “movimento beat” com reflexos no Brasil. Esse movimento, representando uma contestação dos jovens ao modelo social vigente, trazia em seu bojo a “revolução sexual”, pregando uma nova concepção de sexo desvinculado de compromisso, o uso de drogas e novos hábitos de vestir e falar.

Segundo a autora, esse movimento trouxe a oportunidade para que o homem avaliasse seu comportamento sexual e repensasse a opressão que vinha vivendo há várias gerações.

Na década de 60, segundo SALES (1988), um outro movimento começa a tomar vulto, o “movimento hippie”, que surgiu como uma grande esperança de derrubada de muitos mitos políticos, culturais, sociais e entre eles os sexuais, como o da virgindade e da superioridade masculina. Novos conceitos começam a ser discutidos como o direito ao prazer sem restrição, a liberação sexual da mulher através da pílula anticoncepcional e a produção, em larga escala, de revistas pornográficas.

Segundo CONCEIÇÃO (1988), vários estudos sobre sexualidade foram iniciados mostrando que a sociedade vigente desvinculava o sexo da natureza humana. O homem, apesar de acreditar no seu direito de buscar o prazer e o seu exercício pleno, vivia em conflito entre esses ideais de liberdade e uma educação sexual rígida da qual era fruto.

O exercício da sexualidade por homens que foram educados sob repressão, não lhes dava liberdade e nem sempre trazia benefícios, podendo mesmo haver prejuízos e cita como exemplos mais relevantes dessa situação o uso do sexo para agredir o sistema, o sexo com finalidades econômicas, além de sua exploração e vulgarização pelos meios de comunicação de massa.

Os pais da década atual foram os adolescentes desse período de transformações e vivenciaram, de diferentes maneiras, esses movimentos que influenciaram suas visões de mundo e, de uma certa forma, os deixaram inseguros vendo os rígidos padrões morais de sua infância irem sendo derrubados pelas rápidas transformações que estavam ocorrendo, sem que houvesse um tempo para a elaboração e modificação da realidade interna de cada um. (SALES, 1988)

Segundo TIBA (1994), é inegável que essas experiências produziram adultos de um tipo especial, que se consideram psicologizados, pois levam em conta que nem sempre as relações humanas obedecem a regras sociais; muitas vezes elas são movidas por desejos. Querem que os filhos sejam mais felizes do que eles próprios, mas não estão seguros de como transmitir isso.

Para o autor, talvez a principal explicação para esse antagonismo é que o discurso liberal e a psicologização instalou-se na superfície, na periferia da personalidade desses pais, ao passo que a educação e os valores que receberam durante a infância e juventude permanecem gravados, quase intactos, numa região mais profunda de sua personalidade.

Essas “camadas”, a periférica e a profunda se alteram durante o período de educação dos filhos. Quando chega a adolescência e se apresentam questões mais sérias, como é o caso da sexualidade, a camada mais profunda entra em ação e eles acabam, repetindo as mesmas atitudes que condenaram em seus pais.

Segundo SUPPLY (1991), a questão da sexualidade mudou tão rapidamente, nas últimas décadas, que deixou os pais meio perdidos. Antigamente as famílias não tinham muitas dúvidas em saber o que era certo ou errado; o que podiam permitir ou não. Hoje vivemos um momento difícil para a construção de um sistema de valores sexuais.

Para a autora, apesar do período de transição em que vivemos, existem alguns valores que não podem deixar de ser transmitidos aos jovens, tais como:

- 1) O respeito por si próprio e pela sua dignidade enquanto pessoa.
- 2) O respeito pelo outro. A ninguém é permitido ver ao outro como meio de satisfação de suas necessidades.
- 3) O acesso à informação. Responder o que a criança quer saber de forma honesta e não preconceituosa.
- 4) Ajudar a criança a desenvolver o espírito de crítica, a capacidade de raciocínio e a reflexão para escolher o que lhe convém.

Um outro aspecto da sexualidade abordado por SUPPLY (1991) é que, para lidar com a sexualidade dos filhos, os pais necessitam se defrontar com a própria sexualidade e esta situação pode gerar, muitas vezes,

angústia. A sexualidade dos filhos traz à tona para muitos aspectos reprimidos da própria sexualidade dos pais.

Para VITIELLO et al. (1991), todo pai gostaria que o filho não repetisse as mesmas experiências - algumas amargas - que ele próprio já vivenciou. Mas, segundo os autores, os jovens, apesar dos conselhos e advertências, com certeza não deixarão de cometer os próprios erros na aquisição das experiências de vida.

Ainda segundo esses autores, é muito freqüente que os pais tentem transmitir um discurso liberal frente a determinadas situações que contrastam, fortemente, com suas atitudes repressoras. O jovem percebe essa dupla mensagem e fica confuso, sendo bastante prejudicado em sua formação. *“Os pais jamais devem negar que se sentem embaraçados frente a certos temas, quando esse embaraço existir. É sempre preferível um não sei ou vamos procurar na enciclopédia? do que uma tentativa de resposta enganadora que, mais cedo ou mais tarde, será desmascarada”* (p. 19)

Os aspectos apontados por esses autores respondem, em parte, pela dificuldade dos pais em dialogar com os filhos quando o assunto é sexualidade. Por outro lado, GUIMARÃES (1995) enfatiza que é na família que se desenvolve a cultura, é nela que homens e mulheres nascem, vivem, se reproduzem e morrem, dando continuidade às gerações. *“É na família que surgem as bases das atividades sexuais, que são culturais mais do que inatas”*. (p. 29)

Para a autora é na família que se forma a estrutura psicológica do indivíduo; é no espaço familiar que fervilham as contradições e os jogos do amor

e do ódio, da proteção e da violência, as disputas e os “choques de gerações”.

A pesquisa realizada por ARRUDA (1992) nas escolas públicas e privadas de Campina Grande – Paraíba, com adolescentes entre 13 e 19 anos, deixa evidente, através das respostas aos questionários aplicados, que os jovens se ressentem da falta de informações sobre sexo. No entanto, esses mesmos jovens citam que a primeira fonte de informação são os amigos e as revistas Ele e Ela, Playboy e Privê (especialmente os meninos). As orientações recebidas em casa, segundo a autora, não esclarecem nada, uma vez que os jovens só ouvem de seus pais frases como: “sexo só quando casar”; “isto é pecado”; “é feio”.

Apesar da dificuldade dos pais, entendemos que é no convívio familiar, entre pessoas que se estimam e tentam superar as dificuldades do dia a dia que as questões de sexualidade devem ser debatidas levando-se em conta os valores, atitudes, crenças religiosas e culturais da família.

Como afirma PARKER (1991), *“cada vez mais, a sexualidade tem sido tema de discussão e debate não apenas na sociedade brasileira e sua importância fica ainda mais pronunciada quando controvérsias sobre o aborto, os direitos das minorias sexuais e, mais recentemente, a alarmante propagação da AIDS se colocaram no centro das atenções pública na vida contemporânea”*. (p.17)

Em SUPLICY et al (1995), encontramos que a AIDS é uma epidemia mundial e seu combate só será possível através de um trabalho de

prevenção e conscientização da necessidade de se mudar comportamentos sexuais até agora aceitos como corretos.

Segundo os autores, a população e principalmente os adolescentes necessitam ser esclarecidos de que o vírus da AIDS não está mais circunscrito aos chamados grupos de risco, mas envolve a todos, independente de classe social, raça, sexo, idade, crença religiosa, desde que não se protejam em seus relacionamentos sexuais.

Os autores colocam que muitos obstáculos culturais e emocionais ainda dificultam o trabalho de prevenção não apenas da AIDS, como também das Doenças Sexualmente Transmissíveis. Dentre os obstáculos apontados pelos autores gostaríamos de ressaltar o da “onipotência”, um sentimento próprio dos adolescentes e que os levam a imaginar que com eles “nunca vai acontecer” e que estão imunes a qualquer perigo. *“Assim eles se colocam diante do HIV, acreditando que não pegam AIDS e, portanto, não são necessários comportamentos preventivos como o uso da camisinha...”* (p.86).

Ao lado de questões como a AIDS e as doenças sexualmente transmissíveis, a sociedade, em crescente transformação de valores e padrões culturais, está convivendo com a realidade de uma iniciação sexual cada vez mais precoce entre os jovens. Segundo RAPPAPORT (1995), *“por muitas razões (falta comunicações, cobrança dos grupos, mensagens transmitidas e incentivadas pelos meios de comunicação de massa, falta de diálogo com os pais, solidão, etc.), é freqüente o início de uma vida sexual precoce”*. (p. 48)

Para essa autora, quando um jovem está desestruturado e cede a essas pressões, as relações sexuais costumam trazer muito mais angústias do que prazer.

A iniciação sexual precoce entre adolescentes tem acarretado uma preocupação cada vez maior entre profissionais de saúde, pais e professores em decorrência da falta de conhecimentos sobre concepção e uso de contraceptivos.

LOPES et al (1993) referem-se a uma tendência na diminuição da idade da primeira relação sexual. No Brasil, a idade média é de 16,9 anos para meninas e 15 anos para os meninos, sendo que essa iniciação precoce não vem acompanhada de cuidados com a anti concepção. Segundo esses autores, 26% da população feminina de 15 a 24 anos já viveu uma gravidez, sendo que a mesma foi indesejada para 40% dessas jovens.

Dados semelhantes são encontrados em ARATANGY (1995) para quem *“na última década, cresceu o número de jovens entre 15 e 19 anos, que se tornaram mães. Na década de 80, 13,3% dos bebês nascidos em São Paulo foram gerados por adolescentes; em 1992, esse índice subiu para 17,35%”*. (p. 112)

Segundo a autora, nesses números não estão incluídos os casos de abortos praticados por adolescentes como um método para se interromper a gravidez *“mais arriscado e sofrido que qualquer outro”*.

Em reportagem da Folha de São Paulo (1991), encontramos que a Organização Panamericana de Saúde (OPS) estima que anualmente 1,2 milhão de adolescentes provoquem aborto no Brasil, o que significa que

quase a metade daquelas que engravidam acabam abortando. Estes dados nos apontam o despreparo dos jovens para assumirem uma vida sexual, gerando sérios problemas físicos, emocionais e sociais.

Cabe ressaltar que atualmente as famílias vêm se deparando com inúmeras mensagens de apelo sexual nos meios de comunicação e como apontam LOPES et al (1993) o corpo e a sexualidade têm sido usado exaustivamente para divulgar e vender “desde sabão em pó até toalhas de banho”, tornando-se produto consumível.

Essa banalização da sexualidade tem dificultado a tarefa de educar, de associar sexo a afeto, responsabilidade e promoção da saúde.

Esses dados talvez nos expliquem em parte a dúvida dos pais, já relatada anteriormente em permitir ou não que os filhos participassem das orientações sexuais oferecidas por nós nas escolas; alguns se preocupavam em “despertar” em seus filhos a curiosidade sexual, outros entendiam que os filhos precisavam ser preparados para não “cometer erros” e outros ainda se sentiam inseguros se os filhos chegassem em casa com dúvidas ou querendo discutir algum tema sobre sexualidade abordado na escola.

Diante dessa realidade a sexualidade deve ser um tema de discussão e debate entre pais, educadores e profissionais de saúde, tendo como objetivo encontrar maneiras de informar e orientar os jovens para que protelem ao máximo sua iniciação sexual, tenham responsabilidade, auto-estima e pratiquem sexo com segurança.

A sexualidade é um dos importantes aspectos da adolescência, muito enfatizado não apenas pelos dados já apontados, mas também por que e

nessa fase da vida do ser humano que a identidade sexual está se formando.

Para OSÓRIO (1992), *“a sexualidade é, sobretudo, um elemento estruturador da identidade do adolescente. E essa função estruturante é, em grande parte, realizada através da representação mental que o adolescente tem de seu corpo, ou seja, através de sua imagem corporal”*. (p.16)

Segundo KNOBEL (1992), a partir do nascimento de uma criança em nossa sociedade, a família já começa a diferenciá-la sexualmente através de roupas, cores, brinquedos e objetos. Os pais sutilmente se encarregam de ir impondo, durante a infância, as diferenças entre meninos e meninas e a sociedade trata de acentuá-las mediante elementos meramente externos. Mas a definição da identidade sexual só se dará ao longo de um complexo processo bio-psicológico e social, no qual as atitudes da família influem de maneira determinante.

De acordo com EGYPTO et al. (1991), a família vai influir de forma determinante nos papéis sexuais dos filhos, por que a nossa sociedade ainda demarca os papéis sexuais de forma rígida e estereotipada. *“O tabu que pesa sobre a iniciativa sexual das mulheres, por exemplo, tem muito a ver com o papel de subordinação que a sociedade estabelece para o sexo feminino”*. (p.50)

Segundo os autores, o menino tem papel definido para ser homem: viril forte, corajoso, protetor e esteio da família. Quanto à menina, espera-se que seja meiga, companheira, mãe, esposa, sentimental e leal. Para que a família consiga enquadrar os filhos dentro destes estereótipos, a educação deve ser vigilante e eficiente, desde a seleção das roupas, as maneiras de sentar-se, brinquedos e

brincadeiras, que as crianças vão assimilando no dia a dia sem questionar esta herança de valores e padrões sociais.

Os autores colocam, ainda, que esses padrões de comportamento já começam a ser questionados pelas gerações mais jovens, mas pais e educadores nem sempre se dão conta de que continuam a perpetuar os velhos padrões de comportamento destinados socialmente a meninos e meninas.

Apesar de desde o nascimento, meninos e meninas já estarem recebendo mensagens sobre seu papel sexual na sociedade e virem construindo sua identidade, KNOBEL (1992) aponta que é a partir do instante em que o indivíduo se integra à sua genitalidade, que esta passa a dominar sua conduta e aspirações.

Entrar no mundo adulto, desejado e temido ao mesmo tempo, significa para o adolescente ir, gradativamente, se desprendendo de sua condição de criança. Este é considerado o momento crucial na vida do homem, pois constitui a etapa decisiva de um processo que começou com o nascimento.

As mudanças físicas correlacionadas com as mudanças psicológicas levam o adolescente a uma nova relação com os pais e com o mundo, mas isto só será possível se o adolescente puder elaborar lentamente os vários lutos pelos quais passa, ou seja, o da perda do corpo infantil, a perda dos pais na infância e a perda da identidade infantil, que já tivemos oportunidade de abordar anteriormente.

Quando o adolescente vive todo esse processo, ele se inclui no mundo com um novo corpo já maduro e uma imagem corporal formada, que muda sua identidade, e é esta a grande função da adolescência, a busca da identidade que ocupa grande parte de sua energia.

Consideramos, por tudo que já vimos até aqui, que é importante o apoio, orientação e compreensão dos pais para que esta fase transcorra de forma harmônica, propiciando uma vida adulta mais sadia.

Não podemos nos esquecer, no entanto, que a dificuldade dos pais em abordar a sexualidade tem sido agravada pela necessidade, cada vez maior, que eles têm de estar fora do lar, inseridos no mercado de trabalho, lutando pela sobrevivência da família ou buscando, a cada dia, melhores condições de existência dentro de uma sociedade de consumo. Para tanto, necessitam dividir muitas de suas tarefas educativas, inclusive esta, com uma rede extra-familiar na qual a escola está inserida.

De certa forma, os pais “esperam” que os professores “ajudem” na orientação sexual dos filhos adolescentes, mas como lembra ARATANGY (1995), a escola não está preparada para atender essa ampliação do seu papel. A formação do professor não acompanhou esse aumento de responsabilidade e de influências. *“Há atualmente um enorme descompasso entre, de um lado, o que se espera que a escola ofereça a seus alunos e, de outro, a preparação do professor e o prestígio que a sociedade confere a seu trabalho. Para não falar do poder aquisitivo de seu salário”.* (p.3)

Essa autora, no entanto, reforça que mesmo reconhecendo esse quadro desfavorável, a escola precisa aprender a falar de sexo, reconhecer suas limitações e se preparar para enfrentá-las.

Ainda segundo a autora *“em questão de sexualidade, um bom papo entre pessoas que se amam vale mais do que a aula do mais douto professor. Quando os pais acreditam que podem transferir totalmente essa tarefa para a escola perdem boas oportunidades de aumentar sua intimidade com os filhos e de acompanhá-los mais de perto. Quando a escola acredita que é de sua competência assumir inteiramente essa responsabilidade, cai numa cilada de onipotência que só pode levar a frustração”*. (p.5)

Diante do exposto, entendemos a dificuldade dos professores nas questões de orientação sexual e percebemos que ainda há um longo caminho a percorrer.

Para tentar minimizar o problema da orientação sexual nas escolas, os profissionais de saúde, via de regra, são convidados para proferir palestras sobre sexualidade. Para ARATANGY (1995), essa forma de abordar o tema coloca sempre uma grande distância entre palestrante e adolescentes; geralmente, senta-se à mesa, ou em um palco, a pessoa que sabe sobre o assunto e na platéia, de ouvidos atentos, estão as que desconhecem aquele mesmo assunto. Dessa maneira é quase impossível um aprendizado. A conversa sobre sexo exige clima de intimidade e conhecimento entre as pessoas envolvidas e acima de tudo respeito pelas dificuldades e inseguranças de cada um.

Para NEVES et al. (1997), essa dificuldade só será ultrapassada quando houver uma integração entre a Educação e a Saúde, no âmbito da escola, no que se refere a questões de sexualidade e que permitam uma discussão de valores, conhecimentos e atitudes na formação dos estudantes.

Esses autores concordam que a família é importante na formação dos conceitos de sexualidade dos adolescentes, mas acreditam que programas bem dirigidos de orientação sexual são bastante significativos para ajudar os jovens nessa fase de incertezas e dúvidas.

Dentro dessa perspectiva e acreditando na possibilidade de integração, os autores se propuseram a organizar, nas escolas, oficinas sobre sexualidade na adolescência, sem a pretensão de sanar as questões emergentes, mas desencadear discussões no sentido de propor um trabalho educativo de forma horizontal, onde professores e alunos passassem por um processo de formação, cooperação, discussão e reflexão.

Entendemos, a partir da literatura, que a parceria escola-família-saúde seria uma das alternativas para se buscar “maneiras” de orientação sexual aos adolescentes, facilitando a tarefa educativa de pais e professores.

CONCEIÇÃO (1988) aponta que não podemos exigir muito dos adultos de hoje, pois são fruto de uma sólida educação anti-sexual. Eles são incapazes de viver em liberdade e tornam-se fracos diante deste novo desafio com relação à sexualidade porque sempre foram oprimidos. Não podemos esperar que se transformem, como num passe de mágica, e

adquiram espontaneidade e segurança para oferecer educação sexual aos jovens.

Concordamos com a autora quando observamos toda a trajetória que as famílias percorreram ao longo dos anos, estruturando-se e reestruturando-se continuamente e, segundo TRIGO (1995), *“procurando amoldar suas estruturas aos novos valores sem, contudo, desfazer-se dos velhos costumes. Ao indivíduo coube harmonizar papéis, muitas vezes antagônicos e conflitantes, em suas vivências e representações”*. (p.88)

Em síntese entendemos que a tarefa de educar e transmitir valores nos dias atuais tem sido um desafio para as famílias, e quando, por algum motivo os jovens não se enquadram nos padrões sociais estabelecidos, as mesmas são consideradas culpadas e incompetentes em sua função educativa. De certa forma, não apenas a sociedade, mas, muitas vezes, os próprios profissionais de saúde tentam localizar, na estrutura familiar, as dificuldades ou “problemas” que o adolescente apresenta.

Em nossa vivência profissional, temos observado que, apesar de toda dificuldade de pais e educadores em abordar as questões de sexualidade, parece já existir uma certa abertura e preocupação em canalizar a energia sexual dos jovens adolescentes de maneira ordenada, consciente e responsável.

Temos um longo caminho ainda a percorrer, muitos tabus e mitos a derrubar, mas pensamos que todo jovem tem o direito de ser orientado corretamente sobre sua sexualidade e esta deve começar no próprio lar, se estender à escola e a todas as instituições que façam parte da sociedade, e

em especial nas instituições da área da saúde. Esse alicerce é importante para que o indivíduo seja capaz de resolver questões como: usar ou não anticoncepcionais, praticar ou não o aborto, entre outros, sem adquirir sentimentos de culpa, sem abalar sua integridade mental.

Dentro desse contexto bastante complexo, vamos situar a (o) enfermeira (o) como membro da equipe de saúde que tem papel fundamental na educação para a saúde de crianças e jovens. Mas, para que ela participe dessa transição de valores da atual sociedade emergente, ela precisa reavaliar sua escala de valores, nem sempre condizente com as necessidades atuais.

O sexo tem sido amplamente divulgado e debatido através de todas os meios de comunicação e cabe à (ao) enfermeira (o) conhecer os interesses reais dessas divulgações e os interesses econômicos camuflados nas entrelinhas.

Um outro aspecto que deve ser considerado com relação à sexualidade, é que, de maneira geral, em nossa sociedade, todas as vezes que abordamos o assunto sexo, os indivíduos são levados imediatamente a “pensar” só em termos de relação sexual e limitar a sexualidade a apenas uma de suas dimensões, acreditando mesmo que esta seja a única forma de resolver uma série de problemas íntimos, sociais e conjugais. O sexo é um dos aspectos importante numa relação a dois, mas o casal precisa ter outros prazeres em comum além do sexual, pois caso a vida sexual não esteja bem a relação se deteriora.

É importante que a equipe de saúde conheça todos os caminhos trilhados por pais, professores e pela própria sociedade no que se refere à

sexualidade, para que, de fato, possam colaborar na formação dos jovens de hoje, onde quer que ele esteja: na escola, hospital ou Unidade Básica de Saúde.

Pressupostos e questões da pesquisa

Para compreendermos a extensão e a complexidade da relação entre pais e filhos adolescentes no que concerne às questões da sexualidade, estabelecemos alguns pressupostos, que consistem nos pontos norteadores de nossa investigação:

- O maior nível de instrução (escolaridade) dos pais facilita a relação pais-filhos adolescentes.
- Há uma preocupação dos pais com relação a questões ligadas à sexualidade dos filhos adolescentes.

Com base nesses pressupostos e no sentido de melhor operacionalizarmos o objetivo desta investigação, formulamos as seguintes questões:

1. Os pais com maior nível de escolaridade têm mais facilidade para se relacionar no dia a dia com seus filhos adolescentes?;
2. A sexualidade é uma questão difícil para ser discutida entre pais e filhos adolescentes?

A partir dessas considerações gostaríamos de assinalar nosso interesse em oferecer aos profissionais, que trabalham com adolescentes no seu dia-a-dia, mais uma contribuição que facilite o entendimento da relação pais e filhos.

Capítulo 4

4. A pesquisa qualitativa como caminho metodológico

4.1. Referencial Metodológico

Quando nos propusemos estudar a percepção dos pais sobre a sua relação com os filhos adolescentes, buscamos a abordagem qualitativa entendendo ser ela a que nos traria mais subsídios para a compreensão de um aspecto que é familiar e influenciado por vários fatores sociais, culturais, religiosos, morais, entre outros, e que dentro de uma abordagem quantitativa ficaria muito restrita. Interessa-nos nesse momento ouvir os pais e conhecer suas vivências e percepções sobre a adolescência; por isso a opção pela abordagem qualitativa.

Segundo TRIVIÑOS (1994), *“muitas informações sobre a vida não podem ser quantificadas e precisam ser interpretadas de forma muito mais ampla que circunscrita ao simples dado objetivo”*. (p. 120)

MINAYO (1996) argumenta que os sujeitos sociais que detém os atributos que pretendemos conhecer, perderiam muito do seu significado se fossem abordados quantitativamente.

Assim, a pesquisa qualitativa nos permitiu identificar a percepção que os pais possuem da adolescência de seus filhos e da sua própria adolescência, vivida há três ou quatro décadas, e como essa percepção interfere em suas relações.

Ainda para MINAYO (1993) as *“sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e a configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído”*. (p.13)

MINAYO & SANCHES (1993) definem essa abordagem como *“aquela capaz de aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos, processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente”*. (p. 23-24) A investigação qualitativa, segundo os autores, trabalha com significados, motivações, crenças, valores e atitudes num espaço mais profundo da realidade social.

Pelos motivos expostos, optamos pela pesquisa qualitativa, buscando lançar luz sobre essa questão do relacionamento pais e filhos, que ficariam obscurecidos se optássemos por uma abordagem quantitativa.

Os pesquisadores que recorrem a essa abordagem, objetivando a construção desse corpo de conhecimentos, não estão preocupados em quantificar, mas sim compreender e explicar as relações sociais. Segundo TRIVIÑOS (1994), muitas informações sobre a vida não podem ser quantificadas, mas interpretadas de forma ampla e não circunscritas ao dado objetivo. Com isso não queremos dizer que descartamos a metodologia quantitativa, já bastante utilizada por nós em outras investigações.

BOEMER & ROCHA (1996) apontam que *“no Brasil, a exemplo do que ocorreu na enfermagem norte-americana, houve um período em que o método científico clássico foi o único referencial para a condução da*

pesquisa” (p.4). Segundo essas pesquisadoras, a metodologia qualitativa, começou a ser utilizada na enfermagem a partir da década de 80, como modelo alternativo para as investigações.

Entendemos que esta investigação pode ser considerada como uma “pesquisa estratégica”, que, segundo a classificação de BULMER apresentada por MINAYO (1996), é definida como *“aquela baseada nas teorias das Ciências Sociais, mas orientada para problemas que surgem na sociedade, ainda que não preveja soluções práticas para esses problemas. Ela tem a finalidade de lançar luz sobre determinados aspectos da realidade. Seus instrumentos são os da pesquisa básica tanto em termos teóricos como metodológicos; mas sua finalidade é a ação. Essa modalidade seria mais apropriada para o conhecimento e avaliação de políticas e a mais adequada para as investigações sobre saúde”* (p.26).

Portanto, nos propomos a utilizar a pesquisa estratégica, buscando aprofundar e entender como é percebida a relação entre pais e filhos adolescentes sob o ponto de vista de um grupo de pais – nossos atores sociais – em sua vivência diária com os adolescentes.

4.2. O Campo de Estudo

Para CRUZ NETO (1994), em pesquisa qualitativa, o campo de estudo se apresenta como a possibilidade de nos aproximarmos do nosso objeto, conhecê-lo e estudá-lo, a partir da sua realidade. Essa percepção possibilita ao pesquisador conhecer os limites e as diferentes realidades existentes no cotidiano e com isso visualizar um leque de procedimentos e descobertas.

O campo de pesquisa ou de estudo é concebido como um recorte que o pesquisador faz, em termos de espaço, em uma realidade social, que vai representar a realidade empírica a ser estudada. Esse recorte espacial é ocupado por pessoas e grupos que convivem numa dinâmica de interação social e são sujeitos de uma determinada história a ser investigada.

Segundo o autor, *“o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividade e interações entre pesquisador e grupo estudado, propiciando a criação de novos conhecimentos”* (p.54)

A residência, o ambiente familiar onde ocorrem as relações entre os pais e filhos adolescentes foi o local utilizado para as entrevistas com os pais, atores sociais que participaram dessa pesquisa.

Nossa investigação foi realizada na cidade de Ribeirão Preto, localizada na região noroeste do Estado de São Paulo, a 320 km da capital e ocupa uma área geográfica de 651km², dos quais 477 pertencem à sede e 174 km² ao Distrito de Bonfim Paulista, formando um dos mais importantes centros de desenvolvimento econômico e cultural do interior paulista. (RIBEIRÃO PRETO, 1994/95)

A economia baseia-se na agricultura (a cana-de-açúcar é a principal cultura) e no setor terciário (com o comércio e a prestação de serviços). Segundo as estimativas da Secretaria de Planejamento, em 1994, a população do município era de 470.603 habitantes (exceto a população do Distrito), sendo 98% residentes na zona urbana. A população economicamente ativa se distribui predominantemente no setor terciário (55%) e no setor secundário (22%).

Quanto aos indicadores de saúde, dados levantados no ano de 1993 apontam coeficientes de mortalidade infantil, neo-natal e infantil tardia de 16,3, 9,3 e 7,0 respectivamente para cada 1000 nascidos vivos; em relação à mortalidade geral, o coeficiente é de 6,4 por mil habitantes e a taxa de natalidade de 17,7 também por mil habitantes (RIBEIRÃO PRETO, 1994/95).

Os dados de morbimortalidade, no ano de 1993, apontam como principais causas de mortalidade as doenças cardiovasculares e as neoplasias, além de um aumento significativo de mortes por AIDS. As causas externas representam 10% dos óbitos e na faixa etária de 10 a 19 anos são constituídos principalmente por homicídios e acidentes de trânsito.

Embora este perfil de morbimortalidade seja semelhante ao de países e regiões desenvolvidas, isso não significa que o município não convive com a miséria, a pobreza e todos os problemas de saúde característicos de regiões menos desenvolvidas.

O abastecimento de água clorada beneficia 98% da população de Ribeirão Preto, além da fluoretação que é realizada em aproximadamente 40% da rede distribuidora.

Existem cerca de 100.000 ligações de esgotos à rede pública, beneficiando 85% da população. O município conta ainda com estação de tratamento de esgoto sanitário. De 1990 a 1994, o índice de esgoto tratado evoluiu de 0,2% para 3%. (RIBEIRÃO PRETO, 1994/95)

Segundo MEDEIROS (1995), o lixo domiciliar é coletado diariamente e depositado em aterro sanitário, sendo que alguns bairros já contam com coleta seletiva e reciclagem de lixo sólido.

A rede de serviços de saúde é ampla e de natureza diversa (pública, filantrópica e privada), abrangendo os níveis de atendimento primário, secundário e terciário de atenção à saúde. Devido à complexidade de recursos nestas áreas, o município é um centro médico de referência de âmbito regional, estadual e até de outros estados do país.

No que se refere à educação, Ribeirão Preto constitui-se em um centro educacional privilegiado com cursos de nível superior qualificado, oferecidos por diversas Universidades particulares e uma pública. Com relação ao ensino de 1º e 2º graus, em 1995, o município contava com 93 escolas da rede oficial de ensino e 20 particulares.

É dentro deste universo que situamos os atores sociais dessa investigação, selecionados entre aqueles que já haviam participado dos “grupos de pais” organizados em 3 escolas de 1º grau (duas públicas e uma particular) e numa paróquia católica da cidade, durante o ano de 1995.

Os grupos de pais começaram a se formar nas escolas, inicialmente organizados pela equipe de profissionais do PROASE interessados em conhecer as dificuldades dos pais na abordagem de questões sobre a sexualidade dos filhos adolescentes.

Posteriormente, os convites para a formação dos grupos começaram a chegar de escolas particulares, centros comunitários, entidades filantrópicas e igrejas; com o argumento de que os pais necessitavam orientar seus filhos com relação à sexualidade, pois os adolescentes traziam muitos problemas dessa ordem para a escola e que os mesmos deveriam ser resolvidos em casa.

A escola fazia o convite aos pais para a primeira reunião, geralmente à noite, entre 19:30 e 20:00h. Nesta, muitos pais compareciam, se apresentavam, diziam o motivo do aceite ao convite e nós expúnhamos como seria realizado nosso trabalho.

As reuniões que se seguiam a esta primeira eram freqüentadas por um grupo bem menor de participantes, ao redor de 12 a 15 pais. Em sua maioria, os encontros ocorriam uma vez por semana, à noite, e duravam em média duas horas.

A princípio não era levado nenhum tema elaborado, não se realizavam palestras; o assunto emergia nas discussões e muitas vezes, por sugestão dos pais, convidávamos profissionais de saúde para discutir temas polêmicos, como AIDS, drogas, aborto, entre outros.

Durante os encontros, usávamos algumas técnicas de dramatização para situações do cotidiano, redações coletivas sobre assuntos de interesse do grupo que, ao final, eram lidas e rediscutidas em alguns pontos, mas sempre com conclusões do próprio grupo. As duplas rotativas eram utilizadas com o intuito de mostrar a importância do diálogo. Baseamo-nos em ANDREOLA (1983) para a seleção de algumas dessas técnicas que nos permitiram abrir um espaço de discussão e momentos de reflexão dos pais sobre suas atitudes frente aos filhos adolescentes.

Na última reunião dos grupos, os pais colocaram que havia sido uma experiência importante e gostariam que novas reuniões acontecessem; mas o que mais chamou nossa atenção foi o fato deles perceberem, através

dessa atividade, que não eram os únicos a vivenciarem “problemas” com os filhos adolescentes.

Quando nos decidimos por essa investigação, buscamos entrar em contato com 52 pais que participaram dos últimos grupos que realizamos; muitos não foram localizados, pois colocavam na lista de presença a assinatura ou apenas o primeiro nome.

Como a realização dos grupos de pais, a princípio, não tinha a preocupação de uma investigação científica e, sim, de uma atividade de extensão à comunidade, os dados de nome, endereço e telefone não foram solicitados aos pais. Os 14 pais que participaram dessa investigação foram localizados junto às secretarias das escolas e uma catequista da paróquia católica, pois os nomes apareciam completos nas listas.

Cabe nesse momento algumas considerações relativas aos obstáculos enfrentados na manutenção dos grupos, entre eles podemos citar o escasso tempo dos pais para freqüentar todas as reuniões agendadas, o desinteresse pelos temas ou mesmo o medo em trazer para o grupo problemas pessoais, embora, desde o início, tenha ficado claro que o grupo não era terapêutico e sim educativo e informativo.

Entramos em contato telefônico com os pais, após conseguir o número de telefone e endereço. A partir do primeiro contato, visitamos suas residências em dia e horário agendados, durante o mês de julho de 1996, quando realizamos a entrevista.

O grupo de pais que participou dessa investigação representa famílias de estratos médios da população de Ribeirão Preto. Para esta classificação,

embasamos-nos em CANO (1991) que realizou um trabalho no qual estratificou as escolas de 1º grau, tanto da rede pública como da rede privada de ensino de Ribeirão Preto, de acordo com a clientela que as freqüentava. Esta estratificação foi realizada em conjunto com os técnicos em educação das Delegacias de Ensino e Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto. Segundo esta estratificação, as escolas foram classificadas em:

1. **Escolas carentes:** estão localizadas nos bairros periféricos da cidade e atendem uma clientela de alunos oriundos de famílias de baixa renda. São escolas de porte médio atendendo em torno de 600 a 800 crianças por dia.
2. **Escolas mistas:** localizadas no centro da cidade, nos conjuntos habitacionais ou bairros próximos ao centro. Seu alunato compõe-se tanto de crianças provindas de famílias com melhores condições financeiras (pequenos comerciantes, bancários, professores) como de crianças carentes (em menor número) cujas mães vêm para o centro da cidade para trabalhar (domésticas, balconistas, etc). Geralmente são escolas grandes, comportando uma população em torno de 1.500 alunos/dia.
3. **Escolas oficiais de nível médio:** estas escolas também são grandes e foram assim classificadas por serem freqüentadas por crianças em melhores condições financeiras e sociais do que as citadas anteriormente. Esses estabelecimentos de ensino localizam-se em bairros que possuem boa infraestrutura sanitária, são servidos por várias

linhas de ônibus, comércio e apresentam moradias avaliadas, em termos de aluguel, ao redor de seis salários mínimos.

4. **Escolas particulares:** foram agrupadas com base nas mensalidades escolares. Separamos aquelas com mensalidade até dois salários mínimos daquelas com mensalidade acima de dois salários mínimos.

Dos 14 pais que participaram de nossa amostra, 06 têm os filhos estudando em escolas particulares cujas mensalidades variam entre dois salários mínimos e mais; 05 pais têm filhos matriculados em escolas de nível médio e 03 em escolas mistas.

Cabe ressaltar que os pais, que participaram do grupo organizado na igreja, são todos moradores do bairro Sumarezinho, considerado como sendo de classe média e os filhos estudavam tanto em escolas particulares como naquelas de nível médio.

Assim, situamos nossa investigação a partir das entrevistas realizadas com 14 pais (atores sociais), entendendo que as mesmas relatavam, de uma certa forma, a convivência diária com os filhos adolescentes. Dessas entrevistas, duas foram descartadas por causa de problemas técnicos com o gravador.

4.3. A Técnica de Coleta de Dados

Priorizamos nesta investigação a entrevista semi - estruturada, como instrumento de coleta de dados, porque, segundo MINAYO (1996), permite captar a informação desejada, além de possibilitar ao entrevistado liberdade e espontaneidade para expressar-se sobre o tema.

Segundo TRIVINÕS (1994), a entrevista semi – estruturada é um instrumento importante para o pesquisador que considera essencial a participação dos sujeitos estudados como elementos de seu fazer científico.

Ainda no que se refere à entrevista, ROMANELLI (1986) acrescenta que no decorrer da mesma não é apenas o pesquisador que penetra na existência do outro; o informante avalia seu interlocutor e constrói uma imagem sobre ele, atribuindo-lhe uma identidade.

Segundo o autor, em princípio o entrevistador tem a impressão de estar invadindo a privacidade do outro, extraindo informações, o seu discurso, sem nada oferecer em troca. No entanto, o entrevistador é um mediador para que o informante apreenda sua própria vivência. *“Através das diferentes perguntas, o entrevistador conduz o informante a voltar-se sobre si próprio em um processo no qual este procura lembrar-se de acontecimentos, datas, relações por ele vividas, de modo a compor um relato organizado para si mesmo e para aquele que ouve.”* (p.61)

Desta forma, os entrevistados, ao falarem de si, fornecem material para a pesquisa e, ao mesmo tempo, refletem sobre suas próprias vidas.

Para CRUZ NETO (1994), a apresentação da proposta de trabalho aos participantes da pesquisa é importante, uma vez que os mesmos devem ser esclarecidos sobre aquilo que se pretende investigar e as possíveis repercussões da investigação.

Nesta investigação os pais já conheciam o pesquisador através da convivência durante as atividades desenvolvidas nos “grupos de pais”, organizados em escolas ou na comunidade. Todos foram esclarecidos

previamente sobre os objetivos da pesquisa e também sobre a necessidade de gravação das entrevistas. Após o aceite dos argumentos, houve cooperação em um clima informal e descontraído. As entrevistas duraram, em média, entre 30 e 45 minutos, sendo posteriormente transcritas no papel para que se pudesse proceder as respectivas análises. O roteiro de entrevistas encontra-se no anexo I.

4.4. Análise de dados

Para esta etapa de nossa investigação, seguimos os passos propostos por GOMES (1994) de ordenação dos dados, que realizamos através da transcrição das entrevistas gravadas e leitura dos textos transcritos. Após várias leituras, classificamos os dados organizando os núcleos de sentido e, a seguir, realizamos a análise final, utilizando os fragmentos das falas de nossos atores sociais, estabelecendo articulações entre estas e a teoria.

Segundo esse autor, através dessa análise do conteúdo dos textos podemos encontrar respostas para as questões que formulamos e também confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação.

A compreensão da fala dos atores sociais, no nosso caso os pais, foi importantíssima para se chegar ao conhecimento do cotidiano.

Para a análise dos dados de nossa investigação utilizamos aspectos da proposta de interpretação qualitativa de MINAYO (1996), que é baseada em *Haberman*, denominado método *hermenêutico-dialético*.

Segundo a autora, esse método é o *“mais capaz de dar conta de uma interpretação aproximada da realidade”* (p. 231). Nele a fala dos atores sociais é colocada em seu contexto para ser melhor entendida. Para GOMES (1994), *“essa compreensão tem como ponto de partida o interior da fala. E como ponto de chegada, o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala”* (p. 77).

Ainda para esse autor, o *“produto final da análise de uma pesquisa, por mais brilhante que seja, deve ser sempre encarado de forma provisória e aproximativa”* e se baseia no fato de que *“em ciências, as afirmações podem superar conclusões prévias a elas e podem ser superadas por outras afirmações futuras”* (p. 79).

Capítulo 5

5. Resultado dos dados

5.1. Caracterização dos atores sociais estudados:

A coleta de dados dessa investigação ocorreu durante o mês de julho de 1996 e participaram dela 12 famílias, todas residentes em Ribeirão Preto. Foram três pais e nove mães na faixa etária entre 29 e 55 anos, com predominância de idade ao redor de 42 anos.

Com relação à escolaridade, verificamos que sete pais tinham curso superior (dois médicos, um assistente social, três pedagogos e um professor de matemática); duas mães possuíam o 2º grau completo, uma trabalhava como comerciante e a outra como estoquista de merenda escolar; uma mãe com o 2º grau incompleto era dona de casa; e duas mães tinham o 1º grau incompleto, sendo que uma trabalhava como cozinheira e a outra como faxineira.

Quanto à residência, nove famílias eram proprietárias de suas casas, todas de alvenaria e localizadas em bairros próximos ao centro da cidade. Todas contavam com infra-estrutura de abastecimento de água, rede de esgoto, coleta de lixo e asfalto. Eram servidas por linhas de ônibus urbano e nove famílias contavam, pelo menos, com um veículo particular.

As famílias em sua maioria estavam constituídas por cinco pessoas. As idades dos filhos adolescentes variavam entre 10 e 19 anos, num total de 29 adolescentes. Quanto ao estado civil dos entrevistados, oito eram casados,

duas desquitadas, uma viúva e uma solteira, portanto quatro famílias chefiadas por mulheres.

Em relação à religião, houve predominância do catolicismo, porém duas famílias se disseram espíritas, uma evangélica e duas alegaram não possuir religião.



5.2. Vida Familiar

Ao estudarmos esta temática, verificamos que os pais consideram difícil o relacionamento com o adolescente e atribuem parte dessa dificuldade à rebeldia dos jovens nos dias atuais. Sentem que houve uma mudança bastante acentuada de valores e destacam a falta de respeito dos adolescentes para com os adultos. Como exemplo citamos os seguintes fragmentos de suas falas:

“Mas na atualidade eu acho uma fase muito difícil. Eu acho assim, que o que eu mais sinto é a questão que para eles não tem limite de nada, tudo pode. É muito confronto com a gente”.
(A8)

“Eu acho até difícil a gente falar. A necessidade de achar seus passos, de se encontrar como pessoa. E aí, eu acho que é por isso que tem muita rebeldia. Eu acho muito difícil para eles e eu acho muito difícil para nós pais.” (A2)

“É uma fase assim, em que as crianças estão bem rebeldes mesmo. Apesar de hoje em dia estar muito mais esclarecidas as coisas, porque as mães de hoje estão mais abertas para falar aquilo que eles estão perguntando. Então, apesar deles terem tudo isso, eles tem uma certa revolta, atitudes negativas mesmo.” (A5)

“No meu tempo não era assim. A gente tinha mais respeito com os adultos. Hoje eles não têm respeito. Se a gente chama a atenção eles respondem.” (A10)

“Os pais sempre foram muito respeitados. Com meu pai não tinha muita liberdade, muita conversa.” (A12)

Através dessas falas, os pais tentam apontar que o relacionamento adulto - jovem modificou-se, tornando-se diferente daquele vivido em sua própria adolescência com relação aos adultos, com os quais mantinham sentimentos de respeito. Esse novo relacionamento dos adolescentes não apenas com os pais, mas com os familiares em geral, tem interferido no modo de vida familiar.

A questão da rebeldia e do respeito dos mais jovens para com os mais velhos é apresentada na literatura por diversos autores.

As transformações ocorridas na organização familiar, através dos tempos, foram “obrigando” as famílias a se reestruturarem e a conciliarem conceitos novos com costumes mais antigos.

Dentre os costumes mais antigos, nos parece que os reflexos da organização familiar patriarcal ainda está presente no imaginário social, onde a figura do homem, do pai, continua associada ao domínio e ao poder sobre os filhos.

Este modelo de organização familiar já foi bastante questionado por diversos autores, como não sendo o dominante no Brasil, mas parece que seus princípios, ou seja, do pai provedor do lar, da mulher e dos filhos e da mulher submissa, responsável pelas atividades domésticas e de assistência à família, continuaram embasando os fundamentos das famílias de várias épocas.

Segundo PARKER (1991), a estrutura hierárquica da família se fundamentou no poder advindo do patriarca e de seus direitos, até de usar a violência para manter a ordem. Essa estrutura de dominação foi se cristalizando tanto na imagem como na realidade.

Pensamos que, embora existissem outras formas de organização familiar paralela à organização patriarcal, esta, pelo seu cunho político e social, foi marcante e aceita culturalmente.

Para SAMARA (1993), de uma forma geral, vamos encontrar até o século passado padrões patriarcais em todas as classes sociais de famílias paulistas.

PRADO (1988) aponta ainda que até hoje o mito da família patriarcal existe, principalmente nas classes mais privilegiadas financeiramente, onde a autoridade do pai é indiscutível.

Um dos atributos básicos da família nuclear, segundo ROMANELLI (1986), é o domínio masculino, exercido de forma hierarquizada de poder e autoridade.

Esse papel paterno é constantemente reforçado na prática e amplamente difundido por vários meios, não apenas como força cultural ordenadora de conduta, mas como mecanismo de reprodução da ordem social. Ele legitima no grupo familiar, ou seja, no âmbito do privado a desigualdade estrutural e as relações de poder que ocorrem no domínio público.

Ressalta o autor que mesmo quando o homem deixa de ser o único provedor doméstico, sua autoridade pode ser abalada mas nunca eliminada.

A contribuição da esposa no orçamento doméstico não altera a estrutura de poder, mas introduz rearranjos importantes na organização familiar.

A partir destas considerações, acreditamos que os reflexos da autoridade paterna sobre os filhos, ou mesmo dos adultos sobre as crianças, constituíram-se no padrão de educação de muitas gerações, inclusive de nossos atores sociais; embora a adolescência de todos eles tenha ocorrido entre as décadas de 60 e 70, quando inúmeros movimentos sociais surgiram objetivando “derrubar” mitos culturais, políticos e sexuais, trazendo novos conceitos e visão de mundo.

A geração destas décadas viveram, segundo VAITSMAN (1994), o período da ditadura militar, quando o autoritarismo era claro. A formação de valores dos jovens da classe média nessa época foi orientada dentro deste contexto e, em vários centros urbanos do país e nos meios estudantis, houve todo um movimento de lutas anti-autoritárias. *“Essa geração forjada na ditadura cultivou sonhos e junto com eles uma visão de mundo libertária, que alcançou os comportamentos pessoais”*. (p. 107)

Muitos jovens, mesmo não participando diretamente de movimentos políticos e estudantis, incorporaram esses valores anti-autoritários e questionaram as normas vigentes. A partir daí, estas começaram a perder cada vez mais espaço social no contexto autoritário, onde, por outro lado, a modernidade se aprofundava a passos largos.

Concordamos com SALES (1988) de que as transformações que estavam ocorrendo nesse período foram muito rápidas e não permitiram que houvesse tempo para modificar a realidade interna de cada um.

Para TIBA (1994), os pais de hoje são adultos especiais que viveram uma época de quebra de conceitos e tabus. São pessoas que levam em conta que nem sempre as relações humanas obedecem regras sociais e querem que os filhos sejam mais felizes do que eles próprios, mas não estão seguros quanto à forma como isso deve ocorrer. Socialmente ainda é esperado que os pais exerçam sua autoridade dentro da família, como reprodutor da ordem social.

Quanto ao aspecto da rebeldia apontado pelos pais, KNOBEL et al (1981) referem que antes de aparecerem os primeiros sinais da puberdade, as crianças têm comportamentos mais parecidos com os dos adultos; é uma fase de bom relacionamento familiar. Parece que até o final da infância há uma maior adaptação da criança ao meio e uma maior harmonia interna. De uma certa forma essa tranquilidade da criança traz uma “calma temporária” aos pais.

Segundo os autores, ao se iniciarem as transformações anatômicas e fisiológicas da adolescência, a criança é despertada para um mundo novo, que atrai e assusta ao mesmo tempo. Muitas das reações do adolescente frente a essa nova visão de mundo são recebidas com hostilidade pelos pais e um pseudo sintoma, que seria transitório e destinado a desaparecer espontaneamente, irá se fixar e se constituir em um verdadeiro sintoma.

O adolescente passa a buscar sua independência e não tolera mais ser dependente dos pais como era quando criança. Há ambivalência no adolescente quanto à situação de dependência e ele procura escapar dela com comportamentos agressivos e gesto de afirmação.

OSÓRIO (1992) acrescenta que *“sem rebeldia e contestação não há adolescência normal. Em todas as épocas e em todas as latitudes o adolescente sempre foi um contestador, um buscador de novas identidades, testando diferentes formas de relacionar-se e ensaiando novas posturas éticas”*. (p. 47)

Para esse autor, o adolescente submisso é que deve ser motivo de preocupação. Pais repressores vão criar jovens potencialmente enfermos e desprovidos de criatividade.

Nesse sentido, OUTEIRAL (1994) coloca que a organização da identidade é um processo que se verifica com turbulência, provocando perplexidade e confusão nos adultos.

Pelo que pudemos depreender desses autores, a rebeldia mencionada pelos pais, como fator que dificulta o relacionamento e a tomada de decisões na condução da orientação ao adolescente, faz parte do desenvolvimento normal na adolescência, período em que o jovem está construindo sua identidade. É necessário, pois, tolerância e uma dose de compreensão em relação a essa fase transitória na vida das pessoas, com o intuito de manter um bom relacionamento entre pais e filhos.

Um outro aspecto que pudemos perceber nas falas de nossos atores sociais refere-se às mudanças que vêm ocorrendo na organização da vida familiar. O trabalho da mãe fora do lar, a busca de creches para deixar os filhos pequenos e o excesso de trabalho provocam longos períodos de ausência do lar, dificultando o relacionamento entre o casal e destes com os filhos. Essas preocupações estão presentes nas seguintes falas:

“Mas tem criança que nem o pai e nem a mãe estão em casa. Então a criança hoje fica muito sozinha. Desde pequeno põe na creche porque a mãe precisa trabalhar. A vida, hoje, está difícil.” (A10)

“Eu que sempre fui dona de casa. De repente as dificuldades financeiras do país veio e eu fui trabalhar fora. Eu estou aí na batalha, mas continuo sendo dona de casa. É difícil sair e cuidar de filho.” (A11)

“A gente não tem acompanhado e não tem ficado muito próximo dos filhos. Os filhos estão vulneráveis a tudo que está acontecendo. Na verdade, a gente não sabe o que eles estão fazendo.” (A9)

“Sei lá, a cada dia que passa vai se perdendo aqueles valores de família...” (A11)

“A gente era feliz sim, só que do jeito que era; com as misérias, as lutas, mas a gente era feliz, tinha mais união”. (A6)

Através dessas falas verificamos a interferência do fator econômico na organização da família, indicado como um dos responsáveis pelo distanciamento entre pais e filhos no dia a dia, dando a impressão de desunião familiar. A ausência da mãe no lar leva à procura por creches como colaboradoras na tarefa educativa dos filhos.

Segundo VAITSMAN (1994), a mulher, até o final do século passado, era apontada, no Brasil, como a responsável pela criação e educação dos filhos ficando reclusa no mundo doméstico e privado, no qual ocupava a

posição de “rainha do lar”. O mundo público, da rua e dos negócios, ficava reservado ao homem, a quem cabia a responsabilidade de prover financeiramente o lar.

Para essa autora, mudanças foram ocorrendo lentamente nessa forma de organização familiar, como parte da dinâmica de modernização industrial que marcou o século XX. As mulheres começaram a aumentar sua participação nas atividades profissionais e com isso desafiaram a dicotomia então existente entre o mundo público e o privado. As mulheres conseguiram seu espaço como cidadãs e a igualdade entre os sexos tornou-se uma possibilidade social.

Para UBEDA (1996), com o passar do tempo, o capitalismo industrial provocou a necessidade de expansão econômica, urbanização, elevação do nível educacional e, conseqüentemente, novas expectativas de vida e de trabalho. Essas mudanças trouxeram alterações nos padrões e conceitos familiares e novos conceitos foram introduzidos nos costumes já existentes, provocando a reestruturação da organização familiar.

Ainda segundo a autora, essa nova organização familiar afastou os pais do sistema de vigilância tradicional que exerciam sobre os filhos e estes, por sua vez, buscaram outros grupos como referência na escola, no trabalho e no lazer, tanto para se divertir como para resolver seus próprios problemas.

Apesar de decorrido quase um século e de todas as transformações ocorridas, percebe-se, na fala dos atores sociais, principalmente das mães, uma “certa nostalgia” por deixar os filhos e a casa para trabalhar ou mesmo

se realizar enquanto pessoas ou cidadãs portadoras de direitos e deveres. Parece existir uma dicotomia entre o buscado, o desejado e o que permanece no imaginário social com relação ao papel feminino no lar.

Para CARTER et al (1995) *“as mulheres sempre desempenham um papel central nas famílias e a idéia de que elas têm um ciclo de vida à parte de seus papéis como esposa e mãe é uma idéia recente e ainda não amplamente aceita em nossa cultura”*. (p. 30)

Um outro aspecto citado por nossos atores sociais, que vem colaborando para modificar a organização familiar, é a posição da mulher como chefe de família e única responsável pela criação dos filhos;

“Para mim tem sido muito difícil, pelo fato de fazer o papel de pai e mãe. Nem sei se estou fazendo o papel de pai e mãe, mas eu estou assumindo estas duas funções. Tento fazer da melhor forma. Eu acho que é um desafio, pelo menos para mim”. (A2)

“Eu não sei o que se passa na cabecinha dele. E eu me sinto assim, perdida né, e sozinha. Faz sete anos que eu sou viúva, e como eu precisei trabalhar, porque eu não recebo pensão. Então, desde pequeno ele ficou com muita responsabilidade.”
(A10)

“Com os meninos é mais difícil para mim, ainda. Meus pais moram longe. Eles tem vontade de passear, de tomar lanche. E eu não sei como fazer, não tenho com quem trocar, com quem dividir a responsabilidade. Então se torna uma coisa muito pesada para mim. Eu tenho tentado.” (A3)

Como já mencionado anteriormente, apesar de o modelo nuclear de família ser hegemônico, uma nova forma de organização familiar, conhecida como matrifocal, ou seja, centrada na mãe, tem sido freqüente na sociedade urbana contemporânea como resultante de múltiplas causas. Em nossa amostra verificamos que das 12 famílias entrevistadas quatro são chefiadas por mulheres e nos fragmentos de suas falas, percebe-se que, embora tenha sido difícil assumir sozinhas as responsabilidades da casa e da educação dos filhos, este tem sido um novo desafio que esta geração de mulheres está enfrentando com dignidade e coragem.

Segundo dados do IBGE (1994), a proporção de lares brasileiros chefiados por mulheres é de 18,1%. Essa realidade é homogênea em todas as regiões brasileiras. Embora esses dados sejam um fato, as informações disponíveis não permitem ainda qualificar as características sócio-econômicas e demográficas que vêm assumindo esse conjunto de mulheres chefes de família.

As transformações sociais, políticas e econômicas e a participação da mulher na sociedade, desempenhando múltiplos papéis na esfera pública, tem possibilitado a igualdade entre homens e mulheres.

Essa nova realidade permitiu às pessoas não se sentirem obrigadas a permanecerem juntas em função de um casamento que já não lhes traz felicidade e nem possibilidade de crescimento pessoal e profissional.

Para VAITSMAN (1994), as mulheres conquistaram seu espaço como cidadãs e a concepção patriarcal de família foi abalada com implicações no contexto familiar.

Segundo KNOBEL (1992), é possível que tudo se transforme com o processo social e o que entendemos hoje por família possa vir a ser o germen de uma outra estrutura de vida social no futuro.

Mas, para CARTER et al (1995), o importante é que o casal, mesmo separado, tenha consciência de que continuam sendo progenitores de seus filhos. *“Quando os cônjuges agem como se o relacionamento que tiveram não têm mais nada a ver, eles o fazem em detrimento do seu próprio senso de identidade”*. (p. 10)

Os entrevistados apresentam também em suas falas a preocupação com uma orientação religiosa ou espiritual, quando se trata da formação e educação dos filhos, como se hoje em dia esse aspecto da vida familiar não mais existisse ou não estivesse tão presente nos lares.

“É ... sei lá, eu acho que a religião ainda ajuda; seja ela qual for. Porque a família tem onde buscar apoio na hora de orientar um filho.” (A3)

“Eu acho assim ... eu ainda penso que contribui demais, demais é você se apegar em Deus, a ajudar a criar os filhos. Principalmente nesta fase, mas tem que começar do começo, desde o engatinhar, acho que desde a gestação.” (A6)

“E sei lá, a cada dia que passa vai se perdendo aqueles valores de família, de religião.” (A11)

A importância da espiritualidade no cuidado de crianças e jovens é discutida no Programa de Saúde Integral do Adolescente da Organização Panamericana de Saúde (1992), no qual a saúde e o bem estar do adolescente são pontuados dentro de um contexto de inter-relações entre os sistemas biológico, psicossocial e ambiental, que podem ser qualificados como eixos integradores.

É na discussão desses eixos integradores que está colocada a importância da espiritualidade como sendo um atributo do ser humano e que marca profundamente sua personalidade, sua maneira de sentir, pensar, agir e ver a si mesmo e aos seus semelhantes.

Para o Programa, esse aspecto vem sendo cada vez mais relegado pelos níveis sociais, familiares e individuais. *“A enorme confusão nas escalas de valores, o processo de aculturação, condutas incongruentes como o aspecto formativo - educacional, a perda do interesse e cuidado pelo qualitativo fazem com que crianças, adolescentes e jovens se sintam carentes de orientação. Provavelmente, este aspecto possa ser objeto de melhor e maior atenção, já que oferecem muito à estrutura da personalidade e da saúde mental de seres sensíveis e vulneráveis como crianças e adolescentes”.* (p. 7)

Em reportagem apresentada pela REVISTA VEJA (1997), na qual foram entrevistadas 1998 pessoas adultas de todas as regiões brasileiras,

entre os dias 22 e 23 de março, 99% delas responderam que acreditam em Deus. *“Raros povos dariam uma vitória tão consagrada a Deus”*. (p.96)

À pergunta “Qual é a sua religião?” 72% se disseram católicos, 11% evangélicos e 9% alegaram não possuir religião. Portanto, pode-se inferir pelos dados da pesquisa que os católicos representam a grande maioria da população brasileira. As famílias integrantes de nossa amostra também contam com maior número de católicos.

A pesquisa levantou, também, a freqüência desses fiéis aos templos religiosos durante a última Semana Santa e verificou que 57% dos entrevistados não compareceram a nenhum templo. Para a especialista em religiões Karen Armstrong, citada na reportagem, um dos motivos para a irrelevância da religião nos dias atuais é que a cultura científica nos educa para concentrar nossa atenção no mundo físico e material, o que nos distancia do mundo espiritual.

Por outro lado, o mundo competitivo em que vivemos, que implica na manutenção do trabalho e das condições de subsistência, não tem propiciado tempo disponível aos pais para discutir sua fé e sua crença religiosa com os filhos.

Talvez esse conjunto de fatores tenha desencadeado nos pais, nossos atores sociais, a preocupação com o aspecto religioso na educação dos jovens de hoje.

Na fala dos pais percebemos, também, preocupação com relação ao jovem que tem “tudo o que quer” e, no entanto, é comodista e egoísta, só pensa em si. Eles fazem uma comparação entre a atitude desse jovem e a

responsabilidade que tinham com o trabalho e o estudo em sua própria juventude. Essa preocupação aparece nas seguintes falas:

“Então a gente não entende essas coisas. Tem muito comodismo, de ficar assim... falta eles serem um pouquinho mais compreensivos. Eles têm tudo o que querem.” (A6)

“Eu acho o jovem de hoje meio egoísta; não enxerga o outro, não é caridoso.” (A12)

“Então eu acho que... se você deixar eles fazerem aquilo que querem, olha, sinceramente, eu falo por experiência, não tem futuro um jovem que tem tudo na mão, não tem. Tudo tem que ter valor, tem que ter preço.” (A10)

“Na minha adolescência eu trabalhava. Então não tinha muito tempo para mim.: (A5)

Nessa fase da vida, o adolescente passa por várias transformações. A principal delas diz respeito ao aspecto físico, ao corpo, com implicações no estado emocional do indivíduo. É na adolescência também que são elaborados os lutos ou perdas da infância, que conduzem o adolescente a uma atitude de introspecção, a um refúgio em seu mundo interior. Segundo ABERASTURY et al (1991), o adolescente “*vai se modificando lentamente e nenhuma precipitação interna ou externa favorece esse trabalho*”. (p. 14)

A falta de percepção do outro ou comodismo mencionado pelos pais, talvez possa se explicado, em parte, por essas modificações que estão

ocorrendo no físico, no emocional, que caracterizam a adolescência normal e consomem toda a atenção do adolescente.

Por outro lado, os pais se referiram ainda ao fato do adolescente “ter tudo o que quer”. CAVALCANTI (1988) coloca que, quando existem condições econômicas e sociais favoráveis da família, ocorre uma ampliação da dependência financeira dos jovens e uma expansão do período da adolescência.

Embora os pais tenham citado, em suas falas, essa questão dos filhos “terem tudo que querem”, isso só é possível em função das próprias possibilidades econômicas da família, pois sabemos que os jovens que provêm de camadas sociais de baixa renda são engajados no mercado de trabalho tão logo saem da infância. Esse engajamento vai ser tão mais precoce quanto mais carente for a família.

Dados estatísticos mostram que o Brasil possui 8.8 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhando nos mais diferentes serviços, lutando pela sua sobrevivência e a de sua família. Além dos problemas físicos a que estão expostos, essas crianças e adolescentes abandonam a escola, não têm tempo para o lazer e perdem a oportunidade de ascensão social proporcionada pelos estudos. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1996).

Essa questão do trabalho infantil não é fato recente na história, pois no século XVII isso já era observado dentro das classes populares européias. ARIÈS (1981) aponta que, nesse período, as crianças tinham uma infância curta e por volta dos cinco anos ingressavam no mundo adulto

contribuindo como mão-de-obra, trabalhando 12 horas ou mais nas fábricas e tecelagens. Essas crianças também não tinham possibilidade de freqüentar o ensino elementar e ascender socialmente.

A necessidade que muitos pais têm de ver os adolescentes trabalhando nem sempre está ligada a problemas financeiros ou necessidade de sobrevivência. O trabalho de crianças e adolescentes em nossa sociedade é apontado por ROBAZZI et al (1996) como culturalmente aceito pelas famílias, tanto das classes populares quanto das mais favorecidas economicamente.

“E eu vejo que meu marido coloca muita responsabilidade neles. Eles têm que abrir a firma, ficar lá, tomar conta e eles tomam. Eu como mãe morro de dó.” (A6)

“Então, além de estudar, como meu pai tinha uma firma, a gente trabalhava para ele nos períodos em que não estudava.”
(A12)

É freqüente, em quase todas as famílias brasileiras encontrar casos de um pai, um avô ou um irmão mais velho que começou a trabalhar cedo. A maioria não se arrepende disso e até sente orgulho.

A questão cultural pode ser uma das razões que explique essa preocupação dos pais de nossa amostra, uma vez que eles mesmos viveram essa experiência como algo positivo e que lhes trouxe crescimento pessoal e profissional.

Os pais, durante as entrevistas, consideraram as drogas como um sério problema social, que interfere no relacionamento familiar, uma vez que eles, ao se preocuparem excessivamente com as companhias de seus filhos e com os lugares que eles freqüentam, acabam impondo proibições quanto às saídas de casa. Essa atitude dos pais acaba provocando muitas situações de atrito e de discussão entre eles e os filhos adolescentes.

Por outro lado, apontam que as “drogas” já eram consideradas um problema social em sua própria juventude, porém restringiam-se praticamente à maconha, ao cigarro e/ou álcool. Hoje, a variedade de drogas com efeitos “mais nocivos” ainda à saúde assusta e eles não sabem o que fazer. No sentido de melhor exemplificar essas preocupações, mencionamos os seguintes trechos dos depoimentos:

“Quando eu falei múltiplas situações que ele tem que enfrentar, eu preciso relacionar as coisas assim, as mais graves que podem acontecer. O problema principal que preocupa, hoje, é o uso das drogas.” (A4)

“Eu me preocupo muito com as drogas e o caminho que eles podem tomar, caminhos difíceis. Eu sei que tem adolescentes que estão passando por muitas dificuldades. Eu procuro, assim, tentar desviar os meus desse caminho.” (A3)

“Os pais, para prenderem os filhos, preferem que eles fiquem no computador, no vídeo game, na televisão do que na rua, aprendendo a se viciar em drogas, alcoolismo.” (A5)

“Eu me lembro que um dos medos que a gente tinha era da maconha, que era a única droga palpável, que se ouvia falar. Mas era pequeno o número de pessoas que usavam maconha.”
(A4)

“Naquela época, trinta e poucos anos atrás, também já se falava em droga. Minha mãe dizia: *Cuidado, não passa perto de pessoas que estão fumando*. Na minha cabeça o cigarro já era uma coisa ruim.” (A7)

“Minha adolescência foi nos anos 70; naquela época, a maconha já era conhecida, era mais escondida. Hoje está mais divulgada, está mais ... quase que liberada, e o que a gente faz... ” (A1)

Essa preocupação dos pais não é sem fundamento. Segundo OUTEIRAL (1994), os adolescentes, por estarem vivendo um momento de transformações físicas e emocionais, podem estar sofrendo psiquicamente, o que os coloca como uma população de risco para o consumo de drogas.

Para CANELLA (1988), é comum, na adolescência, a busca de soluções mágicas para resolver os problemas que surgem e as drogas – lícitas ou ilícitas – acabam, muitas vezes, sendo utilizadas com o objetivo de alcançar a independência. O consumo de drogas nessa fase da vida tende a diminuir e a desaparecer à medida que o processo de amadurecimento vai se intensificando.

Segundo o autor, a civilização de consumo, na qual vivemos, aproveita-se da vulnerabilidade dos jovens, dirigindo-lhes mensagens

publicitárias atrativas e induzindo-os especialmente ao consumo de fumo e álcool. Cabe ressaltar que é importante não confundir a experimentação de uma droga qualquer movida pela curiosidade, de uso esporádico ou quantidades moderadas, com a necessidade compulsiva de consumo que caracteriza a dependência.

A questão que se coloca é que os pais, por desconhecerem os diferentes tipos de drogas (em sua juventude praticamente só tinham contato com a maconha), pela falta de entendimento sobre a curiosidade própria do adolescente e pelo medo de despertar o interesse pelo tema, não abrem espaço em casa para discutir o assunto com os filhos. Apenas proíbem categoricamente o uso de drogas sem esclarecer suas dúvidas, criando uma série de atritos que podem provocar efeitos contrários ao desejado.

FERRIANI et al (1994b) ao realizar estudo em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com alunos de 1º grau das escolas públicas a respeito do conhecimento que possuíam sobre drogas, concluíram que todos os alunos possuem algum conhecimento sobre o assunto, independente do nível sócio-econômico. Portanto, apesar de os pais não quererem abrir espaço para discussão do tema, os filhos já estão recebendo “informações” através de outras fontes.

Para PINHEIRO (1997), a melhor defesa que um jovem pode ter para enfrentar os tóxicos é o conhecimento sobre eles. A prevenção é importante e deve se realizar através do estímulo ao cuidado com o próprio corpo, promovendo a auto-estima do adolescente.

Ainda discutindo a vida familiar, os pais sentem que os jovens de hoje parecem estar sem objetivos na vida, despreparados e sem ideais.

“Eu vejo o jovem meio perdido. Vou falar assim no geral. Eu até me arrisco a dizer que a maioria se sente perdida, sem nenhum objetivo, sem saber buscar o seu caminho.” (A12)

“Eu acho que no meu tempo de adolescência a gente lutava por mais coisas. Eu acho assim, havia até mais idealismo... eu acho que o adolescente, hoje, perdeu muito essa questão, vai muito pela onda do que todo mundo faz, ou do que a televisão mostra.” (A8)

Ao trazer essas questões, os pais mostram que o adolescente de hoje é diferente do adolescente do passado. Encadeando o pensamento dos pais de forma linear, vamos encontrar o jovem de gerações passadas mais respeitador, comedido, que estudava e trabalhava, com poucas opções de lazer e com uma vida familiar mais organizada. Desta forma, têm-se a impressão que este adolescente do passado era mais limitado em sua liberdade, talvez isto explique em parte sua necessidade de lutar por um ideal, por um mundo novo; chegar mais rápido ao mundo adulto, ser independente. Segundo nossos atores sociais, os jovens de hoje *vão muito pela onda do que todo mundo faz.*

Para VAITSMAN (1994), estamos vivendo atualmente o estágio do capitalismo multinacional e de consumo, em que o dominante cultural é a transformação de tudo em imagens; há um avanço na tecnologia e surgem novos sistemas de comunicação e informação, bancos eletrônicos, dinheiro de plástico expandindo a sociedade de consumo, que se vê dominada pela informação e pelo vídeo.

Todas essas transformações na organização sócio-econômica e cultural explicariam, em parte, porque as pessoas descartam, hoje, com tanta facilidade seus bens, valores, coisas, pessoas e até o modo de ser e fazer.

Os jovens de hoje são “produtos” dessa organização social, do efêmero, do descartável, mas convivendo com pais que trazem de sua geração valores considerados mais sólidos e duráveis. Essa transformação provoca nos pais essa percepção de vazio, sem rumo, sem ideais.

VAITSMAN (1994) aponta ainda que o homem não perdeu sua capacidade de sentir, pensar, criar; ele está em fase de transformação e sempre haverá resistência, invenção e construção de novos caminhos de interação.

SILVA (1997) traz uma questão importante para reflexão sobre novos caminhos a se conquistar; há séculos o masculino é definido como poder, enquanto o feminino se caracteriza pela submissão. No entanto, hoje, as mulheres vêm, cada vez mais, saindo do mundo privado e ingressando no público e os homens participando cada vez mais do mundo privado, desta forma misturam-se homens e mulheres.

Como bem coloca a autora, nessa nova relação, homens e mulheres estão assumindo novos papéis nas relações sociais e afetivas. Novos parâmetros de masculinidade têm sido buscados para um equilíbrio entre o afetivo e o padrão de masculinidade socialmente estabelecido.

Segundo SILVA (1997), *“o difícil caminho para os homens de hoje é a passagem do lidar com coisas (como sexo, trabalho, esporte, política) para lidar com emoções... não deixa de ser um desafio estimulante desvendar sonhos, talvez ainda ignorados por nós, desta humanidade que se aproxima do século XXI”*. (p.01)

Um aspecto presente na fala dos pais é a vida social, os amigos e as festas freqüentadas pelos filhos. Para muitos atores sociais este foi o momento de recordar *“um tempo que não volta mais”*.

“Mas adolescência na minha época era bem melhor. Eu acho que naquela época era mais pura, mais sem maldade, mais sem violência”. (A7)

“Eu ia em baile, então minha mãe deixava eu ir com a minha irmã mais velha. Sei lá, era uma coisa tão boa, quando deixava era uma alegria.” (A6)

“Eu tinha um grupo de amigos, era restrito aos colegas de escola. A gente não saía muito, não tinha muita opção de passeio, como a meninada tem hoje; tem discoteca, tem shopping, tem lanchonete, sei lá mais o quê” (A9)

“Mas a gente era de reunir ali perto de casa. No meu tempo o passeio ainda era na praça, no cinema. Então não precisava ter dinheiro no bolso. Só de ir na praça era um passeio e tanto”.

(A11)

Por estas falas percebe-se que as opções de lazer eram em menor quantidade e mais baratas do que as que os jovens de hoje possuem; o baile, o cinema, o passeio na praça e o grupo de amigos faziam parte do universo dos pais em sua adolescência. Tanto os jovens do passado quanto os atuais têm no grupo de amigos um ponto de apoio ou a companhia preferida para o lazer.

Para TIBA (1986), a turma se torna tão importante para o adolescente como a escola e a família para a criança. É na turma que os adolescentes falam e fazem coisas comuns, conhecem-se mutuamente e se reconhecem pela roupa, palavras e atos. Na turma há troca de experiências, o que não há em casa. É na turma também que o adolescente se sente independente.

OUTEIRAL (1994) ao referir-se aos grupos de amigos, coloca que este é um importante elemento na construção da identidade do adolescente, assim como personagens de filmes, atletas ou artista de televisão.

A identificação nos grupos de adolescentes pode se dar com alguns elementos do grupo ou com a figura do líder da turma. O grupo oferece oportunidades variadas de situações necessárias ao jovem; é através das características do grupo que os pais podem identificar se o filho está com dificuldades e se precisa de ajuda.

A época de adolescência dos pais é lembrada como mais tranqüila, quando era possível sair às ruas e praças sem medo da violência.

“Claro que brigas, discussões e até tiros a gente ouvia falar; muitos colegas brigavam e o grupo ia “apartar a briga”. Mas não era nem de longe o que estamos vivendo hoje”. (A4)

Nos dias atuais os pais não se sentem seguros quando os filhos saem para um barzinho, danceteria ou mesmo uma lanchonete; muitos levam e buscam e outros proíbem ou tentam impedir a saída dos filhos por medo da violência nas ruas.

“Eu prá soltar é difícil; se eu deixo eles irem sozinhos ao centro da cidade, já fico preocupada”. (A7)

“Porque tem muita violência na rua, tanto é ruim para o menino como para a menina. Eu tenho medo de um filho se envolver numa encrenca sem ter culpa. Você pode perder um filho por causa disso”. (A6)

A violência a que os pais se referem é a agressão física, os assaltos, as balas perdidas já freqüentes nas cidades do interior do porte de Ribeirão Preto.

Em GOMES (1997) encontramos referências à violência no cotidiano social, mas com a ressalva de que ela não está circunscrita apenas ao campo do crime; *“por trás dos crimes estão presentes outros níveis de violência que necessariamente não se articulam diretamente com eles e que nem sempre são percebidos enquanto tais”*. (p. 101)

Aponta ainda, citando Quiroga F. Neto, que existe uma relação entre violência e criminalidade mais ou menos generalizada no senso comum e vista apenas sob a ótica da segurança pública, ou seja, da repressão.

É comum também associar-se violência com pobreza, o que tem gerado uma *“criminalização, colocando segmentos inteiros como suspeitos ou na mira de permanentes julgamentos”*. (p. 102)

Concordamos com o autor que a violência não se restringe à agressão física e individual. Embora ela esteja presente e seja real no cotidiano da sociedade, está ligada a muitos outros aspectos sociais como desigualdades sociais e culturais, preconceitos, tabus, discriminações e muitas outras formas. Em nosso estudo a violência está referida à agressão, criminalidade, que leva os pais por medo a tentar impedir as saídas dos filhos de casa, provocando discussões e dificultando as relações familiares.

No entanto, esse receio dos pais com relação à violência urbana não é infundado, porque os jovens são as vítimas preferenciais dessa violência. Segundo dados apresentados por YUNES et al (1994), nas últimas décadas, a mortalidade de crianças e jovens no Brasil vem aumentando em decorrência de causas violentas, também chamadas causa externas, que englobam principalmente os acidentes de trânsito e homicídios.

Os acidentes de trânsito aumentaram 33% nesse período e se concentram na faixa etária de 15 a 19 anos, sendo que a mortalidade por esta causa chegou a 47% dos óbitos. A mortalidade por homicídios vem crescendo consideravelmente, seu aumento foi da ordem de 56% para a população em geral e 90% para o grupo etário de 15 a 19 anos.

Segundo esses autores, as causas violentas de morte na região das Américas se constituem em grave problema de saúde pública e de deterioração da qualidade de vida.

Esses foram os aspectos relevantes com relação à vida familiar apontados por nossos atores sociais em suas falas. A partir dos dados empíricos, verificamos que a organização familiar modificou-se e os pais estão tentando reestruturar-se dentro da nova realidade social, com novos valores.

A mulher vem construindo seu espaço como cidadã, mas ainda convive socialmente com a cobrança pelos seus papéis domésticos. A autoridade dos pais é questionada pelos jovens de maneira mais explícita, surgindo o confronto. Os pais ainda estão se defrontando com novos desafios como os dos papéis sexuais de masculinidade, alterando o padrão socialmente estabelecido.

A fé e a religiosidade, o trabalho e o estudo se apresentam ainda para os pais como uma possibilidade de ajuda na formação dos jovens. As drogas e a violência urbana, males dos novos tempos, interferem na vida social e familiar, gerando insegurança.

Todos esses fatores associados faz com que os pais tenham a sensação de que a família perdeu seu caráter de união, dando a impressão de que a adolescência que viveram junto à sua família foi melhor do que a que seus filhos vivem hoje.

Valores novos e antigos se mesclam e confundem os pais, provocando “fissuras” em seu relacionamento com os filhos, independente do grau de instrução e situação financeira da família.



5.3. A família frente a sexualidade

Configurando-se em outro núcleo de sentido desta investigação, pudemos perceber que os atores sociais entrevistados compreendem que os adolescentes estão vivenciando em seu dia a dia situações que envolvem questões ligadas à sexualidade; situações estas que os pais têm dificuldades em aceitar e até mesmo lidar com elas, o que podemos exemplificar através de alguns fragmentos de suas falas:

“Eu falo prá ele, a vida não é ficar só bagunçando com meninas; pelo amor de Deus, cuidado!” (A6)

“O que eu acho mais difícil é essa folga... um dia está com um, outro dia está com outro.” (A2)

“Hoje, parece que a juventude... é tudo malícia. O que não tinha na época da gente.” (A10)

“Então hoje a mulher trai o marido, o marido trai a mulher. Então eu acho que está passando aos filhos, sem passar a noção da valorização da família. Eu acho que o adolescente está convivendo com tudo isso. E deve ser muito ruim para ele. É um momento de transição difícil.” (A7)

“... com essa facilidade de hoje da pornografia que está aí. Às vezes a pessoa acaba entrando naquele momento, fazendo besteira. Que depois não tem do que se arrepender, já é tarde.” (A11)

Essa dificuldade dos pais é abordada por SUPLICY (1991), que aponta as rápidas mudanças ocorridas na sociedade, nas últimas décadas, com relação à sexualidade e que deixaram os pais amedrontados e confusos. Antigamente, as famílias não tinham dúvidas em saber o que era certo ou errado, o que podiam ou não permitir. Hoje, no entanto, estamos vivendo um período de transição para a construção de um sistema de valores sexuais e temos dificuldades e dúvidas sobre o que e como orientar..

Apesar disso, acrescenta a autora, alguns valores não podem deixar de ser transmitidos aos jovens, como: o respeito a si mesmo enquanto pessoa; o respeito pelo outro; o acesso à informação e ajuda no sentido de desenvolver o espírito de crítica e raciocínio.

Embora encontrem dificuldades, VITIELLO et al (1988) acreditam que os pais jamais devem negar que se sentem embaraçados diante de certos temas. É preferível dizer que não sabem ou se sentem constrangidos do que dar uma resposta que, mais cedo ou mais tarde, será desmascarada.

Para EGYPTO et al (1991) a questão da sexualidade ainda está muito centrada nos papéis sexuais que a sociedade espera de homens e mulheres, independentemente de suas escolhas e projetos de vida.

O homem é valorizado pelo seu forte caráter, coragem e virilidade, além de ser visto como o provedor da família. Quanto à mulher, espera-se que seja dócil, submissa ao homem, companheira, mãe e esposa fiel. Para que a família consiga enquadrar os filhos dentro desse estereótipo, a

educação deve ser muito vigilante, uma vez que estes certamente irão questionar os valores e padrões socialmente impostos.

Na verdade o momento atual é de ambivalência entre tudo o que está acontecendo na sociedade e na mídia, estimulando a sensualidade do jovem de um lado e do outro enquadrando esse mesmo jovem em papéis sexuais de responsabilidade e dupla moral para homens e mulheres. No meio dessa situação está a família convivendo com antigos valores e situações novas, não sabendo o que de fato orientar.

CONCEIÇÃO (1988) acrescenta que toda essa transformação de valores, que assistimos hoje na sociedade, teve início a partir das décadas de 50 e 60, quando vários movimentos, deflagrados por jovens, buscaram romper com a opressão sexual vivida por várias gerações de jovens de todas as partes do mundo. As regras sociais da época impunham o exercício da sexualidade dentro do matrimônio, limitando-o à reprodução.

Segundo SALES (1988), os pais de hoje são os adolescentes que vivenciaram esses movimentos discutindo o direito ao prazer e à liberação sexual da mulher, o que influenciou suas visões de mundo. De uma certa forma, esse autor acredita que esses movimentos deixaram os jovens daquela época inseguros, vendo os rígidos padrões morais de sua infância serem derrubados sem que houvesse um tempo para a elaboração e modificação da realidade interna de cada um. O exercício da sexualidade realizado por homens que foram educados sob repressão não lhes dá liberdade, nem flexibilidade.

Esses aspectos podem constituir-se, em parte, em indicadores dos motivos que levam os pais a se sentirem bloqueados para discutir com os filhos

os problemas relacionados à sexualidade. Apesar dessa dificuldade, entendemos que é no convívio familiar e entre pessoas que se estimam, que as questões sexuais devem ser discutidas e analisadas, levando-se em conta os valores sócio-culturais e as crenças religiosas de cada família.

Os pais citaram, ainda, a influência da mídia na vida familiar, transmitindo informações sobre sexualidade para os jovens, nem sempre condizentes com seus valores e filosofia de vida, como podemos verificar nas seguintes falas:

“... próprio meio de comunicação, que hoje tem em nossa casa que antigamente não tinha. Então isso faz com que a mente dessa meninada está mais aberta do que uns tempos atrás. Eu acho que eles estão muito liberal, foi uma espécie de explosão mesmo. Só que eu acho que basicamente eles não estão sabendo o que querem . Eu diria assim, é mais que imposto o modo de viver deles.” (A1)

“Eles acabam tendo um massacre de informações, tanto e principalmente da mídia, coisa que não havia em minha época de adolescente.” (A4)

“A gente nota uma tendência para a violência. Até na apresentação física dos meninos, o tipo de roupa que eles gostam, os líderes que eles se identificam na T.V., no cinema; geralmente são de violência. Então eu acho que isso destrói a pureza do indivíduo, do ser humano. “ (A9)

“Hoje sai na T.V., em revistas pornográficas, as novelas em horários bem cedo. A T.V. está um horror, o que entra dentro de casa. E hoje tem o multicanal que entra o dia todo. Não tem como segurar.” (A10)

“Então eu sinto uma pena muito grande quando vejo a televisão usar os jovens, fica uma imagem tão ruim... Que está tudo liberado, está tudo fácil, que eles podem fazer o que querem.” (A6)

“Agora existe malícia em tudo. Sei lá, a televisão passa uma coisa, né... É tudo muito liberal, eu acho.” A7)

Vários autores têm discutido a questão da mídia na formação de opinião da população. Para UBEDA (1996), as famílias vêm se deparando, cada vez mais, com inúmeras mensagens veiculadas pelos canais de comunicação, muitas delas contraditórias, o que tem tornado difícil a tarefa dos pais de educar e mesmo avaliar essas mensagens de forma adequada, especialmente quando diz respeito à promoção da saúde dos adolescentes.

Segundo KNOBEL (1992), estudos importantes, realizados em países como Estados Unidos e França, têm mostrado a influência da televisão, do rádio, do cinema e das histórias em quadrinhos na personalidade das crianças, chegando ao exagero de competir com os pais e a escola na tarefa educativa. *“A agressividade, o delito, o sensacionalismo e as fantasias de poder sucedem-se repetidamente em luta aberta contra as normas morais e religiosas de nossa sociedade”* . (p.103)

Esse autor acrescenta, ainda, que esses conceitos vão adquirindo forma em certas personalidades. Se o adolescente, em sua vida real, tem motivos de insatisfação, ódios, revoltas, a televisão poderá ter uma influência negativa em seus sentimentos e ajudará sua exteriorização na prática. A preocupação dos pais é, pois, legítima, uma vez que essa é a fase de estruturação da identidade do jovem.

OUTEIRAL (1994) é de opinião que *“a sociedade brasileira oferece, principalmente através dos meios de comunicação, da atitude de determinados setores políticos e de líderes empresariais, atitudes éticas e valores que não se constituem em modelos identificatórios positivos”*. (p.74)

Quanto aos aspectos ligados à sexualidade, LOPES et al (1993) ressaltam que inúmeras mensagens de apelo sexual têm sido veiculadas através dos meios de comunicação de massa. O corpo e a sensualidade têm sido exaustivamente usados para divulgar e vender desde sabão em pó até toalhas de banho, tornando-se um produto facilmente consumível.

A sexualidade é um importante componente da identidade do adolescente e, segundo OSÓRIO (1992), a estruturação dessa identidade é realizada, em grande parte, pela representação mental que o adolescente tem de seu sexo e de sua auto - imagem corporal. A estrutura da imagem corporal também é determinada por fatores sociológicos, ou seja, as funções atribuídas ao corpo pela cultura.

Segundo SAYÃO (1997), os pais não devem ter medo de exercer sua autoridade junto aos filhos quando o assunto é sexo, principalmente na televisão. *“Os pais devem desligar o aparelho. De outra forma estão passando*

a responsabilidade para os outros e para a mídia” (p. 4). O importante nesses casos é conversar, discutir o porquê e apresentar sua forma de ver o mundo.

Para a psicóloga, a televisão tem levado os jovens a pensar que sexo é a melhor coisa do mundo. Aos pais compete derrubar esse mito junto aos filhos e apresentar o sexo como outra função qualquer do corpo; algo que faz parte da vida das pessoas, mas que envolve afeto e responsabilidade.

Concordamos com a autora que esta questão da mídia ditar condutas sexuais, através de novelas, filmes e comerciais, onde “todo mundo se relaciona sexualmente com todo mundo” e não ocorre uma gravidez indesejável, um aborto ou uma doença sexualmente transmissível, já foi bastante discutida entre os participantes dos grupos de pais que organizamos nas escolas. Todas estas situações requerem muita discussão e reflexão com os filhos adolescentes.

Temos conversado com os pais para que aproveitem o “programa de televisão” e tragam a questão para a realidade vivenciada por eles, procurando discutir os fatos sem rodeios, colocando seus valores e também suas experiências e histórias de vida, tão úteis para o adolescente.

Segundo BOCARDI (1997), os pais sentem dificuldade em abordar as questões de sexualidade junto aos filhos não só por constrangimento, mas também por medo de um diálogo franco e aberto. Eles têm receio de que o diálogo possa propiciar ou indicar para os jovens que eles já estão prontos para iniciar sua vida sexual.

Uma das conseqüências dessa iniciação sexual precoce é a gravidez não planejada. Segundo reportagem da FOLHA DE SÃO PAULO (1994), no

Hospital do Servidor Público, na cidade de São Paulo, o número de partos de adolescentes cresceu 30% a partir de 1993.

Esta realidade não é muito diferente daquela que temos vivenciado durante nossas atividades no Centro Obstétrico do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, com alunos de graduação em enfermagem em ensino teórico-prático, sobre recepção de recém - nascidos. Durante uma semana do mês de maio de 1997 foram realizados 30 partos, dos quais seis foram de adolescentes com idades entre 14 e 18 anos. Este dado nos mostra que durante essa semana 20% das mães que deram a luz eram adolescentes, não apenas de Ribeirão Preto, mas também da região.

Segundo dados de 1996 do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos – SINASC – da Secretaria Municipal de Saúde, foram realizados 8601 partos nas maternidades de Ribeirão Preto, sendo que 1454 eram de adolescentes entre 15 e 19 anos e 62 de menores de 15 anos, ou seja, 17,6% dos partos foram de mães adolescentes.

Esses dados constituem um dos indicativos da responsabilidade das famílias, escolas, serviços de saúde e sociedade em geral com relação à orientação sexual dos adolescentes. Não dá mais para ignorarmos essa problemática e “achar” que com os nossos filhos nunca vai acontecer.

Embora a sexualidade tenha aparecido na fala dos pais como um assunto difícil de ser abordado com os adolescentes de maneira geral, alguns deram destaque à sexualidade feminina como sendo mais difícil de ser conduzida, como podemos verificar nas falas seguintes:

“Eu tenho dificuldade de aceitar muita coisa do que está acontecendo. Principalmente com as meninas. Eu tive uma educação bem diferente e acho que não foi errada, pra mim foi bom. Hoje, elas têm muita liberdade, elas namoram, elas têm a camisinha na bolsa para transar. E eu acho isso muita liberdade. Eu não ensinei isso para minha filha. Eu acho que é muita coisa para uma criança, um adolescente de pouca responsabilidade”.

(A3)

“Eu acho que as meninas adolescentes estão voltadas para o sexo muito cedo. Elas queimam uma etapa da vida que seria uma fase bonita, de descoberta, de contato com outra pessoa”.

(A12)

“A nossa sociedade está voltada só para sexo, então eles ficam com uma visão muito distorcida do relacionamento. Eu acho que isso prejudica demais, principalmente a mulher, porque ela pode ficar com a sequela de uma gravidez antecipada, com filho que vai prejudicar o estudo, vai prejudicar a vida toda dela”. (A9)

EGYPTO et al (1991) colocam que na sociedade brasileira a demarcação dos papéis sexuais ainda se faz de forma rígida. A expressão da sexualidade ainda depende muito do papel que se espera de homens e mulheres. O tabu que pesa sobre a iniciativa sexual da mulher tem muito a ver com o papel de subordinação ao homem.

Esses autores acrescentam que novos padrões de comportamento para homens e mulheres começam a ser ensaiados pelas gerações mais

jovens, mas ainda há predominância de velhos valores sexuais. “*O rapaz pode - e deve – ter experiências sexuais variadas. A moça se guarda para o casamento*”. (p.51). Esta realidade ainda é válida para um grande número de famílias na sociedade brasileira.

Para RAPPAPORT (1996) estamos vivendo um momento social ambivalente em relação à sexualidade feminina. Estão ocorrendo mudanças muito rápidas num prazo relativamente curto de tempo. Os estímulos para uma maior liberdade sexual não são acompanhados de orientação e nem oferecem condições para que as adolescentes vivam essa liberdade sexual com responsabilidade.

A autora enfatiza ainda que as dificuldades de pais e educadores em abordar esse tema ou aceitar a sexualidade das meninas têm como causas conflitos seus não resolvidos. Esses conflitos não são conscientes, o que leva os pais a agirem, muitas vezes involuntariamente, como seus pais ou avós.

SUPLICY (1995) coloca que a maioria dos pais quer o melhor para seus filhos, só que hoje é muito difícil saber o que é o melhor. “*Antigamente, as pessoas achavam que sabiam o que era melhor para os filhos. Não existiam muitas opiniões conflitantes: as moças tinham que casar virgens e ninguém discutia se essa atitude era boa ou não para elas. Era assim e pronto*”. (p. 33)

Em outro texto, SUPLICY (1991) coloca que a decisão de assumir ou não uma vida sexual, especialmente para a mulher, implica em resolver o conflito entre o desejo sexual e o sentimento de culpa. Além desse conflito, existem ainda outras preocupações secundárias que são: não saber ou não

ter acesso a meios de contracepção, o medo social da perda da virgindade e a possibilidade de ser abandonada pelo companheiro.

Todos esses aspectos ligados à sexualidade feminina, aliados ao conflito dos pais de aceitação da própria sexualidade, geram ansiedade e preocupação quanto à condução e orientação das filhas.

OSÓRIO (1992) aponta investigações sobre sexualidade na adolescência, realizada em vários países do continente americano, inclusive o Brasil, demonstrando o quanto ainda é rudimentar o grau de esclarecimento a respeito da sexualidade entre os jovens contemporâneos e essa precariedade de informações independe do nível sócio-econômico e cultural das famílias. A anticoncepção, por exemplo, continua sendo um tema tabu entre pais e filhos.

Segundo o autor, as famílias, com raras exceções, somente oferecem às meninas orientações sobre menstruação e cuidados de higiene pessoal e aos meninos advertências quanto aos perigos de doenças sexualmente transmissíveis.

Mas LOPES e MAIA (1993) apresentam a orientação sexual dirigida aos adolescentes como um importante fator de adiamento do início da atividade sexual. O adolescente esclarecido entende a razão de precisar “dar um tempo” maior ao seu corpo, fortalecendo sua auto - estima e seu senso de responsabilidade.

Para esses autores, o estímulo sexual precoce é despertado, no adolescente, pela ignorância, pela falta de informação e pela curiosidade, adquirida na rua ou através da mídia.

Os pais têm consciência de que a melhor maneira de orientar os filhos e se aproximar deles é através do diálogo, da conversa franca e aberta. No entanto, alguns colocam ter enormes dificuldades para manter esse diálogo, apresentando como justificativa o fato de não estarem preparados para discutir temas que interessam ao adolescente ou por não terem vivenciado essa experiência com seus pais quando adolescentes. Essas percepções estão presentes nas seguintes falas:

“É mais um aprendizado do diálogo e a gente, pra fazer com as crianças, teve que aprender a fazer. Sentar e falar o que você acha disso; eu acho que é assim, que é assado, dar a palavra pra cada um deles falar, de falar o que pensa. Isso a gente pôs em prática na nossa família. E é uma coisa que a gente não teve.”
(A8)

“A gente tinha um relacionamento com os pais ... não era um relacionamento difícil, mas silencioso, gelado, em que eles procuravam passar pra gente mais exemplos práticos do que conversa. Então era um acordo que ficava no ar.” (A4)

Para SUPPLY (1995), muitos pais não conseguem dialogar com os filhos por acharem que não são especialistas no assunto ou porque sentem vergonha de dizer que não sabem. A maioria, no entanto, nunca teve “uma conversa” com os próprios pais e sentem-se embaraçados para falar com seus filhos, principalmente sobre sexo.

Concordamos com a autora, uma vez que, em nossa experiência com grupos de pais, a sexualidade é sempre tema polêmico e o grupo dificilmente chega a um consenso sobre como abordar o assunto. Mas a nossa percepção é de que os pais estão procurando entender mais os filhos, esforçando-se para serem menos rígidos, embora ainda apresentem recaídas para o autoritarismo.

Segundo RAPPAPORT (1995), é muito freqüente os pais agirem ou de forma autoritária, com atitudes de imposição, gritaria, castigos severos ou de forma oposta, ou seja, com uma permissividade exagerada. Atitudes essas que, com certeza, eles gostariam de evitar para alcançar o tão desejado diálogo.

Essa autora acredita que muitos conflitos entre pais e filhos adolescentes são causados pelo desconhecimento que, tanto uns quanto outros, têm a respeito de suas vivências mais íntimas. Por motivos diversos, muitos pais se distanciam, física ou psicologicamente, dos filhos, criando lacunas de maior ou menor intensidade em sua personalidades.

Talvez esses pais tenham sido filhos pouco amados, membros de famílias desestruturadas ou excessivamente autoritárias. Com esses comentários, a autora busca apenas apontar que *“muitas vezes, os pais desejam ser mais compreensivos e mais amigo de seus filhos, mas não o conseguem em decorrência de situações peculiares de sua própria vida”* (p.107).

Encontramos em nossa amostra aspectos dessa colocação da autora. Alguns pais se referiram a dificuldades no diálogo com os filhos e apontaram

traços de sua própria personalidade como obstáculo a um melhor relacionamento:

“Talvez, eu acho, que como pai eu deveria ser mais aberto do que sou.” (A1)

“Eu sou uma pessoa bastante fechada, muito fechada. E eu sinto dificuldade de relacionamento. Eu sou muito isolada. A minha adolescência foi muito severa por parte de meus pais.” (A2)

ABERASTURY e KNOBEL (1991) encontraram que, muitas vezes, ao estudar a adolescência, os pesquisadores esquecem-se de apontar as transformações pelas quais passam os pais. Para esses autores, os pais também vivem o “luto” pela perda do filho criança e lutam para aceitar seu crescimento e as manifestações da genitalidade e da personalidade decorrente dela.

Dessa forma, os pais têm que estabelecer uma nova relação com os filhos, de adulto para adulto, nem sempre muito fácil e que, com certeza, tornam ainda mais difícil o entrosamento e o diálogo.

Apesar de nossa amostra ser composta, em sua maioria, por pais com nível de escolaridade de 2º grau e universitários, eles, em algum momento de seu relacionamento com os filhos adolescentes, não se sentem preparados ou “à vontade” para conversar com eles sobre sexualidade.

Outro aspecto que diz respeito aos nossos atores sociais é que, sempre que focalizavam determinado aspecto do relacionamento com os

filhos adolescentes, se reportavam à própria vivência com seus pais ou sua adolescência.

No entanto, quando a sexualidade surgiu durante a entrevista, os pais trouxeram suas dificuldades em aceitar os novos comportamentos, a influência da mídia, a ausência do diálogo, mas não fizeram a ponte, a ligação com sua própria adolescência, com a experiência vivida como adolescentes.

Este fato nos leva a concordar com os autores de que a sexualidade ainda é um tabu em nossa sociedade e os pais, frutos de uma educação sexual repressora, não conseguem libertar-se para conversar abertamente e tranquilamente sobre o assunto. Desta forma, acreditamos que existe um longo caminho a percorrer até que a sexualidade seja vista como algo normal na vida das pessoas.

Considerações Finais

Em nossa investigação encontramos, como fatos relevantes, com relação ao núcleo de sentido “vida familiar”, a percepção dos pais de que a organização familiar vem se modificando ao longo dos anos e a tentativa deles de se reestruturar dentro dessa nova realidade.

Na sociedade atual é cada vez maior o número de mulheres que, com seu trabalho, também passam a ser provedoras do lar, papel até então esperado dos homens.

As mulheres estão conseguindo abrir seu espaço como cidadãs e, cada vez mais, se projetam no mundo público, não limitando suas aspirações de vida ao lar e à criação dos filhos. Entretanto, esta realidade, presente em muitos lares brasileiros, não tem impedido que elas continuem a ser cobradas em seus papéis de mãe, educadoras e esposas, pois que estes papéis ainda estão muito marcados no imaginário social e na organização de vida familiar de várias gerações.

Da mesma forma, os padrões de autoridade masculina começam a ser questionados pelos mais jovens e, gradativamente, sentimentos de afetividade vão sendo incorporados aos papéis sexuais masculinos. Os homens estão cada vez mais vindo do mundo público para o privado e esses mundos estão se misturando em cada homem e em cada mulher.

As novas tecnologias; os novos sistemas de comunicação e informação; os bancos eletrônicos; o dinheiro de plástico e a expansão do consumo do descartável têm interferido na organização sócio-econômica e

cultural levando as pessoas a se desfazerem com muita facilidade de seus bens, valores, coisas e até mesmo pessoas.

Os jovens de hoje são produto de todas essas transformações e realidades, mas convivem com pais que, embora percebam a vida familiar em transformação, consideram que os valores que estão sendo perdidos como a religião; o respeito aos mais velhos; a união familiar e a presença da mãe junto ao lar são muito importantes na formação desses jovens.

Percebe-se, então, a dicotomia dos pais que, ao mesmo tempo em que tentam se reestruturar com os novos valores, apegam-se aos valores antigos. É o conflito entre o novo e o velho refletindo na relação pais e filhos adolescentes.

Aliadas a essas questões, as drogas, a AIDS e a violência urbana – três problemas sociais que marcam este final de século – colaboram para que as dificuldades de relacionamento entre pais e filhos se intensifiquem.

Dessa forma, percebemos que, independentemente do nível de escolaridade ou situação sócio-econômica desse grupo de pais, a relação com os filhos adolescentes é conflituosa e permeada pelo choque de idéias. No geral, os pais têm a sensação de estar fracassando na condução da educação de seus filhos.

Outro núcleo de sentido de nossa investigação é a “família frente à sexualidade”. Os pais percebem que as questões relativas à sexualidade constituem uma grande preocupação deles nos dias atuais e apontam a mídia como a responsável pela veiculação de informações, às quais eles não gostariam que os filhos tivessem acesso ainda. Isso porque os pais não

se acham preparados para discutir essas informações, que chegam através da mídia, com os filhos, bem como não se sentem à vontade por – como eles mesmo colocam – não terem sido orientados ou até mesmo por jamais terem dialogado com seus pais na própria adolescência. Muitos deles estão tentando esse exercício do diálogo com os filhos somente agora.

A preocupação com a sexualidade das meninas é maior do que com os meninos, pelo medo de uma gravidez precoce e também aqui, mais uma vez, valores antigos se mesclam com valores novos. Como aponta SUPPLY (1991), há duas ou três décadas atrás, a educação das moças era no sentido de que elas se casassem virgens, fosse isso bom ou não para elas. Não havia discussão. Discordar desse tipo de educação era coisa fora de cogitação. Hoje os pais percebem que as meninas estão iniciando a vida sexual antes dos casamento, mas nenhum deles mencionou gravidez com suas filhas adolescentes.

A informação e a orientação voltadas para o desenvolvimento da auto-estima e o auto-cuidado, segundo vários autores, são as únicas formas de postergar a iniciação sexual precoce. Embora desconheçam a atividade sexual de seus filhos, os pais demonstram estar preocupados com a questão, apenas não sabem como abordá-la.

A dificuldade em lidar com a sexualidade ficou bem visível durante as entrevistas com os pais, pois quando focalizavam determinado aspecto de seu relacionamento com os filhos, eles se reportavam à própria vivência com seus pais ou sua adolescência.

Entretanto, quando o tema sexualidade surgiu, os pais mencionaram a dificuldade que tinham em aceitar os novos comportamentos, a influência da mídia, a falta de diálogo, mas não fizeram a ponte com sua própria adolescência ou apresentaram exemplos que envolvessem as suas experiências vividas.

Todos esses fatores somados têm dificultado a tarefa de educar, de estar próximo dos filhos, dando a sensação a muitos pais de que eles não sabem educar, além de não possuírem a firmeza de seus próprios pais.

Apesar de sabermos que esta geração de pais viveu sua adolescência nas décadas de 60 e 70, quando inúmeros movimentos sociais surgiram objetivando “derrubar” mitos culturais, principalmente os mitos sexuais e o autoritarismo, não nos deparamos com pessoas liberais e, sim, mais flexíveis em sua autoridade, com imensa vontade de ajudar os filhos, mas também com muitas dúvidas.

Lendo e relendo as entrevistas não sentimos em nenhum momento que os pais, independente do nível de instrução, têm esperanças ou vêem algum aspecto positivo com o futuro dos jovens em geral; parece que há falta de perspectiva com o amanhã. Senti que eles consideram a adolescência deles, apesar de toda rigidez familiar, melhor do que da geração atual.

A diferença de valores, as transformações sociais e a reorganização familiar foram muito rápidas e estão provocando esse distanciamento entre pais e filhos, mas com certeza nem tudo está perdido. Segundo OSÓRIO (1992), a família estará, como esteve até então, em lenta, por vezes imperceptível, mas constante renovação.

Anexo

1. Identificação dos pais

nome:

Idade:

estado civil:

religião:

grau de escolaridade:

profissão/ocupação atual:

idade dos filhos adolescentes:

2. Como o Sr (a) vê a adolescência hoje e como é o seu relacionamento com seu filho adolescente?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERASTURY, A. *et al.* **Adolescência normal**. Trad. Suzana Maria G. Ballve. 9. ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.
- ALMEIDA, A.M. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. (org.). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/ Editora da UFRJ, 1987.
- ANDREOLA, B.A. **Dinâmica de grupo: jogo da vida e didática do futuro**. 2 ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1983. p. 11-54
- ARATANGY, L.R. **Sexualidade: a difícil arte do encontro**. São Paulo, Ática, 1995.
- ARIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Guanabara - Koogan, 1981. p.195-224.
- ARRUDA, A. Sexualidade e informação: recado dos jovens paraibanos. In: PAIVA, V. (org) **Em tempos de AIDS**. São Paulo, Sumus, 1992. p. 139-144.
- BIASOLI – ALVES, Z.M.M. **Família: socialização, desenvolvimento**. Ribeirão Preto, 1994. 188p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- BOCARDI, M.I.B. **A gravidez na adolescência: o parto enquanto espaço do medo**. Ribeirão Preto, 1997. 125p. Dissertação (Mestrado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.
- BOEMER, M.R.; ROCHA, S.M.M. A pesquisa em enfermagem: notas de ordem histórica e metodológica. **Saúde e Sociedade**, v. 5, n. 1/2, p. 1-13, 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo, Atlas, 1988. 180p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de saúde do adolescente: bases programáticas (PROSAD)**. Brasília, 1989. 24p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal nº 8069 de 13.07.90. Projeto Minha Gente. Brasília, 1991. 110p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Serviço de Assistência à Saúde do Adolescente - SASAD. **Normas de atenção à saúde integral do adolescente**. Brasília, 1993. v. 1, 47p.
- CABRAL, J.T. **A sexualidade no mundo Ocidental**. Campinas, São Paulo, Papyrus, 1995.
- CANEVACCI, M. Introdução sobre o método interdisciplinar. In: CANEVACCI, M. (org.). **Dialética da família**. São Paulo, Brasiliense, 1987. p.13-52.
- CANO, M.A.T. **Deteção de problemas visuais e auditivos de escolares em Ribeirão Preto: estudo comparativo por nível sócio-econômico**. Ribeirão Preto,

1991. 92p. Tese (Doutorado) Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.
- CANO, M.A.T.; FERRIANI, M.G.C.; NOCCIOLLI, M.M.; SILVEIRA, M. Encontro de escolares adolescentes em Ribeirão Preto - SP. **Rev. Bras. Saúde Esc.**, v.2. n.3, p.140-142, 1992.
- CANO, M.A.T. *et al.* Repetência e evasão escolar entre adolescentes. In: SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA EERP – USP, 1, Ribeirão Preto, 1993. **Programas e resumos.** Ribeirão Preto, 1993. p. 12.
- CANO, M.A.T.; FERRIANI, M.G.C.; MUNARI, D.B. O trabalho de enfermeiras junto à pais de adolescentes através de atividade grupal. **Rev. Bras. Sexual. Humana**, v.6. n.1, p.36-44, 1995.
- CARTER, B.; MC GOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar:** uma estrutura para terapia familiar. Trad. Maria Adriana V. Veronese. 2 ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995. p.7-29
- CAVALCANTI, R.C. Adolescência. In: VITIELLO, N. et al. **Adolescência hoje.** São Paulo, Roca, 1988. p.5-16.
- CONCEIÇÃO, I.S.C. Educação sexual. In: VITIELLO, N. et al. **Adolescência hoje.** São Paulo, Roca, 1988. p. 71-76.
- CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, A.A. et al. **Colcha de retalhos:** estudo sobre a família no Brasil. 3 ed. Campinas, UNICAMP, 1994.
- COSTA, J.F. **Ordem médica e norma familiar.** 3 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1989.
- COSTA, M. **Sexualidade na adolescência:** dilemas e crescimento. 8 ed. São Paulo, L & PM Editores, 1986.
- CRUZ NETO, O. et al Entre o determinismo e a superação: algumas considerações. In: MINAYO, M.C.S. (org.) **O limite da exclusão social:** meninos e meninas de rua do Brasil. São Paulo, Hucitec, 1993. p.117-124.
- CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.S. (org) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 4 ed. Petrópolis, Vozes, 1994. p. 51 – 66.
- CRER em Deus, hoje. VEJA, ed. 1489, n. 13, p. 96-104, abril, 1997.
- CRIANÇAS deixam a escola para trabalhar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de outubro, 1996. Brasil, p. 8
- DA MATTA, R. A família como valor: considerações não familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, A.M. (org.). **Pensando a família no Brasil:** da colônia à modernidade. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/Editora da UFRJ, 1987. p.115-136.
- DIMENSTEIN, G. **Meninas da noite.** São Paulo, Ática, 1992. 161p.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** Tradução Leandro Konder. 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

- EGYPTO, AC. *et al.* Papéis sexuais. In: BARROSO, C. ; BRUSCHINI, C. **Sexo e juventude:** como discutir a sexualidade em casa e na escola. 4 ed. São Paulo, Cortez, 1991.
- FERRIANI, M.G.C.; CANO, M.A.T.; SILVA, M.A.; UBEDA, E.M.L. Opinião dos escolares adolescentes sobre a realização de grupos de discussão. **Rev. Bras. Sexual. Humana**, São Paulo, v.5, n.2, p.193-203, 1994a.
- FERRIANI, M.G.C.; CANO, M.A.T.; SPAGNOL, C.; SILVA, S. Levantamiento del conocimiento y del contacto con drogas en la comunidad de alumnos de 1^{or}, grado de enseñanza publica y privada en Ribeirão Preto. **Rev. latino-am. enfermagem**, Ribeirão Preto, v.2, n.2, p.55-72, 1994b.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Crianças e adolescentes:** indicadores sociais. Rio de Janeiro, 1992. v. 4, p. 9-33.
- _____. **Censo Demográfico de 1991.** Rio de Janeiro, 1994.
- GAUDERER, C. **A vida sem receitas.** 2 ed. Rio de Janeiro, Objetiva, 1994.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Trad. Magda Lopes. 2 ed. São Paulo, Editora UNESP, 1993.
- GOLDBERG, M.A.A. **Educação sexual:** uma proposta, um desafio. 2 ed. São Paulo, Cortez, 1984.
- GOMES, R A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S. (org) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 4 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994. p. 67-80.
- _____. **O corpo na rua e o corpo da rua:** a prostituição infantil feminina em questão. São Paulo, Unimarco, 1996.
- GUIMARÃES, T. **Educação sexual na escola:** mito e realidade. Campinas, São Paulo, Mercado de Letras, 1995.
- KNOBEL, M.; PERESTRELLO, M.; UCHÔA, D. **A adolescência na família atual:** visão psicanalítica. Rio de Janeiro, Atheneu, 1981.
- KNOBEL, M. A síndrome da adolescência normal. In: ABERASTURY, A. et al. **Adolescência normal.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1991. p.24-62.
- KNOBEL, M. **Orientação familiar.** Campinas, Papirus, 1992.
- LEITE, M.I.M.; MASSAINI, M.I. Representações do amor e da família. In: D'INCAO, M.A. (org.). **Amor e família no Brasil.** São Paulo, Contexto, 1989, p.72-86.
- LOLIO, C.A. *et al.* Mortalidade de adolescentes no Brasil, 1977, 1980, 1985: magnitude e tendências. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v.24, n.6, p.481-489, 1990.
- LOPES, G.; MAIA, M. Desinformação sexual entre gestantes adolescentes de baixa renda. **Rev. Sexol.**, v. 2, n. 1, p. 30-33, Jan./julho, 1993.

- LOPEZ, F.V. *et al.* Gravidez na adolescência: estudo comparativo. **Rev. Saúde Pública.**, São Paulo, v.23, n.6, p.473-7, 1989.
- MALDONADO, M.T. **Comunicações entre pais e filhos:** a linguagem do sentir. Petrópolis, Vozes, 1985.
- MEDEIROS, M. **Percepções dos atores sociais que coordenam programas de atenção às crianças e adolescente em situação de rua no município de Ribeirão Preto.** 1995. 78p. Dissertação (Mestrado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- MINAYO, M.C.S. SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública, 1993. 28p. /Mimeografado/
- MINAYO, M.C.S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C.S. (org) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 4 ed. Petrópolis, Vozes, 1994. p. 51-66.
- _____. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 4ª ed. São Paulo, Hucitec, 1996. 269p.
- MINUCHIN, S. **Famílias:** funcionamento e tratamento. Trad. Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990. 238p.
- MUZA, G.M. **Estudo das variáveis psicossociais associados por adolescentes escolares da cidade de Ribeirão Preto.** Ribeirão Preto, 1991, 120p. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo.
- NEVES, F.R.A.L.N.;CANO, M.AT.;FERRIANI, M.G.C. Sexualidade humana: uma abordagem pedagógica. **Rev. Bras. Sexual. Humana**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 85-96, 1997.
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **La salud de los jóvenes:** un desafío para la sociedad., Ginebra, 1986. 134p. (Série Informes Técnicos, n.731).
- ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD. Programa de Saúde Materno-Infantil. **O marco conceptual da saúde integral do adolescente e de seu cuidado.** Washington, 1992. /mimeografado/.
- OSÓRIO, L.C. **Adolescente hoje.** 2 ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1992.
- OUTEIRAL, J.O. **Adolescer:** estudo sobre a adolescência. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.
- PARKER, R.G. **Corpos, prazeres e paixões:** a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo, Best Seller, 1991. 295p.
- PINHEIRO, P.C. Drogas: prevenção e drogadição. Bol. Assoc. Bras. de Adolescência - ASBRA, n. 17, p. 4, março, 1997.
- PRADO, D. **O que é família.** 10 ed. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- QUINHENTAS jovens abortam no Brasil por ano. Folha de São Paulo, 19 de set. 1994, Folhateen, p.6-3

- RAPPAPORT, C. **Encarando a adolescência**. São Paulo, Ática, 1995
- RIBEIRÃO PRETO. Secretaria Municipal de Saúde. **Sistema de coleta e análise de estatísticas vitais de Ribeirão Preto – SICAEV**. Ribeirão Preto, 1994. folha 2.
- RIBEIRÃO PRETO. Prefeitura Municipal. **Anuário de Ribeirão Preto, 1994/95**. Ribeirão Preto, Prefeitura Municipal, 1994/95.
- RIBEIRÃO PRETO. Secretaria Municipal de Saúde. **Sistema de informação sobre nascidos vivos – SINASC**. Ribeirão Preto, 1994 – 1996.
- ROBAZZI, M.L.C; CANO, M.A.T. FÁVERO, M. O trabalho da criança e do adolescente no Brasil: acidentes ocupacionais e programas de prevenção existente. **Rev. Bras. Saúde Esc.**, v. 4, n. ½, 1996.
- ROMANELLI, G. **Famílias de camadas médias: a trajetória da modernidade**. São Paulo, 1986. 343p. Tese (doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. Mudança e transição em famílias de classes médias. **Travessia**, v. 9, n.4, p. 32-34, 1991.
- SALES, J.M. de. Os pais dos adolescentes. In: VITIELLO, N. et al. **Adolescência hoje**. São Paulo, Roca, 1988. p.29-34.
- SAMARA, E.M. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A.M. (org.). **Pensando a família no Brasil: da colônia a modernidade**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/Editora da UFRJ, 1987.
- _____. **A família brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1993. 89p.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. **Programa de aprimoramento das informações de mortalidade no Município de São Paulo - PRO-AIM**. São Paulo, 1993. n. 11.
- SAYÃO, R. O sexo na adolescência. **REVIDE**, n. 14, p. 3-5, maio. 1997.
- SILVA, M.C.P. A maioria excluída. **BOLETIM GTPOS**, n. 11, p. 1-2, ago/out. 1997.
- SUPLICY, M. **Conversando sobre sexo**. 17 ed. Petrópolis, Edição da Autora, 1991. 407p.
- EGYPTO,ªC.;BRANCO,C.C.; GONÇALVES,E.V. **Sexo se aprende na escola**. São Paulo, Olho d'água, 1995. 120p.
- TAQUETE, S.R. Sexo e gravidez na adolescência. **J. Pediatr.**, São Paulo, v. 68, n.314, p.135-139, 1992.
- TIBA, I. **Puberdade e adolescência: desenvolvimento biopsicossocial**. São Paulo, Agora. 1986. 236p.
- _____. **Adolescência: o despertar do sexo**. 4. ed. São Paulo, Gente, 1994.
- TRIGO, M.H.B. Amor e casamento no século XX. In: D'INCAO, M.A. (org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1989. p.88-93.

- TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1994. 175p.
- UBEDA, E.M.L. **Programa de atendimento à saúde do adolescente:** a percepção dos atores sociais envolvidos. Ribeirão Preto, 1996. 206p. Tese (Doutorado)-Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- UM MILHÃO de adolescentes dão a luz por ano no Brasil, diz IBGE. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 març. 1991. Cotidiano, p.1.
- VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais:** identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. 203p.
- VITIELLO, N. Caracterização biológica da adolescência. In: VITIELLO, N. et al. **Adolescência hoje.** São Paulo, Roca, 1988. p.1-5.
- YUNES, J. Diagnóstico da situação social e de saúde da criança na América Latina. In: SEMINÁRIO SULAMERICANO DE PESQUISA EM ENFERMAGEM NAS ÁREAS DE SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA, 1. Ribeirão Preto. julho, 1990. p. 4-7.
- YUNES, J.; RAJS, D. Tendencia de la mortalidad por causas violentas en la población general y entre los adolescentes y jóvenes de la región de las Americas. **Cad. Saúde Pública.**, Rio de Janeiro, v. 10, 1, p. 88-125, 1994. Suplemento 1.

RESUMO

Nessa investigação buscamos conhecer como se estabelece a relação pais e filhos adolescentes e até que ponto a mesma facilita a abordagem das questões da sexualidade. Em nosso referencial teórico buscamos o entendimento da configuração histórica da família, sua relação com os filhos e a sexualidade com ênfase na adolescência. O processo metodológico adotado é de natureza qualitativa, utilizando como técnica de coleta de dados a entrevista semi-estruturada. A análise de dados baseou-se em aspectos da hermenêutica dialética. Através dessa investigação verificamos que os pais percebem que as mudanças ocorridas na sociedade interferem na organização familiar; novos padrões de comportamentos mesclam-se a costumes e valores antigos. A sexualidade aparece na fala dos pais como uma preocupação, mas a dificuldade em abordar o tema junto aos filhos adolescentes propicia a ausência de diálogo. Os pais percebem que a tarefa de educar tem sido difícil nos dias atuais e consideram que a época de sua própria adolescência foi melhor do que esta que os filhos vivem hoje.

Palavras-chave: adolescência; família; sexualidade.

S U M M A R Y

In this investigation we looked for to know how settles down the relationship among parents and adolescent children and to what extent it facilitates the approach to sexuality matter. In our theoretical concerning we looked for the family historic knowledge configuration, its relation with the children and sexuality, enfatizing adolescence. The methodological method adopted is of qualitative nature, using semi-structured interview as data collection technique. Data analysis was based on dialectical hermeneutical aspects. Through this study we verified that parents realize that changes passed in society intervene on family organization; new behavior patterns mix to old habits and values. Sexuality emerges in parents speech as preoccupation, but the difficulty in approaching the theme close to the adolescent children propitiates the absence of dialog. Parents perceive that the task of education has been difficult nowadays and consider that its own adolescence period was better than what they are passing these days.

Key-words: Adolescence; family; sexuality.